



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

41

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE GRANDE PORTE NO ESPÍRITO SANTO:
análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba**

**IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE
GRANDE PORTE NO ESPÍRITO SANTO:
análise do quadro socioeconômico e
territorial na fronteira de expansão
metropolitana sul capixaba**

Adilson Pereira de Oliveira Jr.
Coordenação de Estudos Territoriais

Latussa Laranja Monteiro
Coordenação de Estudos Territoriais

Instituto Jones dos Santos Neves

TD – 41

Coordenação Geral

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Coordenação de Estudos Territoriais

Pablo Silva Lira

Assessoria de Relacionamento Institucional

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

Capa

Lastênio João Scopel

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Instituto Jones dos Santos Neves

Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo:
análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão
metropolitana sul capixaba. Vitória, ES, 2011.

78f., il. tab. (Texto para discussão, 41)

ISBN: 978-85-62509-90-2

1.Grandes Projetos. 2.Redes Urbanas. 3.Indústrias. 4.Impactos
Socioeconômicos. 5.Metropolização. 6.Espírito Santo (Estado).
I.Oliveira Jr., Adilson Pereira de. II.Monteiro, Latussa Laranja.
III.Título. IV.Série.

Sumário

APRESENTAÇÃO	04
1. INTRODUÇÃO	05
2. REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: IMPACTOS E INFLUÊNCIAS	07
3. REDE URBANA CAPIXABA: UM OLHAR PARA O SUL	14
3.1. INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA A REGIÃO	17
3.2. CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUL. ALGUMAS REFLEXÕES	22
3.2.1. Breve Análise do Contrato	24
4. QUESTÃO URBANA EM ANCHIETA E REGIÃO	25
4.1. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO	25
4.1.1. Anchieta, uma aproximação	34
4.2. GESTÃO MUNICIPAL E INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	42
4.2.1. Leis Urbanísticas/IJSN	44
4.2.2. Perfil dos Municípios Brasileiros- MUNIC/IBGE	47
4.2.3. Curso Internacional de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local	53
5. EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E O PROCESSO AMBIENTAL: O CASO DA CSU	54
5.1. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA CSU	56
5.1.1. Resultados dos GTS	57
5.1.2. Condicionantes Ambientais do IEMA	64
6. QUESTÕES PARA O FUTURO	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
ANEXOS	74

Apresentação

O presente texto¹ é parte integrante do projeto de pesquisa “Transformação da paisagem urbana contemporânea em fronteiras de expansão metropolitanas: o caso de Anchieta (ES)”,² desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Departamento de Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem como objetivo estudar a transformação da paisagem urbana da região de Anchieta face às perspectivas advindas a partir da implantação de grandes projetos industriais no litoral sul capixaba. A pertinência do estudo se justifica, no contexto socioeconômico pelo qual passa o estado do Espírito Santo atualmente, pela necessidade de se orientar a expansão urbana nessas novas fronteiras metropolitanas, conciliando desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Desta forma, o estudo procura contribuir para a inserção, no âmbito do planejamento urbano, de diretrizes de ocupação em consonância com a conservação dos referenciais da paisagem.

Para o Instituto Jones dos Santos Neves ficou designada a análise das transformações socioeconômicas da região de influência de Anchieta. Para tal optou-se por fazer inicialmente uma análise dos impactos gerados pelo primeiro ciclo de industrialização capixaba, entre o final da década de 1960 e início da década de 1980, no intuito de se usar como parâmetro para comparações com o momento atual. A seguir desenvolveu-se uma caracterização da rede urbana capixaba atual, buscando analisar o contexto da região administrativa Metrópole Expandida Sul³ na realidade estadual. A caracterização considera tanto a polarização, a partir de estudos que indicam a dinâmica relacional entre os municípios e regiões estaduais, como a tendência de crescimento econômico, a partir da carteira de investimentos para o próximo quinquênio. Em seguida, uma análise da questão urbana foi elaborada, trabalhando com dados e informações que refletem a realidade demográfica e socioeconômica da região e a capacidade de gestão municipal no que se refere aos potenciais impactos advindos do crescimento industrial. Por fim, apresenta-se uma análise do processo de licenciamento ambiental do principal projeto industrial em implantação para a região, a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), em Anchieta.

¹ Colaboraram para a elaboração deste texto em algumas de suas fases, Caroline Jabour de França, Cynthia Lopes Pessoa de Miranda e Isabella Batalha Muniz Barbosa.

² O projeto é coordenado pela professora doutora Eneida Maria Souza Mendonça e é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

³ De acordo com a Lei nº 5.120/95, a Microrregião de Gestão Administrativa Metrópole Expandida Sul é composta pelos seguintes municípios: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 70, dentro da linha desenvolvimentista de descentralização da produção industrial da ditadura militar, grandes investimentos modificaram profundamente a estrutura socioeconômica e territorial do estado do Espírito Santo. Os chamados Grandes Projetos Industriais (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e Samarco Mineração), localizados no litoral e notadamente na capital Vitória e seu entorno (parte da atual Região Metropolitana da Grande Vitória), imprimiram desde o início de sua efetivação e ao longo do tempo, um caráter de forte concentração da riqueza gerada no estado em uma pequena porção de seu território.

Além disso, a mudança na estratégia de produção e, conseqüentemente, da localização dos empregos fez surgir novos eixos viários e influenciou a transformação da ocupação do território de modo a produzir um espraiamento urbano com acentuadas discrepâncias em seu interior, sobretudo geradas pela pressão sobre as áreas ambientalmente frágeis, única opção de moradia dos menos favorecidos.

Atualmente, o estado vive a iminência da chegada de um segundo *boom* de investimentos industriais proporcionalmente tão vultosos quanto os anteriores, ligados principalmente à produção e exportação de *commodities*, da mesma forma que no primeiro ciclo. No entanto, alguns elementos diferenciadores merecem ser investigados, seja por conta do atual cenário de globalização da economia (muito mais dinâmico e complexificado que no primeiro ciclo), seja por conta da escala e dos vetores de intervenção.

Na esteira desses investimentos, que são representados por um novo ciclo de Projetos de Grande Porte, as transformações advindas das atividades industriais podem ter impactos significativos no desenvolvimento futuro das cidades, haja vista o ocorrido na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) em décadas anteriores.

O enfoque do contexto empírico utilizado nesta pesquisa, ou seja, a região do Polo Industrial de Anchieta,⁴ no litoral sul do Espírito Santo, é bastante relevante, na medida em que explicita tendências de desconcentração econômica no estado, com a formação de polos industriais significativos fora da Região Metropolitana da Grande Vitória e os grandes investimentos previstos para os próximos anos, em especial no litoral norte e sul. O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 enfatiza esse processo de desconcentração, apresentando como uma das características centrais do novo ciclo de desenvolvimento capixaba o desenvolvimento econômico espacialmente equilibrado, bem como o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável. O Plano ES 2025 aponta, ainda, para a con-

⁴ A análise engloba os municípios de Anchieta, Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha e Piúma que, como veremos à frente, compõem o Consórcio Público para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul do Espírito Santo (CONDESUL). Em alguns aspectos foram considerado Rio Novo do Sul, Itapemirim e Marataízes, que constam na região de impacto do polo de Anchieta, segundo o documento ES 2025 (Espírito Santo [Estado], 2006) e na Área de Influência Indireta (AII) da CSU, segundo o Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento (CEPEMAR, 2009). Por fim, também houve aspectos que foram considerados Cachoeiro de Itapemirim, município mais importante do sul do estado (e que também está na AII do empreendimento) e Presidente Kennedy, município que também receberá grandes investimentos industriais. Para a RMGV, também considerada no Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento em sua Área de Influência Indireta, foi reservado o capítulo inicial, no qual se analisa os impactos do primeiro ciclo industrial do estado no momento atual.

solidação de centralidades regionais que deverão compor uma rede de cidades equilibrada. Dentre essas centralidades, encontram-se, além da RMGV, os municípios de Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus.

Tal tendência de desconcentração com base em investimentos vultosos em grandes projetos industriais poderá trazer impactos positivos ou negativos sobre os níveis de pobreza e distribuição de renda nessas regiões. O certo é que tende a modificar sobremaneira sua estrutura socioeconômica e territorial. O processo de modernização ocorrido na economia do Espírito Santo, a partir da década de 1960, originado da desestruturação de sua base econômica anterior, o setor agrário, e de sua reestruturação a partir da industrialização, configurou-se de forma brusca (SIQUEIRA, 2001) e concentrada na RMGV.

As transformações advindas das atividades industriais no litoral sul tendem a alterar de forma significativa a dinâmica urbana não apenas dos municípios litorâneos, mas também dos municípios do interior, o que pode dar ensejo a um real processo de descentralização econômica, a partir da interiorização do desenvolvimento. Faz-se necessário planejar bem o território, criando condições favoráveis para que o crescimento das cidades ocorra de forma equilibrada e em bases sustentáveis, promovendo, efetivamente, o desenvolvimento da região sul do Espírito Santo como um todo. A região de Anchieta, particularmente, destaca-se por sua singularidade cultural, paisagística e ambiental, que deve ser preservada e considerada no âmbito do planejamento e da gestão das cidades face às situações previstas. Neste sentido, é de suma importância prever as demandas sociais e por serviços urbanos, bem como os investimentos em redes e infraestrutura necessários.

O que se percebe é que muitas vezes o planejamento/ordenamento do território não consegue acompanhar a dinâmica de crescimento das cidades necessitando investimentos públicos *a posteriori* em saneamento e urbanização de áreas ocupadas, com enormes perdas ambientais e paisagísticas.

O presente trabalho procura traçar um panorama da região do Polo Industrial de Anchieta, bem como, especificamente, do município de Anchieta. Além da análise socioeconômica e territorial, contempla aspectos relacionados à gestão municipal e aos investimentos previstos, de modo a suscitar reflexões, e a contribuir para o debate sobre a conjuntura econômica que vêm se delineando no litoral sul capixaba e suas possíveis implicações. Além disso, busca fazer uma análise comparativa com o caso da Região Metropolitana da Grande Vitória, cujo acelerado crescimento econômico, ocorrido na década de 70 no bojo dos chamados “Grandes Projetos Industriais”, veio redefinir profundamente o espaço urbano e consolidar a região como centralidade urbana, econômica e de serviços do estado do Espírito Santo. Assim, algumas questões podem ser colocadas em relação à região objeto de estudo, no que se refere à possível formação de uma nova metrópole ou da expansão da atual região metropolitana, à capacidade da região para absorver as demandas advindas desses novos investimentos, dentre outras.

2. REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: IMPACTOS E INFLUÊNCIAS

Até 1950, a população da capital Vitória era de aproximadamente 50 mil habitantes, enquanto o Espírito Santo contava com aproximadamente 860 mil habitantes.

A partir da década de 60 começa a ocorrer a ruptura da cidade tradicional e a se configurar uma nova estrutura urbana, de caráter eminentemente metropolitano, em consequência do forte êxodo rural causado pela erradicação dos cafezais do estado, e de sucessivos investimentos para a instalação dos novos equipamentos industriais, de transporte e infraestrutura urbana concentrados no litoral e, sobretudo, ao redor da capital.

A política de erradicação dos cafezais causou enorme impacto numa produção baseada na pequena propriedade de base familiar, que constituía 70 % da renda estadual de então. Além de mudanças na estrutura da propriedade da terra e na produção agrícola (pecuária extensiva), ocasionou a expulsão de trabalhadores que passaram a buscar a sobrevivência na cidade (IPEA/IBGE/UNICAMP, 1992, p 48).

Aliada à crise agrária, outro fator que explica a rápida expansão de Vitória é a chegada de grandes investimentos, os chamados Grandes Projetos Industriais (ABE, 1999, SIQUEIRA, 2001) também a partir dos anos 60. Embora tenham levado plantas industriais a outros municípios, como Cachoeiro de Itapemirim (Fábrica de Cimento), Anchieta (Samarco Mineração) e Aracruz (Aracruz Celulose), a concentração ao redor de Vitória, notadamente em Cariacica e Serra, fez com que esses municípios recebessem um grande contingente de população. Segundo Zanotelli (1998), Cariacica na década de 1960 foi o município que agregou a maior parte do crescimento industrial, onde foram instaladas 26 indústrias entre 1960 e 1970. Nas décadas seguintes tal papel é assumido pelo município de Serra, como veremos mais adiante, principalmente, a partir dos investimentos no Polo de Tubarão. É nesse período que Vitória, Cariacica, Vila Velha e Serra iniciam seu *boom* de crescimento populacional.

Em média, cerca de 70% do crescimento populacional destes municípios, entre 1970 e 1980, ocorreu devido à migração, sendo o município de Serra aquele em que tal fenômeno foi mais notável, com os migrantes representando 85% do crescimento populacional (ZANOTELLI, 1998). Somente para a construção da CST foram contratados 25 mil trabalhadores, o que é um indicativo da importância dos grandes projetos no incremento populacional. Para o autor, apesar do crescimento significativo também de Vitória, é nesse período que se inicia um processo de desconcentração populacional em relação ao município central da aglomeração.

Sabe-se que nesta época o Brasil passava por um regime ditatorial no qual um Estado militarizado detinha as rédeas da sociedade, inclusive quanto ao ordenamento do território. As estratégias estatais podem ser bem visualizadas a partir dos PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento). Enquanto o I PND buscava modernizar a agricultura, o II PND tinha como foco principal descentralizar as atividades industriais (MOREIRA, 2004), no qual o estado do Espírito Santo estava incluído.

Entre 1969 e 1979 foram construídas seis usinas de pelotização de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce, no Espírito Santo, com investimento de US\$ 1 bilhão (ZANOTELLI, 1998). Também

em 1969 foi feita a descoberta de petróleo no campo de São Mateus, sendo a exploração iniciada em 1973 (GLÓRIA, 2005), quando também se faz a descoberta de gás natural, que passa a abastecer as indústrias da Grande Vitória através de um gasoduto concluído em 1984 (ESPÍRITO SANTO [ESTADO], 2006).

Completava o quadro de investimentos principais a implantação e operação da Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, atual Arcelor Mittal, em 1983 no município de Serra, com investimentos da ordem de U\$ 3 bilhões e suas posteriores ampliações.

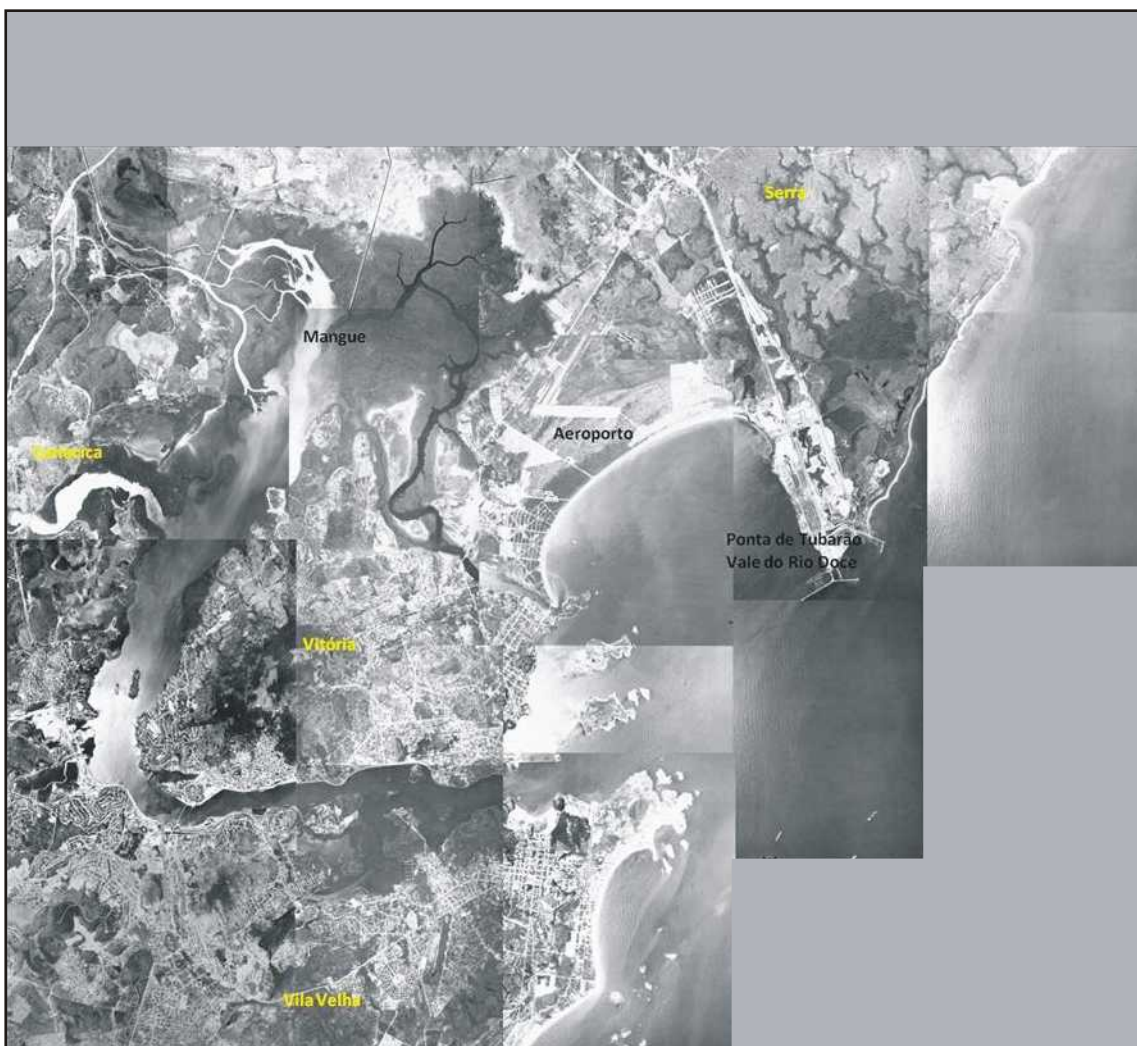
Esses fatores constituíram os principais elementos estruturantes do desenvolvimento do Espírito Santo, no qual a Região Metropolitana da Grande Vitória, criada oficialmente em 1995,⁵ assumiu o papel de principal centro urbano do estado, capaz de exercer influência para além de sua área conurbada, configurando novas interações de atividades sobre o território e a criação de novos vínculos entre várias localidades mais afastadas e a Capital.

Se em 1960 o recenseamento nacional contou pouco mais de 216 mil habitantes nos sete municípios que atualmente compõem a RMGV, no Censo 2010 foi registrada uma população de quase 1,7 milhões de habitantes, sendo que 90% desse total apresenta-se concentrado nos quatro maiores municípios conurbados, a saber, Vila Velha, Serra, Cariacica e Vitória. Os dados mais recentes apontam que a RMGV concentra cerca de 64,7% do PIB (em 2008) e 49,68% da população (em 2010) estadual em 5% de seu território (Figuras 1 e 2).

Na esteira dessas mudanças, o espaço urbano sofreu modificações significativas: a expansão da malha existente, a pressão por novas áreas de moradia, infraestrutura e transportes, como pode ser observado nas Figuras 01 e 02. A denominada Microrregião Homogênea de Vitória (IBGE, 1970), composta por Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana não era suficiente para comportar a massa populacional que ali buscou se estabelecer. Se por um lado isso proporcionou a solução integrada de alguns problemas, como o planejamento da oferta de transporte coletivo metropolitano com tarifação única, levou igualmente à ocupação de áreas ambientalmente frágeis, de forma diferenciada em cada um desses cinco municípios, dentro de um panorama mais abrangente de exclusão dos mais pobres à oferta habitacional no período de maior crescimento demográfico.

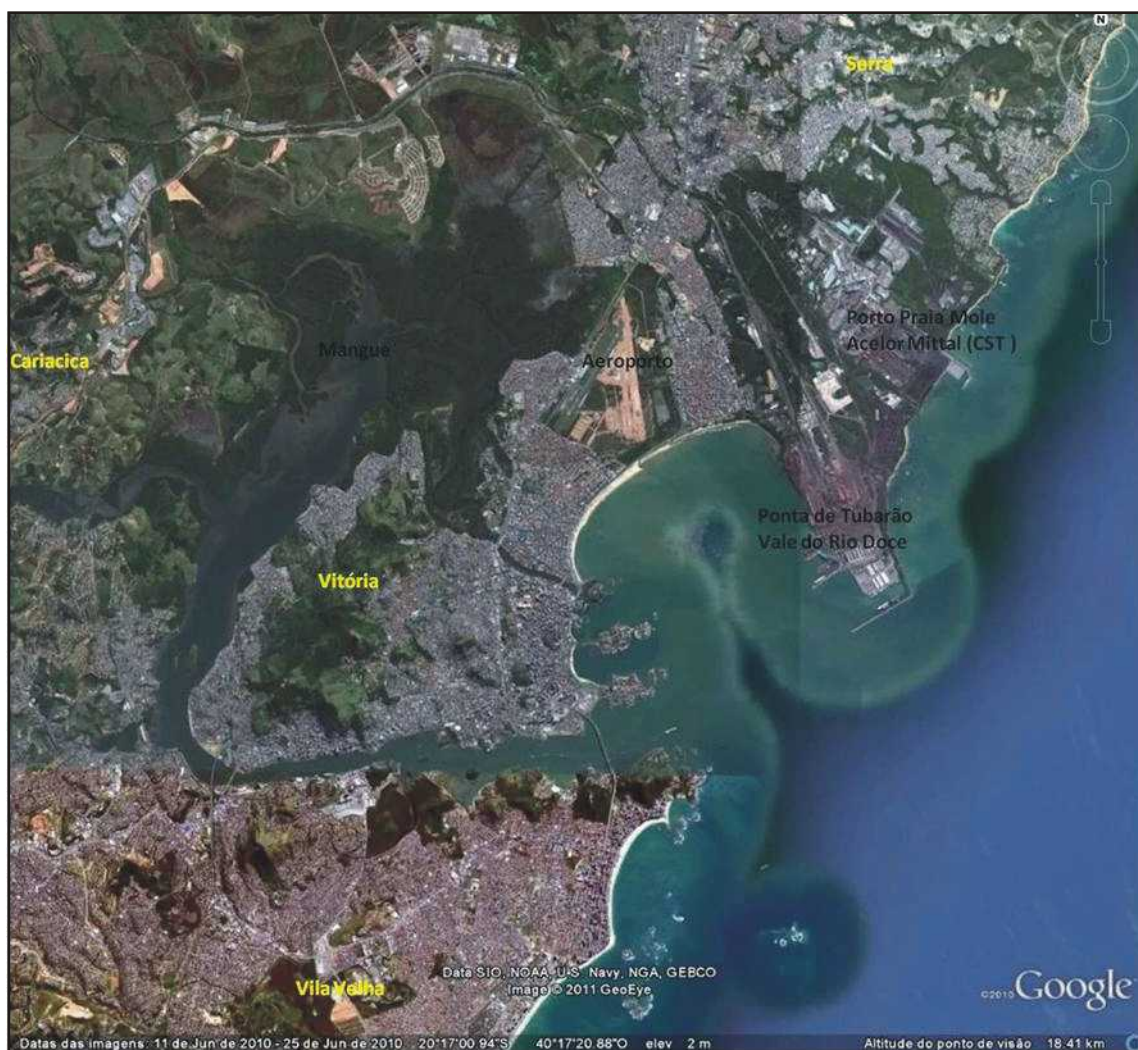
⁵ A Região Metropolitana da Grande Vitória foi oficialmente criada pela Lei Complementar nº 58 de 1995, integrando os municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha. Posteriormente, foram incorporados Guarapari e Fundão, respectivamente, pelas Leis Complementares nº 159/99 e nº 204/01.

Figura 1 - Malha Urbana na Região Central da RMGV, em 1970



Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – Idaf, 1970.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Figura 2 - Malha Urbana na Região Central da RMGV, em 2010



Fonte: Google Earth, acesso em 29/12/10.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Duas das empresas instaladas, a CVRD e a CST, localizam-se no Polo de Tubarão, limite entre os municípios de Vitória e Serra. Tal localização trouxe alguns impactos percebidos atualmente, tais como: adensamento populacional de uma região praticamente inabitada até então (parte continental de Vitória e região de Carapina, em Serra); poluição atmosférica nas proximidades, principalmente na parte continental da capital, por conta do vento predominantemente nordeste.

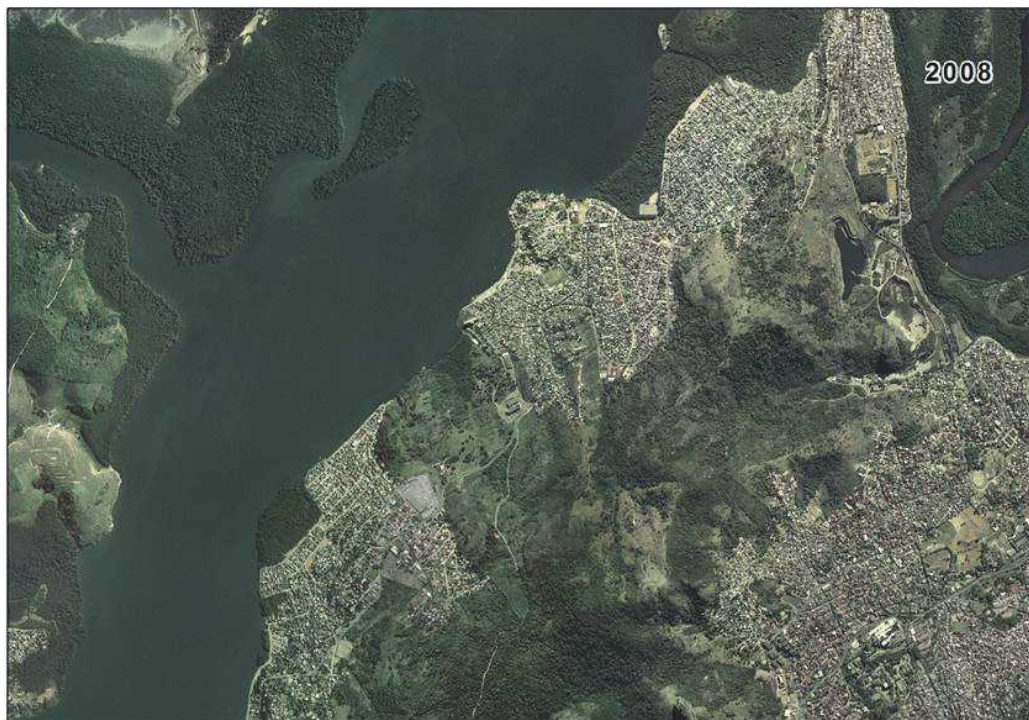
A capital do estado foi alvo de inúmeros planos de remodelação e urbanização, com a realização de aterros em vários pontos da cidade o que causou a redefinição de seus limites com as águas e expandiu a capacidade de ocupação da área nobre da cidade. Além disso, foi aterrada grande extensão de mangue a noroeste, à época utilizado como “lixão” da cidade (região de bairros da Grande São Pedro), então ocupada por população de baixa renda, como pode ser observado nas Figuras 03 e 04. A própria ocupação irregular do mangue revelou a falta de condições infra-estruturais da cidade e das instituições em receber o incremento populacional advindo do *boom* de investimentos industriais. Tal ocupação irregular se estendeu também a outras áreas da RMGV, como a foz do Rio Aribiri, em Vila Velha (Figura 05 e 06).

Figura 3 - Região de Bairros da Grande São Pedro, Vitória, em 1970



Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – Idaf, 1970.
Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

Figura 4 - Região de Bairros da Grande São Pedro, Vitória, em 2008



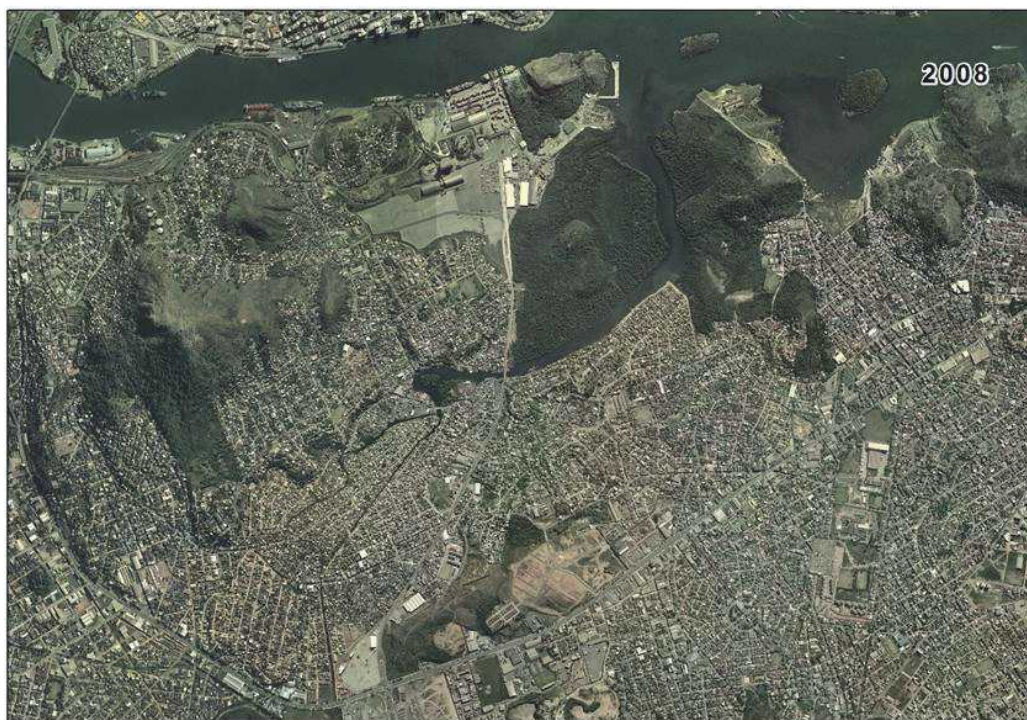
Fonte: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).
Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

Figura 5 - Região de Bairros da Foz do Rio Aribiri, Vila Velha, em 1970



Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – Idaf, 1970.
Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

Figura 6 - Região de Bairros da Foz do Rio Aribiri, Vila Velha, em 2008

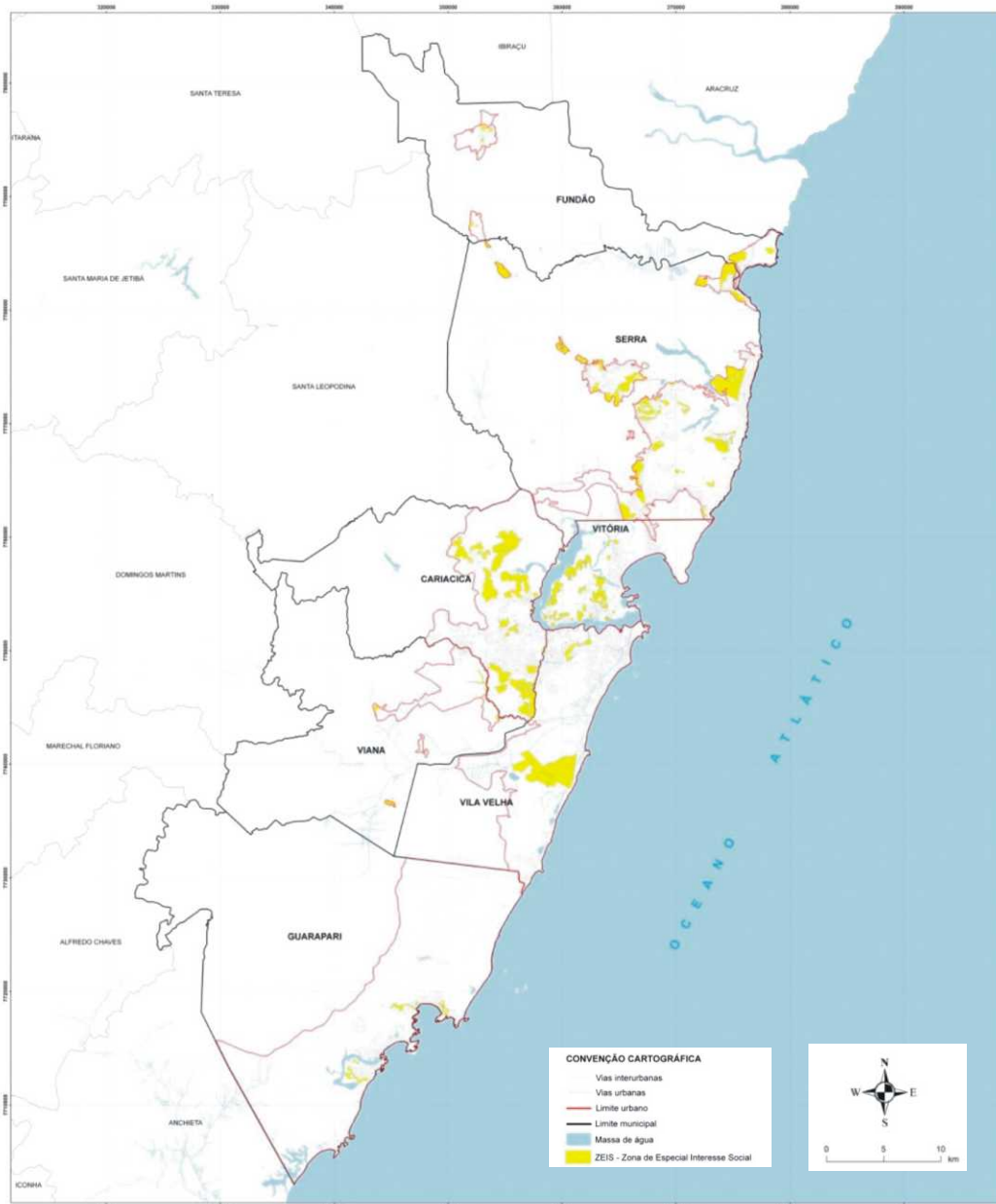


Fonte: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).
Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

Como resultado, o território apresenta um grande passivo urbano em aberto até os dias atuais, em que ainda se equaciona, por exemplo, a coleta e tratamento de esgoto e a poluição dos recursos hídricos (fluvial e marítimo), ao mesmo tempo em que se aprofundam as questões ligadas à violência urbana e aos problemas de mobilidade.

O mapa abaixo mostra o resultado do esforço de mapeamento conjunto das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS na Região Metropolitana de Vitória, e serve como parâmetro de visualização da proporção urbana do território ainda em estado de precariedade.

Figura 7 - Mapeamento das Zonas Especiais de Interesse Social na RMGV



Fonte: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN – 2008.
 Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

3. A REDE URBANA CAPIXABA: UM OLHAR PARA O SUL

Na tentativa de *otimizar* e redistribuir os investimentos previstos e equilibrar a distribuição da riqueza gerada, o Governo do Estado, dentro do *Plano de Desenvolvimento ES 2025*, o planejamento estratégico do Estado, estabeleceu o “desenvolvimento da rede de cidades” como um dos projetos estruturantes.

De fato, os polos da rede urbana capixaba estão altamente concentrados ao longo da faixa litorânea, apresentando uma região metropolitana que agrega a maioria das instituições e serviços, conjuntura decorrente do processo de industrialização e urbanização das últimas décadas. Entender, portanto, o conceito de rede urbana é fundamental para se compreender como se estrutura a dinâmica das relações intermunicipais no cenário atual.

A rede urbana é baseada na “*polarização de pontos de atração e difusão*” (SANTOS, 1996, p. 177) a partir do qual recursos materiais e imateriais transitam de modo a permitir o funcionamento da sociedade. É nesta rede que percebemos os *fixos* (bases técnicas) e os *fluxos*, que conferem de modo concomitante a estabilidade e a dinamicidade que a caracterizam.

Nas palavras de Milton Santos:

Animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas - mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não-passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social (SANTOS, 1996, p. 188).

Os fixos seriam, portanto, os nós da rede, que dão suporte ao seu funcionamento, de modo que os mais densos são aqueles que têm maior capacidade de atrair atividades, investimentos e contingente humano. De outro lado, os fluxos são o que animam o funcionamento da rede, a partir do transporte de pessoas, mercadorias e informação. A capacidade que as cidades têm de armazenar o contingente transportado é que retrata o quão planejado é o território.

Os estudos sobre a rede urbana brasileira tiveram início no final da década de 60, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira publicação foi o documento *Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas 1968*; a seguir foi elaborado o estudo intitulado *Regiões de Influência das Cidades*, publicado em 1987. Este último teve novas versões em 1993 e 2007. Na década de 2000, além dos estudos do IBGE, podem-se destacar outros trabalhos como a *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e a *Proposta de Regionalização do Brasil*, realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

Nos estudos mais recentes que contemplam os aspectos de polarização da rede urbana – *Região de Influência das Cidades 2007* (REGIC) e *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (CTRUB) – se destacam como polos no Espírito Santo a Região Metropolitana da Grande Vitória e as cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares (classificadas em ambos os trabalhos), Colatina e São Mateus (classificadas apenas no REGIC).

No REGIC foi feita uma consulta quantos aos principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter os seguintes produtos e serviços: cursar o ensino superior; comprar roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou freqüentar shopping centers, hipermercados e assemelhados; usar aeroporto em vôos de linhas regulares; buscar serviços de saúde (consultas). O estudo aponta que Cachoeiro de Itapemirim e a Área de Concentração de População (ACP)⁶ Vitória dividem a polarização na Microrregião MetrÓpole Expandida Sul.

Cachoeiro de Itapemirim polariza os municípios da referida microrregião com ligações de 1ª ordem⁷ nos setores: [i] *Compras* em Piúma, Itapemirim, Iconha e Marataízes; [ii] *Cursos* em Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma, Iconha, Itapemirim e Marataízes; [iii] *Lazer* em Marataízes e Iconha e [iv] *Saúde* em Iconha, Itapemirim e Marataízes. Enquanto as ligações de 2ª ordem estão presentes nos setores: *Lazer* em Itapemirim e *Saúde* em Anchieta e Piúma.

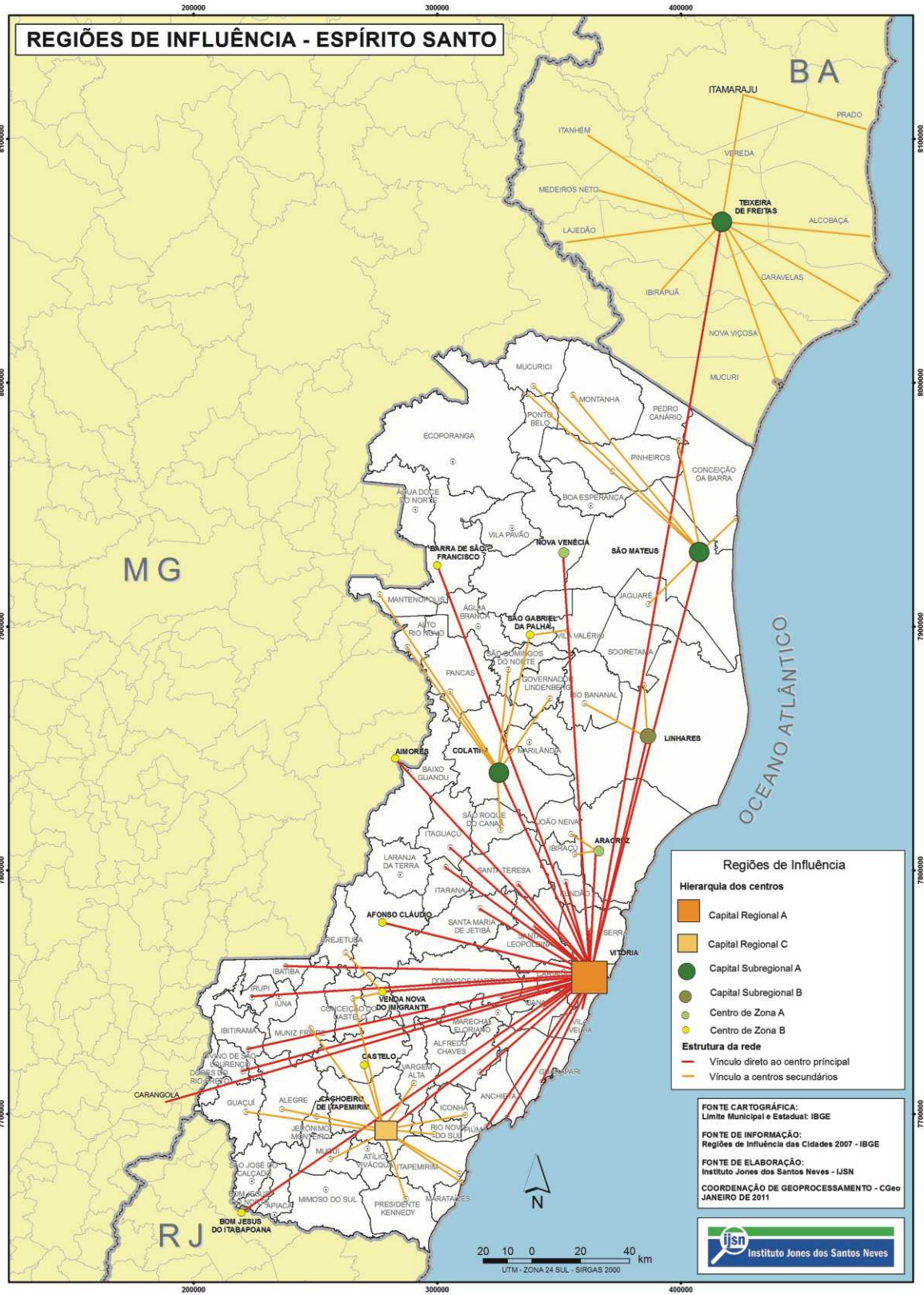
Já a ACP Vitória detém as ligações de 1ª ordem no temas: [i] *Aeroporto* para Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma, Iconha, Itapemirim e Marataízes; [ii] *Compras* para Anchieta e Alfredo Chaves; [iii] *Lazer* para Anchieta, Piúma e Alfredo Chaves e [iv] *Saúde* para Anchieta e Alfredo Chaves. As ligações de 2ª ordem estão presentes nos temas: [i] *Compras* em Piúma e Iconha; [ii] *Cursos* em Piúma, Iconha e Alfredo Chaves; [iii] *Lazer* em Iconha; e [iv] *Saúde* em Anchieta e Alfredo Chaves. Enquanto as ligações de 3ª ordem se colocam no tema *Compras* em Marataízes, no tema *Cursos* em Anchieta e no tema *Saúde* em Piúma.

Um fato importante é a influência de municípios polo fluminenses na região. Enquanto o Rio de Janeiro tem uma influência forte no tema *Lazer*, assumindo ligações de 2ª ordem em Anchieta e de 3ª ordem em Iconha e Itapemirim, o município de Campos dos Goytacazes tem um papel considerável no tema *Cursos*, com ligações de 2ª ordem em Itapemirim e Marataízes e de 3ª ordem em Iconha.

⁶ Segundo o documento REGIC 2007, “as ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população” (IBGE, 2008, p.11).

⁷ Foram registrados os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter os seguintes produtos e serviços: cursar o ensino superior; comprar roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou freqüentar shopping centers, hipermercados e assemelhados; usar aeroporto em vôos de linhas regulares; buscar serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações); e para atividades de lazer (cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos). Podendo ser listados até quatro destinos (cerca de 90% dos casos, só eram apontados três principais destinos), estes eram ordenados segundo a intensidade da ligação (IBGE, 2008).

Figura 8 - Regiões de Influência das Cidades do ES

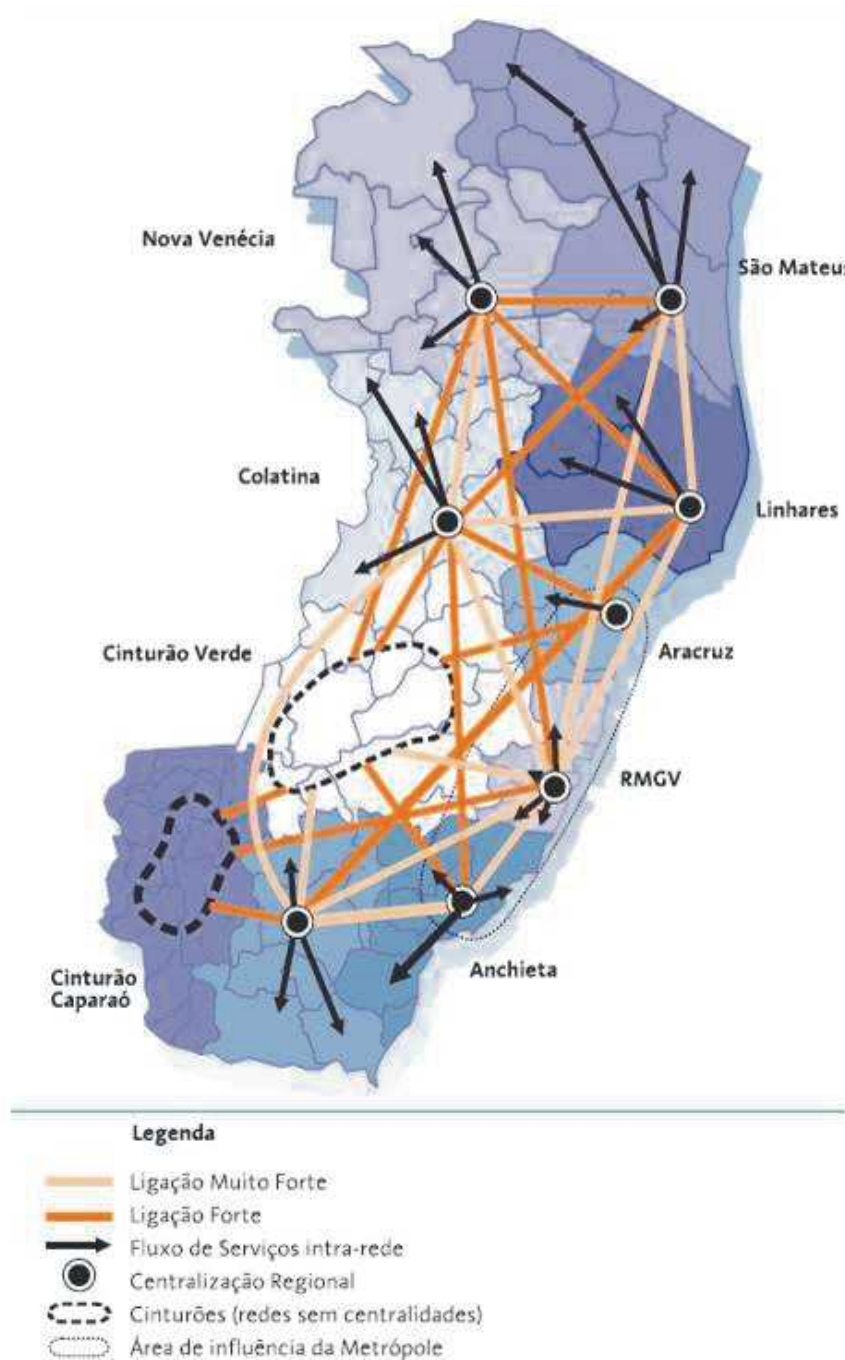


Fonte: REGIC/IBGE – 2008.
Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

3.1. Investimentos Previstos para a Região

O ES 2025 considera como principais nós dessa rede, numa visão estratégica de futuro, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e as cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus e Nova Venécia, e considera como polos potenciais Aracruz e Anchieta.

Figura 9 - Rede de Cidades ES, segundo o ES 2025



Fonte: ES 2025.
Elaboração: Macroplan – 2006.

Em 2007, dois anúncios colocaram o Sul em evidência: o interesse de implantação do consócio siderúrgico entre a chinesa Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce, denominado Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), localizada em Anchieta e o anúncio da descoberta comprovada da camada de petróleo no pré-sal no litoral sul e sudeste do Brasil, com especial interesse do governo federal em iniciar a exploração pelo litoral sul capixaba.

De fato, o debate que vem se fazendo desde 2006, quando foi elaborado o Plano Estratégico ES 2025 pelo governo estadual, é a descentralização da economia capixaba, com especial atenção às polaridades emergentes de Anchieta e Aracruz, que se favorecem por já deterem estruturas portuárias.

Além do projeto âncora em siderurgia, em Anchieta, está prevista a ampliação da Samarco Mineradora, a ampliação e diversificação do Porto de Ubú, a construção de uma refinaria de petróleo. Ainda para o sul do estado é esperada a construção da Ferrovia Litorânea Sul, ligando a RMGV a Cachoeiro de Itapemirim e a instalação de uma mineradora em Presidente Kennedy, a *Ferrous Resources*, que virá acompanhada da construção de um novo mineroduto e novas instalações portuárias. Por fim, são previstas algumas intervenções na rede rodoviária, tais como, a possibilidade de duplicação de um trecho da BR-101 sul ou a implantação de uma via sul litorânea (extensão da atual Rodovia do Sol), que poderia se estender de Guarapari a Itapemirim ou de Guarapari a Presidente Kennedy, no acesso a Mimoso do Sul (DER-ES, 2009)

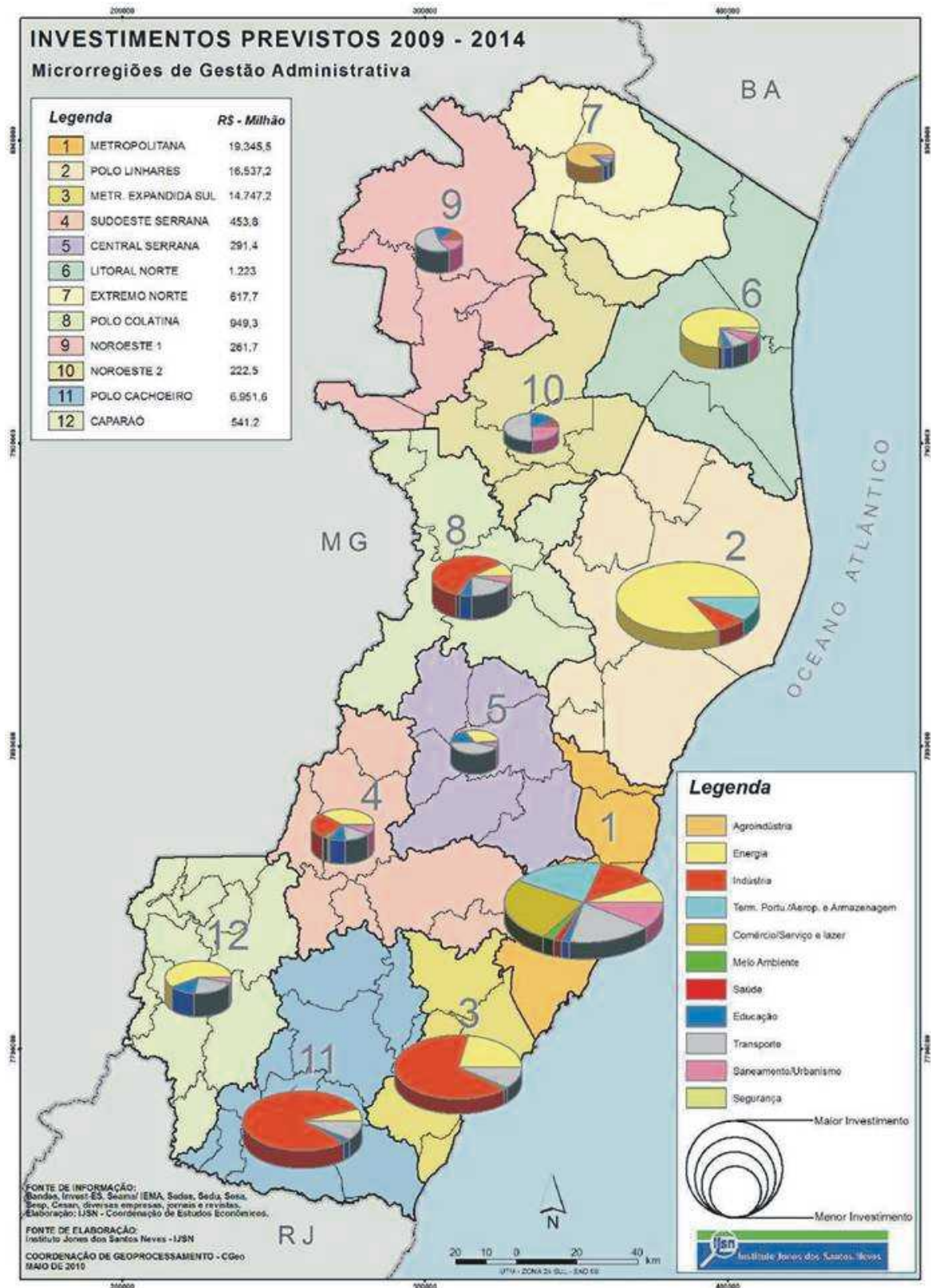
Nesse sentido, além de Anchieta, a área de influência desses investimentos se estende a Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma, Rio Novo do Sul, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

A atenção especial ao Sul justifica-se também por contraposição à situação do norte do estado do Espírito Santo, que integra a área de influência da SUDENE, contemplando os municípios de Linhares e São Mateus com incentivos fiscais via Imposto de Renda, benefício que permitiu uma maior atratividade para investimentos e novos projetos.

Segundo os dados da publicação *Investimentos previstos para o Espírito Santo 2009-2014* (IJSN, 2009) no Espírito Santo se observa uma mudança no fluxo dos investimentos para outras regiões do estado, além da Região Metropolitana (31,1% dos investimentos), que sempre concentrou a maior parcela dos investimentos no Espírito Santo.

É possível observar como mais evidentes os sinais de desconcentração econômica da Região Metropolitana para microrregião Pólo Linhares (26,6% dos investimentos) e Metrópole Expandida Sul (23,7% dos investimentos) e em menor intensidade, para microrregião Pólo Cachoeiro (11,2% dos investimentos). No entanto, essas quatro microrregiões (de um total de doze) receberão 92,6% dos investimentos, segundo o governo estadual, o que demonstra que ainda há uma grande concentração, mesmo que relativa.

Figura 10 - Investimentos Previstos entre 2009 e 2014 no ES



Fonte: Investimentos Previstos para o Espírito Santo 2009-2014, IJSN.
 Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN - 2010.

Além disso, percebe-se pelo mapa que os investimentos no sul do estado, tanto na Microrregião MetrÓpole Expandida Sul, como na Polo Cachoeiro, estão concentrados principalmente no setor industrial, 68,4% e 84%, respectivamente. Enquanto a primeira responde por 49,6% dos investimentos no setor industrial, a segunda responde por 28,7%. Em termos estaduais, a MetrÓpole Expandida Sul também concentra 18,2% dos investimentos em Transportes, 15,8% dos investimentos em Energia e 21,3% dos investimentos em Meio Ambiente. Na verdade, os setores de indústria e energia concentram 64,9% do total de investimentos estaduais entre 2009 e 2014. Se somarmos a estes os setores de Transporte e de Terminais Portuários/Aeroportuários e Armazenagem conclui-se que 85% dos investimentos se concentram nesses setores, que, ao final, têm a mesma motivação, alavancar o desenvolvimento do setor industrial no estado. Isso é ainda mais visível na MetrÓpole Expandida Sul, onde três desses quatro setores (excetuando, portanto, Terminais Portuários/Aeroportuários e Armazenagem) concentram 98,2% dos investimentos.

Nesse quadro importa refletir se as demandas urbanas advindas da efetivação desses investimentos no Sul do Espírito Santo podem ser supridas em tempo hábil, uma vez que as velocidades da iniciativa privada e do poder público são diferentes. Assim, um dado importante a se considerar é que os setores de Educação, Saúde e Saneamento/Urbanismo, somados, não chegam a 1% dos investimentos, acima de um milhão de reais, previstos na MetrÓpole Expandida Sul. Por outro lado, deve-se atentar ao fato de que, como a publicação *Investimentos previstos para o Espírito Santo 2009-2014*, do IJSN, considera apenas investimentos acima de um milhão de reais, não infere sobre as despesas gerais do Estado, o que somente poderia ser feito após analisar o PPA 2012-2014 e discriminar os investimentos das despesas ordinárias. Além disso, a referida publicação analisa, em conjunto, investimentos públicos e privados previstos para os próximos anos no estado.

Se analisarmos a relação entre os investimentos previstos e a população das doze microrregiões estaduais (Tabela 01), percebemos que apenas na área de saúde o montante *per capita* de investimento na MetrÓpole Expandida Sul se destaca das demais microrregiões. Em educação e saneamento/urbanismo a previsão de investimento *per capita* encontra-se próximo à média estadual.

Chama atenção na referida tabela os parques investimentos *per capita* em saneamento/urbanização nas microrregiões Polo Cachoeiro e Polo Linhares, sendo que a primeira, provavelmente absorverá boa parte das demandas da MetrÓpole Expandida Sul. Um dos motivos, provavelmente, tem a ver com o fato de o maior município da região, Cachoeiro de Itapemirim, ser o único no estado onde o setor de saneamento está sob concessão da iniciativa privada. Outra observação que pode ser feita diz respeito à extrema concentração dos investimentos em saúde e saneamento/urbanismo na RMGV, o que pode ser vislumbrado nos investimentos *per capita* em tais setores. Certamente esse quadro reflete o passivo urbano metropolitano acumulado nas últimas décadas, que, devido à complexidade dos problemas gerados a partir de um crescimento mal planejado, se materializa de modo exponencial na região e demandam investimentos, mesmo *per capita*, bem mais vultuosos.

Sabe-se, por outro lado, que não são somente as demandas advindas da atividade industrial que geram necessidades infraestruturais, mas para pensar um desenvolvimento urbano para a região que não repita os mesmos problemas gerados a partir da década de 1970 na aglomeração de Vitória (VitÓ-

ria, Vila Velha, Cariacica e Serra) no qual o planejamento urbano se posicionou a reboque das consequências trazidas pelo modelo adotado (grandes indústrias – grande fluxo de trabalhadores – segregação sócio-espacial – impactos urbanos e ambientais) é necessário que o poder público adote estratégias que, se não antecipem, ao menos acompanhem o processo de industrialização, a partir da previsão de investimentos mais significativos em infraestrutura e equipamentos sociocomunitários.

Tabela 1 - Investimentos Previstos 2009-2014* em Saúde, Educação e Saneamento/Urbanismo x População das Microrregiões Estaduais de Planejamento

MICRORREGIÃO	População Total 2009	Investimento Saúde		Investimento Educação		Investimento Saneamento/Urbanismo	
		Valor (milhões de reais)	per capita	Valor (milhões de reais)	per capita	Valor (milhões de reais)	per capita
Caparaó	165.196	3,52	21,55	76,49	463,05	21,4	129,53
Central Serrana	103.061	3,52	34,21	42,3	410,52	14,42	139,96
Extremo Norte	55.887	0	0	28,84	516,1	28,23	505,04
Litoral Norte	176.548	13,82	78,32	59,92	339,41	79,37	449,57
Metróp. Exp. Sul	129.187	16,93	131,05	51,75	400,62	54,56	422,33
Metropolitana	1.686.045	392,73	232,93	419,08	248,56	1561,66	926,23
Noroeste I	98.383	2,35	23,9	45,77	465,22	39,95	406,11
Noroeste II	121.833	7,11	58,37	40,75	334,43	52,72	432,69
Polo Cachoeiro	355.110	12	33,81	134,88	379,74	30,7	86,42
Polo Colatina	187.021	4,7	25,14	60,58	323,92	41,21	220,34
Polo Linhares	277.675	8,28	29,84	102,31	368,43	1,92	6,92
Sudoeste Serrana	131.253	5,56	42,39	50,79	386,93	34,71	264,46

*Investimentos acima de um milhão de Reais.

Fonte: IBGE, estimativa população 2009.

Elaboração: *Investimentos Previstos para o Espírito Santo 2009-2014*, IJSN.

Apesar da influência de fatores como turismo, instalações públicas, administração civil, entre outros no processo de urbanização de centros, as funções mais importantes são as relacionadas ao processo produtivo, exatamente aquelas que estão previstas.

Segundo Egler, (IPEA/UNICAMP/IBGE, 2002), a urbanização, na maioria dos casos, pode ser caracterizada por dois movimentos simultâneos: concentração e centralização. A concentração está relacionada ao processo de urbanização das cidades e a centralização no desenvolvimento desigual dos centros urbanos: os grandes centros urbanos fornecem serviços especializados e têm produtividade superior à encontrada em centros menores, o que origina uma rede de centros urbanos de distintos tamanhos de cidades, numa distribuição irregular sobre o espaço, “*com centros de maior ou menor influência no território*” (CROCCO; RUIZ, 2008, p. 7).

Assim, o “lugar central” está diretamente relacionado à densidade de população e às atividades econômicas existentes, como comércio atacadista e varejista, serviços bancários, organizações de negócios, serviços administrativos, facilidades de educação e diversão, etc. A ordem hierárquica de um bem ou função “é tão maior quanto mais sofisticado for e maior for sua área de mercado” (CROCCO; RUIZ, 2008, p. 9).

Ao se observar o município de Anchieta, como exemplo, uma vez que a localização da maioria dos investimentos está prevista para seu território, situado entre da RMGV e Cachoeiro de Itapemirim, dois dos principais polos estaduais, coloca-se a dúvida: o desenvolvimento econômico constituirá ferramenta para o surgimento de um novo polo, ou será absorvido pela área de influência da Região Metropolitana da Grande Vitória? Como garantir o desenvolvimento socialmente equilibrado do lugar e da região? Tais questões são pertinentes, sobretudo para se evitar a constituição de um quadro semelhante àquele causado pelo inchaço repentino e desordenado da malha urbana ao redor de Vitória nas décadas de 60 e seguintes.

Nesse sentido, é premente que o poder público nas três esferas designe atenção especial às regiões onde estão previstos grandes incrementos industriais (e, portanto, populacionais), o que só pode ser feito a partir de uma maior articulação entre os diversos setores de governo. Pode-se afirmar, no entanto, que se os tempos da iniciativa privada e do poder público são diferentes, por outro lado, a incerteza quanto à confirmação dos investimentos privados amarram o poder público na elaboração de projetos infraestruturais, o que depende da prévia aprovação orçamentária para destinação dos recursos. Devido à fragilidade técnico-institucional de muitas das prefeituras onde os investimentos estão previstos, a realização de consórcios intermunicipais podem ajudar os municípios a se prepararem para o momento em que esses investimentos vierem se efetivar. Um primeiro passo nessa direção já foi dado, uma vez que os municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Alfredo Chaves e Iconha celebraram em fevereiro de 2011 um contrato para o Consórcio Público para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul do Espírito Santo - CONDESUL/ES, no intuito de melhor preparar os municípios da região para a entrada dos grandes projetos industriais.

3.2. Consórcio Público para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul - CONDESUL. Algumas reflexões

Com uma previsão de, em um primeiro momento, produzir anualmente 5 milhões de toneladas de chapas de aço, a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), localizada em Anchieta, no litoral sul capixaba, se apresenta como um marco desse novo ciclo de desenvolvimento industrial do estado. Os impactos gerados pela instalação da CSU na região de Anchieta não ficarão restritos aos limites do município onde a empresa será construída. Para enfrentar os impactos e melhor absorver os benefícios gerados pelo empreendimento, alguns dos municípios da região de proximidade a Anchieta (Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha e Piúma) firmaram o Protocolo de Intenções no dia 02 de dezembro de 2010.

Tabela 2 - Leis municipais que ratificam o Protocolo de Intenções do CONDESUL

MUNICÍPIO	Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções
Prefeitura Municipal de Iconha	Lei Municipal: 618 de 17/12/2010
Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves	Lei Municipal: 328 de 20/12/2010
Prefeito Municipal de Piúma	Lei Municipal: 1.669 de 23/12/2010
Prefeitura Municipal de Anchieta	Lei Municipal: 660 de 29/12/2010
Prefeito Municipal de Guarapari	Lei Municipal: 3.232 de 03/02/2011

Fonte: Leis Municipais.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Após a assinatura do Protocolo de Intenções cada ente federado aprovou uma lei de ratificação do protocolo de intenções e criação da Associação pública denominada “Consórcio Público para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul do Espírito Santo” CONDESUL/ES (Tabela 02).

Em 23 de fevereiro de 2011 o Contrato de Consórcio Público para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul do Espírito Santo (CONDESUL/ES) foi assinado. O Contrato, regido pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2010 dá autonomia administrativa e financeira e de realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implantação e execução de suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Região Sul do Espírito Santo.

Antes de analisar os termos do Consórcio, é necessário tecer algumas considerações sobre os problemas de coordenação intergovernamental e sobre a importância de encontrar mecanismos de responsabilização nas políticas públicas.

O Brasil é o único país do mundo⁸ em que constitucionalmente os municípios se transformaram em entes federativos e os Estados e a União atuam como pactuantes. Abrucio (2001, p.12) afirma que uma federação precisa conjugar a autonomia entre os entes (Municípios, Estados e União) com a interdependência entre eles, para fortalecer o ideal da unidade. Para garantir a autonomia e interdependência o autor aponta duas questões básicas: [i] a idéia do controle mútuo; [ii] a coordenação intergovernamental.

Diante dos fenômenos contemporâneos os governos nacionais apresentam dificuldades de coordenação do país, entre eles: as crises fiscais e as crises de instrumentos de intervenção. A urbanização é um dos fatores mais importantes para levar à descentralização, que exige que estados e União estejam mais bem preparados para acompanhar e orientar as decisões dos entes federados.

Tanto o novo marco regulatório da política urbana, em especial relacionada à participação direta da sociedade, quanto as possibilidades de novos arranjos institucionais com vistas ao enfrentamento de questões comuns a mais de uma municipalidade, como transportes, habitação, redes de abastecimento, gestão de bacias hidrográficas e tratamento de efluentes e atendimento básico de saúde são temas recorrentes em consórcios municipais.

No campo das políticas públicas é importante a divisão das responsabilidades, pois nem mesmo os países mais ricos sustentam políticas sociais com recursos locais. Nesse contexto o problema da coordenação intergovernamental se coloca como tema fundamental. É importante encontrar mecanismos de co-responsabilização nas políticas públicas (Abrucio 2001 pag. 16).

Na lei de instituição do CONDESUL/ES, na cláusula 5º encontram-se como finalidades: [i] alavancar o desenvolvimento sustentável da região a partir das oportunidades geradas pelos empreendimentos instalados na área de atuação; [ii] promover a gestão e a proteção do patrimônio natural, urbanístico, paisagístico e turístico comum; [iii] planejar o crescimento urbano e regional e implementar ações de desenvolvimento urbano, socioeconômico na área de atuação e [iv] estabelecer e implementar estra-

⁸ Segundo Abrucio, 2001.

tégias comuns de instalação e melhoria da infraestrutura pública. Para conseguir atingir estes objetivos é imprescindível a correta coordenação dos entes federados e de seus problemas e para isso é importante pensar a região sem seus limites geográficos municipais. Essa questão é mal resolvida na maioria dos casos brasileiros e, segundo Abrucio (2001), decorre principalmente da dificuldade em pensar as políticas públicas regionalmente. Nessa ótica a questão da Guerra Fiscal é extremamente nociva ao conceito de política regional.

Apesar de se tratar de um consórcio e não de uma região metropolitana é importante garantir recursos estáveis, mecanismos de incentivo a cooperação entre os entes federados e uma coordenação com os entes superiores, para fortalecer a posição da região no território.

3.2.1. Breve análise do contrato

Buscando costurar um acordo de cooperação mútua entre os municípios influenciados diretamente pela instalação de grandes empresas na região, especificamente em Anchieta, o contrato do CONDESUL/ES, traz considerações importantes a respeito do modelo de desenvolvimento que se espera para a região. Frases como *“não há desenvolvimento sustentável se afetar isoladamente um município”*, *“não há desenvolvimento econômico se dele não resultar desenvolvimento social”*, *“desenvolvimento econômico socialmente responsável preocupa-se em gerar emprego, renda e oportunidades de negócios para os habitantes da região”*, *“desenvolvimento econômico justo, gera oportunidades para a sociedade onde ocorre, e, assim também, atenta a conter a possibilidade de migração desenfreada que resultam em crescimento e ocupação fundiária desordenados”* e *“desenvolvimento econômico desatento ao meio ambiente costuma resultar em passivos maiores do que os benefícios que eventualmente possa trazer”*, retratam as preocupações do poder público dos cinco municípios envolvidos com os possíveis impactos negativos dos empreendimentos para a região. Entre os dezesseis objetivos pontuados no contrato, destacam-se ações nas áreas de gestão e proteção do patrimônio natural, urbanístico, paisagístico e turístico, desenvolvimento urbano, rural e socioeconômico (local e regional), assistência social, educação e capacitação profissional, proteção ambiental, além do compartilhamento de instrumentos e equipamentos e intercâmbio de experiências entre os consorciados, dentre outros objetivos (CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO, 2011).

Essas preocupações devem estar concatenadas com as exigências a serem feitas pelos órgãos ambientais às grandes empresas, buscando delinear ações compensatórias por parte dos empreendedores no intuito de mitigar os impactos negativos à região. Esta questão será melhor abordada mais a frente, quando trataremos sobre os Grupos Temáticos da Avaliação Ambiental Estratégica, criados pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e sobre as condicionantes aprovadas por este órgão para concessão da Licença Prévia para instalação da Companhia Siderúrgica de Ubú (CSU).

A primeira ação do consórcio, divulgada no momento de assinatura do documento, foi a aplicação do Curso Internacional de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Nacional, em parceria com a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) do Governo do Estado do Espírito Santo.

Com o objetivo de capacitar os agentes públicos e privados na elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento local e regional, o curso abordou temas como Política de Desenvolvimento Regional, Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional e Local, Desenvolvimento Sustentável e Ordenamento Territorial, utilizando metodologia do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – ILPES, órgão vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL.

4. A QUESTÃO URBANA EM ANCHIETA E REGIÃO

Para melhor compreender de que maneira o município de Anchieta e região adjacente estão preparados para receber esses grandes investimentos no setor industrial, este capítulo busca analisar a realidade sócioeconômica da região e os instrumentos urbanísticos que as cidades dispõem. A análise enfoca, além dos municípios que compõe o CONDESUL (Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha e Piúma), os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, principal polo regional, e o município de Presidente Kennedy que, como mencionado, também tem previstos grandes investimentos no setor industrial.

Dividida em duas partes, a primeira subseção busca caracterizar a região em termos sócio-econômicos e, a partir disso, tenta, também, compreender o papel que Anchieta pode desempenhar no cenário regional que tem se desenhado com os investimentos previstos. São utilizados para isso, dados do Censo 2000 e 2010, PIB de 2002 a 2008 e RAIS MIGRA 2008-2009. A segunda parte busca analisar a gestão municipal, tentando captar, a partir da presença e aplicabilidade de leis urbanísticas, a importância com que a municipalidade vislumbra o planejamento urbano municipal. Para tal, é utilizada como fonte de dados, a pesquisa MUNIC, realizada anualmente pelo IBGE. Em ambos os casos, por conta do próprio foco da pesquisa, há um aprofundamento maior na análise para o município de Anchieta e o objetivo é apontar os principais desafios que se vislumbram para um desenvolvimento urbano equilibrado da cidade e da região.

4.1. Análise Socioeconômica da Região

Por conta da própria experiência brasileira, particularmente aquela vivida pelos principais municípios que atualmente compõem a RMGV a partir dos anos 70, um dos principais temores que acompanham o anúncio de grandes investimentos industriais é o *boom* populacional ocorrido pela propaganda que os rodeia. Como apontado por Alvarenga (2010), em 2006, quando foi feito o anúncio da citada siderúrgica havia uma expectativa por conta do próprio poder público municipal, anunciado na imprensa (MEGACIDADE... ,2006), de a população anchietense subir de 20 para 100 mil habitantes em oito anos. Como afirma a autora, tal impacto traria transformações radicais na estrutura social da cidade, criando novos padrões de desigualdade sócio-econômica para a região (ALVARENGA, 2010).

Apesar de a previsão exagerada não ter se concretizado até o momento, os dados do IBGE confirmam que, ainda que apresentem taxas distintas de crescimento anual, a população dos sete municípios

analisados cresceu de 2000 a 2010. Conforme tabela abaixo, três dos sete municípios apresentaram taxas superiores à taxa do estado (1,27%): Anchieta (2,22%), Piúma (1,92%) e Guarapari (1,76%). É evidente o destaque de Anchieta, com taxa de crescimento quase 75% superior à do estado.

Tabela 3 - População Residente e Taxa de Crescimento Geométrico da População do Espírito Santo, e municípios pesquisados, 2000 e 2010

UF E MUNICÍPIOS	2000	2010	Taxa de crescimento anual 2000-2010 (%)
Alfredo Chaves	13.616	13.960	0,25
Anchieta	19.176	23.894	2,22
Guarapari	88.400	105.227	1,76
Iconha	11.481	12.514	0,87
Piúma	14.987	18.123	1,92
Cachoeiro de Itapemirim	174.879	189.878	0,83
Presidente Kennedy	9.555	10.315	0,77
Total ES	3.097.232	3.512.672	1,27

Fonte: IBGE – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Em parte, esse crescimento pode ser explicado pela migração de trabalhadores para Anchieta, em virtude da ampliação das atividades industriais ou como efeito gerado pela expectativa de implantação de novas plantas.

Nesse sentido, tomando como fonte a base de dados RAIS MIGRA do Ministério do Trabalho, pode ser feita uma análise quanto ao potencial de Anchieta e região em atrair trabalhadores de outros municípios e estados. Apesar de tratar apenas dos empregos formais, pode-se, com esses dados, identificar quais municípios e quais setores de atividade têm atraído mais trabalhadores e inferir sobre o grau de instrução destes, como é apresentado mais à frente.

A partir do RAIS MIGRA, foi inferido que o número de trabalhadores que se desligaram de um emprego em 2008 em todo o país e criaram um vínculo empregatício em 2009 em Anchieta totalizou 1907 trabalhadores. Destes, 1026, ou 53,8% do total, tiveram origem no próprio município de Anchieta, 516, ou 27,06% do total, tiveram origem em outros municípios capixabas e 365, ou 19,14% do total, tiveram origem em outros estados da federação.

Apesar de ser o 28º maior município do estado em população, Anchieta foi o 13º maior responsável por movimentação de trabalhadores entre 2008 e 2009, ficando atrás apenas dos principais polos estaduais e de Jaguaré e Sooretama, ao norte do estado. No entanto, se fizermos uma relação entre a mobilidade de trabalhadores e a população do município, Anchieta passa para a quinta posição, mantendo-se atrás de Sooretama, Ibirapuçu, Vitória e Jaguaré, com uma porcentagem quase duas vezes superior a média estadual. Anchieta também foi, em números absolutos, o nono município que mais atraiu trabalhadores vindos de outros estados, ficando a frente de importantes municípios do estado, como

Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Colatina e Nova Venécia. A porcentagem de trabalhadores vindos de outros estados em relação ao total de trabalhadores que se movimentaram para o município é a sétima maior do estado, 19,14%.

Dentre os municípios da região analisados, conforme a Tabela 04, apesar de Anchieta (1907) ter recebido menos trabalhadores que Cachoeiro de Itapemirim (5912) e Guarapari (3455), a porcentagem de trabalhadores que trocaram de vínculo empregatício entre 2008 e 2009 (7,98%) em relação à população municipal é mais do dobro destes (3,28% e 3,11%, respectivamente), superando de longe o segundo melhor município nesta relação, Iconha (4,44%).

No que se refere aos trabalhadores vindos de outros estados, Anchieta (365) perde no cômputo total apenas para Guarapari (417), sendo também o que teve a maior porcentagem de trabalhadores vindos de outras Unidades Federativas (19,14%) em relação ao total de trabalhadores que migraram de emprego entre 2008 e 2009, sendo seguido, neste caso, pelo município de Alfredo Chaves (19,00%). No outro extremo, Presidente Kennedy (3,75%), Cachoeiro de Itapemirim (6,09%) e Piúma (6,80%), foram os municípios que receberam a menor porcentagem de trabalhadores de outros estados, em relação ao total. Alfredo Chaves, por sua vez, obteve a menor taxa da região e segunda menor do estado de trabalhadores que migraram de emprego internamente no município (27,96%) e a maior taxa da região e terceira maior do estado de trabalhadores que migraram de outros municípios capixabas (53,05%) em relação ao total de migrantes para o município. Presidente Kennedy (79,36%) e Cachoeiro de Itapemirim (78,55%), por outro lado, foram os que tiveram a maior porcentagem de trabalhadores que migraram de emprego dentro do próprio município, ficando, respectivamente, na décima e décima quarta posição no *ranking* estadual deste quesito.

Tabela 4 - Migração de Trabalhadores para os municípios pesquisados entre 2008 e 2009

MUNICÍPIO	Próprio Munic.	(%)	Demais Munic. ES	(%)	Total ES	(%)	Outras UFs	(%)	Total Geral	Popul. Munic. 2010	Popul. Munic. (%)
Alfredo Chaves	78	27,96	148	53,05	226	81,00	53	19,00	279	13.960	2,00
Anchieta	1.026	53,80	516	27,06	1542	80,86	365	19,14	1.907	23.894	7,98
Cachoeiro de Itapemirim	4.644	78,55	908	15,36	5552	93,91	360	6,00	5.912	189.878	3,11
Guarapari	2.240	64,83	798	23,1	3038	87,93	417	12,07	3.455	105.227	3,28
Iconha	311	56,04	158	28,47	469	84,50	86	15,50	555	12.514	4,44
Piúma	205	60,65	110	32,54	315	93,20	23	6,80	338	18.123	1,87
Presidente Kennedy	296	79,36	63	16,89	359	96,25	14	3,75	373	10.315	3,62
Total ES	82579	56,22	46904	31,93	129483	88,15	17413	11,85	146896	3512672	4,18

Fonte: RAIS MIGRA – 2009. Ministério do Trabalho.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN – 2011.

Se Anchieta tem se destacado em termos de crescimento populacional e atração de trabalhadores, o mesmo pode ser dito com relação ao Produto Interno Bruto. De 2002 para 2008 houve um aumento de 154,84% (Tabela 05), segundo maior crescimento dentre os municípios em foco, ultrapassado apenas pelo impressionante salto de 588,91% do PIB de Presidente Kennedy neste período. Alfredo Chaves, por outro lado, que tem o PIB mais bem distribuído intersetorialmente (Tabela 07), a menor participação do setor secundário (9,76%) e a maior do setor primário (32,26%) dentre os pesquisados também

apresentou uma evolução considerável, acima da média estadual, com um crescimento de 66,98% (Tabela 05). Os municípios mais populosos, Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari, foram os que apresentaram, juntamente com Piúma, o menor crescimento no período, todos abaixo dos 10%.

Tabela 5 - PIB Municipal a Preços Constantes de 2002 a 2008 (R\$ mil) dos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Evolução 2002-2008
Alfredo Chaves	75.867	85.196	79.772	88.942	106.617	113.326	126.686	66,98%
Anchieta	923.604	873.423	1.167.711	1.570.512	1.329.333	1.310.503	2.353.721	154,84%
Cachoeiro de Itapemirim	2.087.706	2.161.896	2.124.599	1.998.989	2.265.892	2.236.195	2.252.927	7,91%
Guarapari	754.281	754.026	736.053	704.058	763.910	802.291	827.243	9,67%
Iconha	110.924	115.856	121.032	139.174	125.209	139.835	152.061	37,09%
Piúma	103.269	103.792	97.655	96.617	101.578	109.980	112.968	9,39%
Presidente Kennedy	152.964	503.977	251.619	342.032	246.176	643.014	1.053.785	588,91%
Total ES	47.914.028	49.311.306	52.683.679	55.326.244	59.109.523	64.153.294	69.870.222	45,82%

Fonte: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN – 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN.

Anchieta, que há pelo menos uma década está entre os dez maiores PIBs municipais do estado, saltou do nono lugar em 2007 (Tabela 06) para o inédito sexto lugar no *ranking* estadual em 2008, ultrapassando Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz. Presidente Kennedy, por sua vez, ganhou 33 posições e, pela primeira vez, figura entre os dez maiores PIBs do estado, devido, principalmente, à sua crescente receita de *royalties* de petróleo. Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari perderam duas posições no período, o que reflete um pequeno rearranjo entre os principais polos estaduais. Iconha avançou quatro posições e Alfredo Chaves e Piúma duas, mantendo-se os três numa posição de intermediária a baixa no *ranking* estadual.

Tabela 6 - PIB Municipal - Posição dos Municípios no Ranking Estadual - 1999 a 2008

MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Vitória	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serra	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Vila Velha	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Cariacica	4	4	4	4	5	4	4	5	4	4
Linhares	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5
Anchieta	9	10	10	9	9	9	8	9	9	6
Aracruz	5	5	6	5	4	5	5	4	5	7
Cachoeiro De Itapemirim	6	6	5	6	6	6	6	6	6	8
Colatina	8	8	8	8	8	8	9	8	8	9
Presidente Kennedy	43	42	49	36	13	22	19	26	13	10
Guarapari	11	11	11	11	12	11	12	11	11	13
Iconha	50	52	47	48	47	43	42	47	46	46
Alfredo Chaves	52	54	57	60	58	59	54	50	54	50
Piúma	55	55	48	50	50	51	51	53	56	53

Fonte: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN – 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN.

Quanto à distribuição do PIB, além das considerações já feitas, vale ressaltar que, à exceção de Anchieta e Presidente Kennedy, os demais municípios têm no setor terciário suas atividades mais fortes, com Piúma e Guarapari se apresentando como casos extremos, onde, respectivamente, 80,26% e 78,67% do PIB se concentram neste setor (Tabela 07). O setor primário tem participação importante nos municípios de Alfredo Chaves e Iconha, onde 32,26% e 23,30% do PIB tem origem neste setor. Já Anchieta e Presidente Kennedy têm seu PIB baseado principalmente no setor secundário, 76,93%, no caso do primeiro e 92,22%, no caso do segundo.

Tabela 7 - Composição do PIB Municipal 2008 dos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	2008			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E SIUP *	COM. E SERV.	TOTAL
Alfredo Chaves	32,26	9,76	57,98	100
Anchieta	1,23	76,93	21,84	100
Guarapari	4,3	17,03	78,67	100
Iconha	23,3	11,93	64,77	100
Piúma	7,42	12,32	80,26	100
Cachoeiro de Itapemirim	2,32	28,89	68,79	100
Presidente Kennedy	2,76	92,22	5,01	100

*SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública (Eletricidade, Gás e Água)

Fonte: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN.

Em relação ao PIB *per capita* (Tabela 08), apesar de Anchieta apresentar o maior valor do estado, foi o terceiro no que se refere à evolução no período de 2002 a 2008 dentre os municípios pesquisados, com 53,89% de aumento. Presidente Kennedy, com o crescimento vertiginoso já apontado, aumentou 511,96% seu PIB *per capita*, enquanto Alfredo Chaves apresentou um aumento de 59,07%. Piúma, Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim mantiveram estáveis seus PIBs *per capita*, sendo que o último apresentou, inclusive, um pequeno decréscimo (-1,56%).

Tabela 8 - PIB Municipal *per capita* a preços constantes* de 2002 a 2008 (R\$ mil) dos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Evolução 2002-2008
Alfredo Chaves	5,49	6,123	5,652	6,253	7,439	8,105	8,733	59,07%
Anchieta	46,021	42,641	54,689	71,93	59,582	67,347	116,845	53,89%
Cachoeiro de Itapemirim	11,502	11,713	11,122	10,272	11,435	11,451	11,323	-1,56%
Guarapari	8,023	7,804	7,21	6,698	7,065	8,181	8,023	0,00%
Iconha	9,435	9,749	9,959	11,314	10,059	12,164	12,808	35,75%
Piúma	6,392	6,215	5,475	5,231	5,32	6,768	6,638	3,85%
Presidente Kennedy	15,965	52,536	26,161	35,514	25,524	62,386	97,699	511,96%
Total ES	14,965	15,172	15,717	16,232	17,063	19,141	20,231	35,19%

*Valores corrigidos pelo deflator do PIB do Espírito Santo

Fonte: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN.

Anchieta figura desde 2004 como primeiro do *ranking* e, em 2008, Presidente Kennedy apareceu como segundo colocado, deixando a capital estadual, pela primeira vez na década, como terceiro maior PIB *per capita* do estado (Tabela 09). Iconha foi o município que mais ganhou posições dentre os pesquisados, saltando da 40ª posição para a 19ª, enquanto Alfredo Chaves também ganhou quatro posições no período. Piúma, por sua vez, perdeu dez posições, Cachoeiro de Itapemirim perdeu treze e Guarapari perdeu dezessete posições entre os municípios no *ranking* estadual dos PIB *per capita*. Isso demonstra que estes três municípios não estão acompanhando a evolução do PIB *per capita* dos demais municípios capixabas, o que é preocupante se o que se vislumbra é um crescimento conjunto da economia estadual.

Tabela 9 - PIB Municipal *per capita* – Posição dos Municípios no *Ranking* estadual – 1999 a 2008

MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Anchieta	2	1	2	2	4	1	1	1	1	1
Presidente Kennedy	13	6	17	7	1	4	4	5	3	2
Vitória	1	2	1	1	2	2	2	2	2	3
Aracruz	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4
Serra	4	4	4	4	5	5	5	4	5	5
Linhares	9	12	7	9	12	10	11	11	12	6
Itapemirim	31	31	44	25	18	17	16	31	8	7
Jaguaré	17	10	5	6	8	7	6	6	6	8
Fundão	30	36	24	19	28	20	17	7	7	9
Pinheiros	22	18	9	10	10	6	10	8	9	10
Iconha	40	40	23	20	22	21	15	26	24	19
Cachoeiro de Itapemirim	14	21	13	15	14	16	22	18	26	27
Alfredo Chaves	50	59	68	72	65	69	57	47	54	46
Guarapari	37	47	39	39	44	51	51	53	52	54
Piúma	60	71	61	62	69	72	75	77	70	70

Fonte: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN – 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/IJSN.

Sabe-se, por outro lado, das limitações da utilização do PIB e, principalmente, do PIB *per capita* para medir o grau de desenvolvimento de um município, principalmente aqueles onde se localizam grandes empreendimentos, uma vez que estes concentram boa parte da riqueza gerada o que, muitas vezes, não se reverte em melhoria de vida para a população. Apesar de contarmos atualmente apenas com informações do Censo de 2000, Presidente Kennedy, por exemplo, que nessa época já figurava como 6º maior PIB *per capita* do estado era ao mesmo tempo o septuagésimo quarto IDH Municipal do Espírito Santo, que em 2000 tinha 77 municípios. Entretanto, conforme a Tabela 10, todos os demais municípios analisados figuram entre os 20 maiores IDHM capixabas. Analisando os componentes em separado, constatamos resultados piores em educação para Iconha e Alfredo Chaves, longevidade para Cachoeiro de Itapemirim e renda para Anchieta e Alfredo Chaves. Enquanto Guarapari teve um ótimo resultado em todos os componentes, Piúma, um resultado satisfatório e Presidente Kennedy um péssimo desempenho. É importante destacar que os municípios do CONDESUL tiveram o melhor resultado regional do estado no componente longevidade.

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M), municípios pesquisados 2000

MUNICÍPIO	Educação	Ranking	Longevidade	Ranking	Renda	Ranking	IDHM 2000	Ranking
Iconha	0,83	22º	0,808	2º	0,732	3º	0,79	3º
Guarapari	0,872	9º	0,784	4º	0,712	6º	0,789	4º
Anchieta	0,891	4º	0,784	4º	0,679	23º	0,785	6º
Piúma	0,854	14º	0,784	4º	0,691	15º	0,776	9º
Cachoeiro de Itapemirim	0,867	10º	0,732	37º	0,711	7º	0,77	12º
Alfredo Chaves	0,823	27º	0,784	4º	0,655	43º	0,754	20º
Presidente Kennedy	0,761	67º	0,654	66º	0,606	71º	0,674	74º

Fonte: IBGE – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), é calculado pela Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro desde 2005 para “orientar a formulação e o controle de resultados das políticas públicas por meio do acompanhamento sistemático (periodicidade anual) do desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros” (IJSN, 2010, p. 1). O índice é calculado a partir de três esferas, que formam sub-índices específicos nas áreas de Emprego Renda, Saúde e Educação. Para 2007, conforme a Tabela 11, Anchieta aparece na sétima colocação, seguido por Iconha na oitava, Guarapari na décima quinta, Cachoeiro de Itapemirim na décima sétima, Alfredo Chaves na vigésima primeira, Piúma na quadragésima terceira e Presidente Kennedy na sexagésima segunda. Comparando o *ranking* do IDHM 2000 e IFDM 2007 dos municípios pesquisados, percebemos que a maior diferença ocorreu no município de Piúma, que cai da nona para a quadragésima terceira posição. Há também diferenças significativas para os municípios de Guarapari e Presidente Kennedy, o que certamente reflete metodologias diferentes no cálculo dos referidos índices.

Tabela 11 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), municípios pesquisados 2007

MUNICÍPIO	Emprego & Renda	Ranking	Educação	Ranking	Saúde	Ranking	IFDM	Ranking
Anchieta	0,693	9º	0,8061	20º	0,857	18º	0,7854	7º
Iconha	0,5621	18º	0,8611	3º	0,9102	2º	0,7778	8º
Guarapari	0,608	15º	0,7099	65º	0,9093	3º	0,7424	15º
Cachoeiro de Itapemirim	0,636	10º	0,8074	19º	0,7521	58º	0,7318	17º
Alfredo Chaves	0,4823	28º	0,7948	24º	0,8984	7º	0,7251	21º
Piúma	0,4049	49º	0,7271	60º	0,836	28º	0,656	43º
Presidente Kennedy	0,4121	45º	0,7579	45º	0,6967	76º	0,6223	62º

Fonte: Firjan – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Quando se discriminam os componentes do IFDM, percebe-se que no que se refere a Emprego & Renda há um destaque para os municípios de Anchieta (9º) e Cachoeiro de Itapemirim (10º), que tiveram neste componente sua melhor classificação. Iconha e Alfredo Chaves, por outro lado, registraram nesta esfera sua pior classificação. Quanto à educação, o único destaque positivo é para Iconha, terceiro município melhor classificado no *ranking* estadual. Os destaques negativos são de Piúma e Guarapari, respectivamente, 60º e 65º município no *ranking* estadual da educação do IFDM 2007. É importante lembrar que Guarapari é um município-chave na integração de Anchieta com a Região Metropolitana da Grande Vitória. Anchieta, por sua vez, teve sua pior classificação no IFDM 2007, no

ranking da educação. Na saúde, Iconha (2º), Guarapari (3º) e Alfredo Chaves (7º) foram os municípios melhor classificados na região, com Piúma tendo apresentado sua melhor performance no IFDM 2007, neste componente. Por outro lado, Cachoeiro de Itapemirim (58º) e Presidente Kennedy (76º) foram os destaques negativos no componente saúde, o que representa uma situação muito complicada para o maior município polo do sul do estado, no caso do primeiro, e para um dos municípios que recebe o maior montante em *royalties* do estado, no caso do último.

O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) está finalizando uma pesquisa de mapeamento dos equipamentos comunitários do Espírito Santo. Foram contabilizados equipamentos de saúde, educação, segurança e assistência social. Devido a certa uniformidade da quantidade de equipamentos de segurança e assistência social nos municípios de interior, utiliza-se apenas o banco de dados de educação e saúde nesta análise. Segue, a seguir, as tabelas com a quantidade de equipamentos dos municípios analisados e a colocação no *ranking* estadual.

Tabela 12 - Equipamentos de Saúde e Leitos Hospitalares, municípios pesquisados

MUNICÍPIO	População	Ranking	Nº de equip. Saúde	Ranking	Nº de pessoas/equipamento	Ranking	nº de leitos hospitalares	Ranking
Alfredo Chaves	13.960	48º	17	20º	821,18	4º	-	-
Anchieta	23.894	28º	28	11º	853,36	6º	54	28º
Guarapari	105.227	9º	42	8º	2.505,40	61º	89	14º
Iconha	12.514	51º	9	44º	1.390,44	23º	28	46º
Piúma	18.123	39º	14	26º	1.294,50	18º	26	48º
Cachoeiro de Itapemirim	189.878	5º	59	3º	3.218,27	72º	928	2º
Presidente Kennedy	10.315	66º	9	44º	1.146,11	11º	-	-
Total ES	3.512.672	-	15,96	-	2.821,42	-	7.736	

Fonte: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN – 2011; DATASUS – 2011; IBGE – 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Decerto a quantidade de equipamentos em si não retrata o grau ou qualidade do atendimento na saúde e na educação por município. Municípios maiores tendem a ter unidades de atendimento maiores e mais centralizadoras. No caso da saúde, há uma regionalização que responde a uma metodologia imposta pelo Ministério da Saúde, no qual alguns municípios polos centralizam equipamentos de maior complexidade, enquanto aqueles de atendimento básico são descentralizados em unidades territoriais menores. Como não é objetivo deste trabalho analisar aprofundadamente o sistema de saúde estadual, optamos em não diferenciar aquelas unidades de atendimento mais complexo e abrangente daquelas de atendimento básico.

Nesse sentido, municípios maiores tendem a se posicionar melhor quanto ao número de equipamentos e os menores no que se refere à quantidade de pessoas atendidas por equipamento. Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari, por exemplo, estão muito bem colocados quanto ao número de equipamentos e muito mal colocados quanto ao número de pessoas atendidas por equipamento (Tabela 12). No entanto, a comparação entre o *ranking* populacional, o número de equipamentos e o número de pessoas atendidas por equipamentos é favorável a todos os demais municípios analisados. Piúma, por exemplo, é o 39º município em população, o 26º em número de equipamentos e o 18º em número de pessoas atendidas por equipamento. Iconha é o 51º em população, o 44º em equipamentos e 23º em número

de pessoas atendidas por equipamento. Os melhores resultados foram alcançados por Presidente Kennedy, Alfredo Chaves e Anchieta. Enquanto Presidente Kennedy é o 66º município capixaba em população é o 44º município em número de equipamentos e o 11º em número de pessoas atendidas por equipamento. Alfredo Chaves é o 48º município em população, o 23º em número de equipamentos e o quarto em número de pessoas atendidas por equipamento. Anchieta é o 28º município em população, o 11º em número de equipamentos e o sexto em número de pessoas atendidas por equipamento.

Por outro lado, percebe-se uma grande centralização de Cachoeiro de Itapemirim com o segundo maior polo estadual em nº de leitos hospitalares, apesar de ser o quinto em população. Guarapari, por sua vez, apesar de nono município em população é apenas o décimo quarto em número de leitos. Iconha e Piúma tiveram um posicionamento invertido, pois enquanto o primeiro é o 51º em população e passa a 46ª posição em número de leitos, o segundo é 39º em população, mas apenas o 48º em leitos hospitalares. Anchieta manteve-se 28º lugar, enquanto Alfredo Chaves e Presidente Kennedy não têm sequer um leito hospitalar.

Esses dados em si não revelam uma boa ou má qualidade no atendimento da saúde nos municípios analisados, mas, em comparação aos demais municípios capixabas, pode-se afirmar que litoral sul, no que se refere à saúde, está melhor atendido que a média estadual em número de equipamentos. O inverso ocorre quanto ao número de leitos hospitalares, como afirmado, muito centralizado em Cachoeiro de Itapemirim, que pode ser explicado pela própria dinâmica do setor. No entanto, há que se ater ao fato que, com o incremento populacional provavelmente advindo com os investimentos industriais previstos, devem ser previstos investimentos também na área de saúde para que não se corra o risco de comprometer o quadro relativamente positivo desses municípios no que se refere à realidade estadual.

Tabela 13 - Equipamentos de Educação e Vagas Escolares, municípios pesquisados

MUNICÍPIO	População	Ranking	Nº de equip. Educação	Ranking	Nº de pessoas/equipamento	Ranking	nº de vagas escolares*	Ranking
Alfredo Chaves	13.960	48º	47	23º	297,02	2º	2.694	57º
Anchieta	23.894	28º	54	20º	442,48	13º	6.401	27º
Guarapari	105.227	9º	103	9º	1.021,62	66º	24.570	8º
Iconha	12.514	51º	24	45º	521,42	22º	2.685	58º
Piuma	18.123	39º	19	60º	953,84	62º	4.432	39º
Cachoeiro de Itapemirim	189.878	5º	149	5º	1.274,35	74º	39.834	5º
Presidente Kennedy	10.315	66º	23	49º	448,48	14º	3.164	50º
Total ES	3.5126.72	-	47,64	-	945,28	-	768.240	-

*Apenas as vagas nas redes estadual e municipal de ensino (infantil, fundamental e médio), incluindo alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) presencial e Educação Especial.

Fonte: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN – 2011; DATASUS – 2011; IBGE – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Quanto aos equipamentos de educação, percebe-se pela Tabela 13 um comportamento bem diferenciado entre os municípios. Alfredo Chaves, por exemplo, tem um desempenho bastante favorável quanto ao número de equipamentos e ao número de pessoas por equipamento educacional, sendo neste último caso o segundo município mais bem colocado no estado. Entretanto, quanto ao número de vagas cai para a 57ª posição, o que reflete uma educação bem descentralizada. Realidade também

presente, em menor grau, em Anchieta, Presidente Kennedy e Iconha, respectivamente 13º, 14º e 22º colocados em número de pessoas por equipamento de educação, mas que caem para 27º, 50º e 58º em número de vagas escolares. No caso deste último surpreende o fato do número de vagas ser superior a 50% da população. Para uma análise mais aprofundada sobre a relação do número de vagas com a população, haveria que se relacionar o número de vagas relativo a população em idade escolar, dado que ainda não foi divulgado pelo IBGE para o Censo de 2010.

Piúma, no outro extremo, teve um desempenho bastante desfavorável quanto ao número de equipamentos educacionais e o número de pessoas atendidas por equipamento assumindo, respectivamente, a 60ª e 62ª posição, apesar de ser o 39º em população. Todavia, reassume a 39ª posição quando averiguamos o número de vagas escolares disponíveis na rede pública de ensino. Percebe-se em Piúma uma realidade similar à dos municípios polo, com uma rede de ensino mais centralizada em equipamento de maior porte, como verificado em Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari que, apesar de bem posicionados quanto ao número de equipamentos e de vagas nas escolas, no que se refere ao número de pessoas por equipamento, caem para 74ª e 66ª posição no *ranking* estadual.

4.2.1. Anchieta, uma aproximação

O primeiro povoado fundado, em 1579, pelos colonizadores portugueses na região onde se assenta o atual município de Anchieta foi batizado com o nome de Iiritiba. Em 1759, o povoado foi elevado à categoria de vila, passando a se denominar Benevente. Ainda em 1761 tal vila passou a distrito sede do município de Benevente. Uma lei provincial de 1887 mudou o nome do município para Anchieta, em homenagem ao padre jesuíta fundador da vila de Iiritiba, José de Anchieta. No entanto, apenas em 1921 uma lei estadual confirmou a mudança de nome da municipalidade.

Com uma população de 23.894 habitantes em 2010, Anchieta se caracteriza pela grande importância do setor primário, com destaque à agricultura familiar e à pesca, um setor secundário com índices fortemente influenciados pela presença de uma grande planta industrial, a Samarco Mineração, e o setor terciário marcado pela vocação turística de seu litoral. Cerca 76% da população se localiza na área urbana (IBGE, 2010), seu PIB *per capita* saltou de R\$ 25.293,00 em 2002 para R\$ 59.439,00 em 2006, fortemente influenciado pela ampliação da mesma mineradora.

Do mesmo modo, embora em número de empresas o gênero alimentício até o final da década de 1990 tenha despontado como o mais significativo do município, com 31% das plantas industriais, em número de empregos gerados, o gênero “processamento de minerais” desponta com mais de 70% dos postos de trabalho do setor secundário no município.

Segundo entrevista com os secretários de governo e de administração e recursos humanos de Anchieta, Fabrício Petri e Sandro Azevedo Alpoin, realizada em 2010 para o Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades do Espírito Santo, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais, o município com que Anchieta tem relação mais forte é Guarapari, principalmente no que se refere a atividades de comércio e ensino técnico e superior (CEDEPLAR, 2011). Segundo infor-

mações repassadas, são aproximadamente 1200 alunos que saem diariamente para estudar em Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim e RMGV. Tanto os serviços alimentares mais sofisticados, buscados principalmente em Guarapari e Piúma, como os serviços bancários, atendidos principalmente em Iconha e Guarapari, são insuficientes para os secretários. Na cidade faltam ainda locais de entretenimento, como teatros e cinemas. A hotelaria está concentrada nos principais balneários, Ubu, Castelhanos e Iriri, enquanto a estrutura de transportes é bastante precária, não havendo uma rodovia de contorno ao perímetro urbano e nem mesmo uma rodoviária na cidade.

Por outro lado, o município mantém serviços hospitalares de média complexidade, além do Programa de Saúde da Família (PSF) atendendo pacientes de Piúma, Alfredo Chaves e Guarapari.

Algumas dessas informações são confirmadas pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2007, onde Anchieta aparece como sendo polarizada principalmente pela Área de Concentração de População (ACP) de Vitória (no qual Guarapari foi incluída) e por Cachoeiro de Itapemirim. No que se refere a ACP Vitória, Anchieta é influenciado em ligações de 1ª ordem nos temas *Aeroporto, Compras, Lazer e Saúde*, e por ligações de 3ª ordem no tema *Cursos*. Cachoeiro de Itapemirim polariza Anchieta em ligações de 1ª ordem no tema *Cursos* e em ligações de 2ª ordem no tema *Saúde*. Além desses, o município de Alegre (onde há um campus da Universidade Federal do Espírito Santo e uma Escola Agrotécnica Federal) centraliza o tema *Cursos* com ligações de 2ª ordem. Anchieta, por sua vez, polariza unicamente o município de Piúma em ligações de 1ª ordem no tema *Saúde*.

Em 2000, segundo dados do Censo, 75,4% dos domicílios eram servidos de abastecimento de água, enquanto o esgotamento sanitário estava presente em apenas 7,9% dos domicílios. Em ambos os casos, essas taxas são inferiores à média do estado (81% e 56,8%, respectivamente) e da microrregião (81% e 21,1%), sendo que, no que se refere ao esgotamento sanitário, foi o município da microrregião com pior desempenho. Deve-se considerar, por outro lado, que esses dados estão defasados e que representavam um contexto no qual o município ainda não figurava como polo potencial de desenvolvimento. Segundo os secretários entrevistados, o saneamento básico, outrora bastante deficiente, tem recebido investimento do governo estadual nos últimos anos. De fato, a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) concluiu em 2009 a implantação do sistema de esgotamento sanitário (estação de tratamento, estações elevatórias, rede coletora, ligações prediais e domiciliares e emissário) da sede do município, o que certamente mudou o quadro representado pelo Censo de 2000, diminuindo o passivo deixado pelas administrações anteriores. Por outro lado, como já afirmado, com a previsão de incremento industrial e populacional, é necessário prever novos investimentos em serviços e infraestrutura urbana, no intuito de se antecipar aos problemas de um crescimento mal planejado.

Analisando os dados do RAIS MIGRA relativos a Anchieta, especificamente, conforme se percebe no Figura 11 e na Tabela 14, os municípios capixabas que mais exportaram trabalhadores em 2009 para Anchieta foram, em ordem, Guarapari (130), Serra (106), Vitoria (72), Vila Velha (44), Piúma (34), Iconha (25), Aracruz (22), Cariacica (21) e Linhares (19). Todos estão situados nas microrregiões Metropolitana, Polo Linhares e na própria MetrÓpole Expandida Sul, do qual Anchieta é integrante.

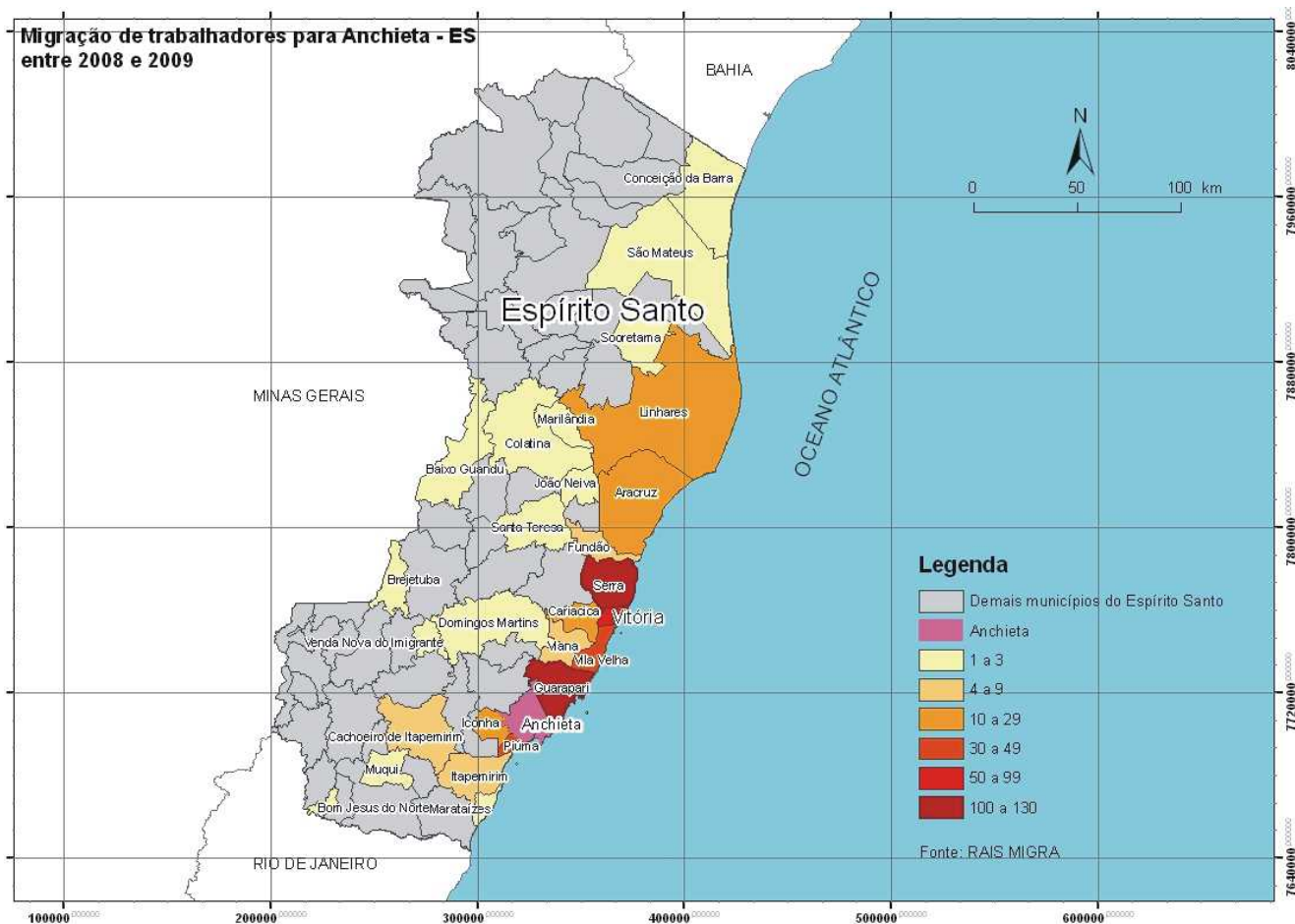
Tabela 14 - Trabalhadores Migrantes para Anchieta entre 2008 e 2009, segundo grau de escolaridade

MUNICIPIO	Analfabeto	Ensino Fundam. Incompl.	Ensino Fundam. Compl.	Ensino Médio Incompl.	Ensino Médio Compl.	Educação Superior Incompl.	Educação Superior Compl.	Total
Anchieta-ES	3	3	100	90	495	95	138	1.026
% Total Anchieta	0,29%	10,23%	9,75%	8,77%	48,25%	9,26%	13,45%	100,00%
Guarapari-ES	0	27	16	18	53	2	14	130
% Total Guarapari	0,00%	20,77%	12,31%	13,85%	40,77%	1,54%	10,77%	100,00%
Serra-ES	0	14	25	14	49	2	2	106
% Total Serra	0,00%	13,21%	23,58%	13,21%	46,23%	1,89%	1,89%	100,00%
Sao Paulo-SP	0	19	12	11	57	1	2	102
% Total São Paulo	0,00%	18,63%	11,76%	10,78%	55,88%	0,98%	1,96%	100,00%
Vitoria-ES	0	17	5	7	22	5	16	72
% Total Vitória	0,00%	23,61%	6,94%	9,72%	30,56%	6,94%	22,22%	100,00%
Vila Velha-ES	0	15	6	4	18	0	1	44
% Total Vila Velha	0,00%	34,09%	13,64%	9,09%	40,91%	0,00%	2,27%	100,00%
Belo Horizonte-MG	0	10	2	3	21	0	1	37
% Total Belo Horizonte	0,00%	27,03%	5,41%	8,11%	56,76%	0,00%	2,70%	100,00%
Vazante-MG	0	6	6	2	23	0	0	37
% Total Vazante	0,00%	16,22%	16,22%	5,41%	62,16%	0,00%	0,00%	100,00%
Piuma-ES	0	3	4	1	14	5	7	34
% Total Píuma	0,00%	8,82%	11,76%	2,94%	41,18%	14,71%	20,59%	100,00%
Rio de Janeiro-RJ	0	1	4	2	16	1	5	29
% Total Rio de Janeiro	0,00%	3,45%	13,79%	6,90%	55,17%	3,45%	17,24%	100,00%
Iconha-ES	1	6	3	1	12	0	2	25
% Total Iconha	4,00%	24,00%	12,00%	4,00%	48,00%	0,00%	8,00%	100,00%
Aracruz-ES	0	3	4	1	14	0	0	22
% Total Aracruz	0,00%	13,64%	18,18%	4,55%	63,64%	0,00%	0,00%	100,00%
Cariacica-ES	0	0	3	0	18	0	0	21
% Total Cariacica	0,00%	0,00%	14,29%	0,00%	85,71%	0,00%	0,00%	100,00%
Salvador-BA	0	3	3	0	14	0	0	20
% Total Salvador	0,00%	15,00%	15,00%	0,00%	70,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Linhares-ES	0	1	6	1	11	0	0	19
% Total Linhares	0,00%	5,26%	31,58%	5,26%	57,89%	0,00%	0,00%	100,00%
Itabirito-MG	0	1	2	2	11	0	0	16
% Total Itabirito	0,00%	6,25%	12,50%	12,50%	68,75%	0,00%	0,00%	100,00%
Matozinhos-MG	0	4	0	1	10	0	0	15
% Total Matozinhos	0,00%	26,67%	0,00%	6,67%	66,67%	0,00%	0,00%	100,00%
Conselheiro Lafaiete-MG	0	1	4	4	4	0	1	14
% Total Conselheiro Lafaiete	0,00%	7,14%	28,57%	28,57%	28,57%	0,00%	7,14%	100,00%
Demais Municípios	1	32	26	7	62	1	9	138
% Total Demais municípios	0,72%	23,19%	18,84%	5,07%	44,93%	0,72%	6,52%	100,00%
ESPÍRITO SANTO	4	4	179	138	728	109	183	1.542
% Total ESPÍRITO SANTO ES	0,26%	0,26%	11,61%	8,95%	47,21%	7,07%	11,87%	100,00%
Capixabas Migrantes	1	1	79	48	233	14	45	516
% Total Capixabas Migrantes	0,19%	18,60%	15,31%	9,30%	45,16%	2,71%	8,72%	100,00%
Migrantes outros Estados	1	1	52	31	196	3	15	365
% Total Migrantes outros Estados	0,27%	18,36%	14,25%	8,49%	53,70%	0,82%	4,11%	100,00%
Migrantes	2	2	131	79	429	17	60	881
% Total Migrantes	0,23%	0,23%	14,87%	8,97%	48,69%	1,93%	6,81%	100,00%
Total Geral	5	5	231	169	924	112	198	1.907
% Total Geral	0,26%	14,05%	12,11%	8,86%	48,45%	5,87%	10,38%	100,00%
% Anchieta sobre Total Geral	60,00%	60,00%	43,29%	53,25%	53,57%	84,82%	69,70%	53,80%
% Migrantes outros Estados sobre Total Geral	20,00%	20,00%	22,51%	18,34%	21,21%	2,68%	7,58%	19,14%
% Migrantes sobre Total Geral	40,00%	40,00%	56,71%	46,75%	46,43%	15,18%	30,30%	46,20%
% Capixabas Migrantes sobre Total ES	25,00%	25,00%	44,13%	34,78%	32,01%	12,84%	24,59%	33,46%

Fonte: RAIS MIGRA – 2009. Ministério do Trabalho.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Figura 11 - Migração de Trabalhadores para Anchieta-ES entre 2008 e 2009, oriundos do Espírito Santo



Fonte: RAIS MIGRA – 2009. Ministério do Trabalho.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Além do ES, os principais estados que exportaram trabalhadores em 2009 para Anchieta foram, em ordem, Minas Gerais (153), São Paulo (122), Rio de Janeiro (39) e Bahia (32) (Vide ANEXO). Além desses, constam trabalhadores vindos do Mato Grosso do Sul (06), Paraná, (04), Rio Grande do Sul (02), Alagoas, Goiás, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Tocantins (01 cada). Nos estados de maior relevância, destacam-se os municípios de São Paulo-SP (102), Belo Horizonte-MG (37), Vazante-MG (37), Rio de Janeiro-RJ (29), Salvador-BA (20), Itabirito-MG (16), Matozinhos-MG (15) e Conselheiro Lafaiete-MG (14).

Chama atenção a migração de trabalhadores dos municípios mineiros de Vazante, Itabirito, Matozinho e Conselheiro Lafaiete. Em Vazante há uma grande exploração de zinco, feita pela Companhia Mineira de Metais, do Grupo Votorantim, sendo a cidade considerada a capital do zinco. Itabirito, por sua vez, é um município localizado a 48 km de Ouro Preto e 55 km de Belo Horizonte, tendo seu próprio nome derivado de um minério com baixo teor de ferro e que passou a ser explorado pela Samarco Mineração em 1977, quando foi inaugurado o mineroduto ligando a cidade a Anchieta. Já em Matozinhos há uma considerável exploração de calcário e Conselheiro Lafaiete tem a sede de uma importante fábrica de equipamentos para mineração, a Mine Service.

Com relação ao grau de instrução dos trabalhadores que mudaram de vínculo empregatício entre 2008 e 2009, analisando a Tabela 14 percebe-se que 48,45% têm ensino médio completo. Tal concentração é maior para os trabalhadores de fora do estado, onde 53,70% dos trabalhadores têm ensino médio completo, enquanto entre os trabalhadores que mudaram de emprego no período analisado dentro do território capixaba, descontando Anchieta, o percentual é de 45,16%. Por outro lado, enquanto a quantidade de trabalhadores com ensino superior completo representa 13,45% dos que mudaram de emprego dentro de Anchieta, para os que vieram de outros municípios capixabas esse valor cai para 8,72% e de outro estado para apenas 4,11%, sendo a média geral de 10,38%.

Bem revelador é o fato de que, dentre os trabalhadores que têm ensino superior completo e incompleto, os que vieram de outros estados representam apenas 7,58% e 2,68%, respectivamente, dos trabalhadores que se transferiram de emprego no período analisado para Anchieta, a menor representatividade dentro de sua própria faixa de instrução. Nas demais faixas de instrução, o percentual de trabalhadores advindos de outros estados varia entre 18 e 25%. Por outro lado, os trabalhadores do próprio município de Anchieta com ensino superior completo e incompleto representam, respectivamente, 69,70% e 84,42% dos trabalhadores com tal faixa de instrução que mudaram de vínculo entre 2008 e 2009 para Anchieta. Ou seja, os trabalhadores atraídos para o município têm uma qualificação menor do que aqueles que se movimentam dentro do próprio território anchietense e os de outros estados são ainda menos qualificados que os trabalhadores de outros municípios capixabas.

Discriminando os dados dos principais municípios que enviaram trabalhadores para Anchieta, é possível fazer outras reflexões importantes. Vitória, seguida de Piúma e Rio de Janeiro, são municípios que se destacam como os que exportaram, relativamente, trabalhadores mais qualificados para Anchieta, com, respectivamente, 22,22%, 20,59% e 17,24% dos seus trabalhadores que migraram tendo ensino superior completo. Em números absolutos, os destaques são os municípios de Vitória e Guarapari, de onde saíram, respectivamente, 21 e 16 trabalhadores com ensino superior completo ou incompleto. O município de Serra, apesar de se destacar como o segundo maior exportador de trabalhadores para Anchieta, apenas 3,78% tem ensino superior completo ou incompleto. O mesmo ocorreu com relação a São Paulo, terceiro na lista, e de onde apenas 2,94% dos trabalhadores têm ensino superior completo ou incompleto.

No que se refere aos principais setores que enviaram trabalhadores a Anchieta, os que mais contribuíram foi a Administração Pública e o setor de Serviços, com 701 e 691 trabalhadores (Tabela 15) que mudaram de vínculo entre 2008 e 2009, representando, respectivamente, 36,76% e 36,23% do total. Sucedem a estes, a Indústria de Transformação, o Comércio e a Construção Civil com, respectivamente, 232, 162 e 85 trabalhadores, ou 12,17%, 8,50% e 4,16% do total. Deve-se considerar que o elevado número de trabalhadores da Administração Pública que mudaram de vínculo empregatício no período pode ter relação com o fato de 2008 ter sido um ano de eleições municipais, quando geralmente há mais mudanças no quadro de funcionários do poder público municipal. Vale ressaltar que 88,16% dos trabalhadores que mudaram de vínculo pra administração pública de Anchieta entre 2008 e 2009 vieram do próprio município.

Tabela 15 - Trabalhadores Migrantes para Anchieta entre 2008 e 2009, segundo setor de atividade

MUNICÍPIO	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Administ. Pública	Agropec., Extr. Vegetal, Pesca e Caça	Total
Anchieta-ES	6	80	40	93	179	618	10	1.026
% Total Anchieta	0,58%	7,80%	3,90%	9,06%	17,45%	60,23%	0,97%	100,00%
Guarapari-ES	0	16	7	14	79	13	1	130
% Total Guarapari	0,00%	12,31%	5,38%	10,77%	60,77%	10,00%	0,77%	100,00%
Serra-ES	0	28	6	9	56	7	0	106
% Total Serra	0,00%	26,42%	5,66%	8,49%	52,83%	6,60%	0,00%	100,00%
Sao Paulo-SP	0	16	7	5	68	6	0	102
% Total São Paulo	0,00%	15,69%	6,86%	4,90%	66,67%	5,88%	0,00%	100,00%
Vitoria-ES	0	5	5	2	38	22	0	72
% Total Vitória	0,00%	6,94%	6,94%	2,78%	52,78%	30,56%	0,00%	100,00%
Vila Velha-ES	1	5	1	4	25	3	5	44
% Total Vila Velha	2,27%	11,36%	2,27%	9,09%	56,82%	6,82%	11,36%	100,00%
Belo Horizonte-MG	0	12	1	1	22	1	0	37
% Total Belo Horizonte	0,00%	32,43%	2,70%	2,70%	59,46%	2,70%	0,00%	100,00%
Vazante-MG	0	15	0	1	19	2	0	37
% Total Vazante	0,00%	40,54%	0,00%	2,70%	51,35%	5,41%	0,00%	100,00%
Piuma-ES	0	2	0	9	8	14	1	34
% Total Piuma	0,00%	5,88%	0,00%	26,47%	23,53%	41,18%	2,94%	100,00%
Rio de Janeiro-RJ	0	6	2	0	21	0	0	29
% Total Rio de Janeiro	0,00%	20,69%	6,90%	0,00%	72,41%	0,00%	0,00%	100,00%
Iconha-ES	0	7	1	5	6	2	4	25
% Total Iconha	0,00%	28,00%	4,00%	20,00%	24,00%	8,00%	16,00%	100,00%
Aracruz-ES	0	5	1	0	15	1	0	22
% Total Aracruz	0,00%	22,73%	4,55%	0,00%	68,18%	4,55%	0,00%	100,00%
Cariacica-ES	0	1	2	10	6	1	1	21
% Total Cariacica	0,00%	4,76%	9,52%	47,62%	28,57%	4,76%	4,76%	100,00%
Salvador-BA	0	0	0	0	19	1	0	20
% Total Salvador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	95,00%	5,00%	0,00%	100,00%
Linhares-ES	0	1	0	0	18	0	0	19
% Total Linhares	0,00%	5,26%	0,00%	0,00%	94,74%	0,00%	0,00%	100,00%
Itabirito-MG	0	1	0	0	15	0	0	16
% Total Itabirito	0,00%	6,25%	0,00%	0,00%	93,75%	0,00%	0,00%	100,00%
Matozinhos-MG	0	1	0	0	10	4	0	15
% Total Matozinhos	0,00%	6,67%	0,00%	0,00%	66,67%	26,67%	0,00%	100,00%
Conselheiro Lafaiete-MG	0	9	1	0	4	0	0	14
% Total Conselheiro Lafaiete	0,00%	64,29%	7,14%	0,00%	28,57%	0,00%	0,00%	100,00%
Demais municípios	1	22	11	9	83	6	6	138
% Total Demais municípios	0,72%	15,94%	7,97%	6,52%	60,14%	4,35%	4,35%	100,00%
ESPÍRITO SANTO ES	8	160	65	149	451	683	26	1542
% Total ESPÍRITO SANTO ES	0,52%	10,38%	4,22%	9,66%	29,25%	44,29%	1,69%	100,00%
Capixabas Migrantes	2	80	25	56	272	65	16	516
% Total Capixabas Migrantes	0,39%	15,50%	4,84%	10,85%	52,71%	12,60%	3,10%	100,00%
Migrantes outros Estados	0	72	20	13	240	18	2	365
% Total Migrantes outros Estados	0,00%	19,73%	5,48%	3,56%	65,75%	4,93%	0,55%	100,00%
Migrantes	2	152	45	69	512	83	18	881
% Total Migrantes	0,23%	17,25%	5,11%	7,83%	58,12%	9,42%	2,04%	100,00%
Total Geral	8	232	85	162	691	701	28	1.907
% Total Geral	0,42%	12,17%	4,46%	8,50%	36,23%	36,76%	1,47%	100,00%
% Anchieta sobre Total Geral	75,00%	34,48%	47,06%	57,41%	25,90%	88,16%	35,71%	53,80%
% Migrantes outros Estados sobre Total Geral	0,00%	31,03%	23,53%	8,02%	34,73%	2,57%	7,14%	19,14%
% Migrantes sobre Total Geral	25,00%	65,52%	52,94%	42,59%	74,10%	11,84%	64,29%	46,20%
% Capixabas Migrantes sobre Total ES	25,00%	50,00%	38,46%	37,58%	60,31%	9,52%	61,54%	33,46%

*Não foi contabilizado nenhum trabalhador no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Fonte: RAIS MIGRA- 2009. Ministério do Trabalho

Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento(CGEO)/IJSN.

Dentre os 232 trabalhadores que transferiram seu vínculo empregatício para a indústria de transformação de Anchieta, 65,52% vieram de fora do município e 31,03% vieram de fora do Espírito Santo. No setor de serviços essa tendência é ainda mais forte com 74,10% dos trabalhadores oriundos de outros municípios e 34,73% de fora do estado. Já na construção civil, 52,94% dos trabalhadores que mudaram de emprego, vieram de fora de Anchieta, enquanto 23,53% vieram de fora do estado. Tendência oposta ocorre no setor de administração pública, onde, apesar do elevado número de trabalhadores que mudaram de vínculo entre 2008 e 2009, apenas 11,84% vieram de fora de Anchieta e 2,57% vieram de outro estado.

O setor de serviços é o principal foco de atração na maioria das cidades que exportaram trabalhadores para Anchieta no período analisado, rerepresentando, nos casos extremos, 95% dos trabalhadores de Salvador, 94,74% dos trabalhadores de Linhares e 93,75% dos trabalhadores de Itabirito. É também principal nas cidades do Rio de Janeiro (72,41%), Aracruz (68,18%), São Paulo (66,67%), Matozinhos (66,67%), Guarapari (60,77%), Belo Horizonte, (59,46%), Vila Velha (56,82%), Serra (52,83%), Vitória (52,78%) e Vazante (51,35%), com contribuições importantes também nos demais municípios. A administração pública é o principal foco de atração nas mudanças de emprego ocorridas dentro do próprio município de Anchieta, destino de 60,23% dos trabalhadores, e de Piúma, de onde 41,18% dos trabalhadores se dirigiram a este setor, com importantes contribuições também nos municípios de Vitória (30,56%) e Matozinhos (26,67%). O setor de indústria de transformação apareceu como principal foco de atração de trabalhadores para os municípios de Conselheiro Lafaiete e Iconha com, respectivamente, 64,29% e 28,00% dos seus trabalhadores que migraram para Anchieta vindo trabalhar neste setor. Também houve contribuições importantes nos municípios de Vazante (40,54%), Belo Horizonte (32,43%), Serra (26,42%) e Aracruz (22,73%). Por fim, o comércio foi o principal foco de atração de trabalhadores de Cariacica (47,62%), sendo importante também a participação nos municípios de Piúma (26,47%) e Iconha (20,00%).

Se juntar os dados dos setores de serviço, comércio e administração pública, percebe-se que o setor terciário foi responsável pela movimentação de cerca de 81,5% dos trabalhadores brasileiros desligados em 2008 e que criaram vínculo em Anchieta em 2009, apesar de representar apenas 21,8% do PIB e 63,9% dos postos de trabalho do município. O setor secundário, que representa 3/4 do PIB, e cerca de 29% dos postos de trabalho, foi responsável pela movimentação de cerca de 17% dos trabalhadores que mudaram de vínculo no município. Verifica-se, portanto, que, além do setor terciário gerar mais emprego, a mobilidade do mercado de trabalho neste setor foi mais intensa, o que pode ter raízes em três hipóteses: uma maior dinamicidade do mercado de trabalho; uma maior instabilidade do mercado de trabalho do setor; o fato de 2008 ter sido ano eleitoral e, por conseguinte, ter havido maior troca de emprego na administração pública.

Cruzando os dados relativos ao setor de atividade e grau de instrução (Tabela 16) identificaram-se outras conclusões. Dos trabalhadores na indústria de transformação mudaram de vínculo empregatício entre 2008 e 2009, 46,55% têm ensino médio completo, 23,28% têm ensino fundamental completo e 17,24% têm ensino fundamental incompleto. Na construção civil 56,47% dos trabalhadores têm ensino médio completo, 14,12% têm ensino fundamental completo e 12,94% têm ensino fundamental incompleto. No comércio a preponderância de trabalhadores na situação em foco são pessoas com ensino médio completo, que perfazem 73,46% do total, enquanto nas atividades de serviço, 50,65% têm ensino médio completo, 22,43% têm ensino fundamental incompleto e 14,62% têm ensino fundamental completo. Na administração pública percebe-se uma maior qualificação dos trabalhadores,

com 41,51% tendo ensino médio completo, 24,25% têm ensino superior completo e 12,98% tendo ensino superior incompleto. Por fim, os trabalhadores das atividades do setor primário são os de pior qualificação, com 64,29% tendo ensino fundamental incompleto, 14,29% tendo ensino fundamental completo e 14,29% tendo ensino médio completo.

Invertendo a análise, percebe-se que 57,84% dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto que perderam vínculo entre 2008 e criaram novo vínculo em 2009 em Anchieta estão nas atividades de serviço, enquanto 20,15% estão na administração pública. Dentre os trabalhadores com ensino fundamental completo, 43,72% estão nas atividades de serviços, enquanto 23,38% estão na indústria de transformação e 19,05% na administração pública. Quanto aos trabalhadores com ensino médio incompleto a concentração maior fica nas atividades de serviços com 33,14%, o que é seguido pela administração pública, com 29,59%, e indústria de transformação, com 23,67% do total. No que se refere aos trabalhadores com ensino médio completo, 37,88% estão nas atividades de serviços, 31,49% na administração pública, 12,88% no comércio e 11,69% na indústria de transformação. Finalmente, com relação aos trabalhadores mais qualificados, 81,25% dos trabalhadores com ensino médio incompleto concentram sua participação na administração pública, enquanto 85,86% e 10,61% dos trabalhadores com ensino superior completo estão nas atividades da administração pública e serviços, respectivamente.

Percebe-se uma extrema concentração dos trabalhadores mais qualificados (ensino superior completo e incompleto) que transferiram seu vínculo para Anchieta nas atividades de administração pública, que também atraiu trabalhadores de média qualificação (ensino médio completo e incompleto). Dentre os trabalhadores de baixa qualificação (analfabetos e ensino fundamental completo e incompleto) a maior concentração ficou nas atividades de serviço, apesar deste ter também atraído um considerável contingente de trabalhadores com média qualificação. O comércio atraiu principalmente pessoas de média qualificação, enquanto os demais setores atraíram trabalhadores de média a baixa qualificação, com preponderância maior dos primeiros.

Tabela 16 - Trabalhadores Migrantes para Anchieta entre 2008 e 2009, segundo grau de escolaridade e setor de atividade

	Analfabeto	%	Ensino Fundam. Incompl.	%	Ensino Fundam. Compl.	%	Ensino Médio Incompl.	%	Ensino Médio Compl.	%	Educação Superior Incompl.	%	Educação Superior Compl.	%	Total
Extrat. Mineral	0	0	2	0,75	1	0,43	1	0,59	4	0,43	0	0	0	0	8
%	0		25		12,5		12,5		50		0		0		100
Industria de Transf.	1	20	21	7,84	54	23,38	40	23,67	108	11,69	4	3,57	4	2,02	232
%	0,43		9,05		23,28		17,24		46,55		1,72		1,72		100
Constr. Civil	1	20	11	4,1	12	5,19	9	5,33	48	5,19	3	2,68	1	0,51	85
%	1,18		12,94		14,12		10,59		56,47		3,53		1,18		100
Comércio	0	0	7	2,61	15	6,49	13	7,69	119	12,88	6	5,36	2	1,01	162
%	0		4,32		9,26		8,02		73,46		3,7		1,23		100
Serviços	0	0	155	57,8	101	43,72	56	33,14	350	37,88	8	7,14	21	10,61	691
%	0		22,43		14,62		8,1		50,65		1,16		3,04		100
Adm. Publica	1	20	54	20,2	44	19,05	50	29,59	291	31,49	91	81,25	170	85,86	701
%	0,14		7,7		6,28		7,13		41,51		12,98		24,25		100
Agropec. Extr. Vegetal, Pesca e Caça	2	40	18	6,72	4	1,73	0	0	4	0,43	0	0	0	0	28
%	7,14		64,29		14,29		0		14,29		0		0		100
TOTAL	5	100	268	100	231	100	169	100	924	100	112	100	198	100	1.907

Fonte: RAIS MIGRA – 2009. Ministério do Trabalho.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

4.2. Gestão Municipal e Instrumentos Urbanísticos

A preocupação da repetição no território de Anchieta e municípios de seu entorno do modelo de ocupação ocorrida na Região Metropolitana da Grande Vitória em virtude da instalação de grandes plantas industriais nas décadas de 60 a 80 é patente inclusive nas discussões dos Grupos Temáticos da Avaliação Ambiental Estratégica⁹ de apoio ao licenciamento ambiental do empreendimento da CSU. A própria existência desses grupos sinaliza a diferença talvez primordial na comparação entre os dois momentos: a mudança no quadro jurídico institucional daquele momento, em que era vigente no país uma ditadura militar iniciada pelo golpe de estado de 1964, e o atual, pós Constituição Federal de 1988.

Em função dessa mudança e da importância atribuída ao ente federado municipal no planejamento urbano, esta seção tem o objetivo de descrever a capacidade de gestão de Anchieta, principalmente, e dos municípios de seu entorno, com enfoque territorial frente ao marco jurídico atual.

Em âmbito federal, em 2001 é promulgado o Estatuto da Cidade, Lei n° 10.257/2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição de 1988 e estabelece as diretrizes gerais da política urbana, cujo objetivo “*é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana*” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2001). O marco jurídico estabelecia obrigatoriedade de revisão e elaboração de planos diretores para municípios acima de 20 mil habitantes, componentes de regiões metropolitanas dentre outros critérios específicos.

A utilização dos instrumentos de planejamento e de política urbana contidos no Estatuto da Cidade passou a estar a cargo dos municípios, que deveriam assegurar sua gravação em lei, seja através do Plano Diretor Municipal, principal instrumento do Planejamento Municipal, ou de leis específicas.

Assim, de maneira complementar à legislação ambiental, a depender do exposto pelos planos de ordenamento, em especial o Plano Diretor, a partir daquele momento, pode-se utilizar os instrumentos como ferramentas para se atingir um melhor desenvolvimento local, na medida em que se procure ajustar o desenvolvimento territorial dos municípios à sustentabilidade do meio, para que sejam garantidas às futuras gerações o usufruto de seus recursos e potencialidades.

Ao vincular o desenvolvimento urbano ao direito a um meio ambiente saudável, o Estatuto busca reverter o uso dos recursos e da riqueza gerada de modo a diminuir as desigualdades sociais no território urbano, garantindo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, ou seja, *às funções sociais da cidade*. Nesse âmbito, a importância da participação da população envolvida é crucial para que se firmem pactos de utilização do território comum, de modo a respeitar os diversos interesses, medindo consequências e impactos, e sugerindo mitigações e compensações quando os impactos detectados forem sanáveis.

Mais do que sua mera existência, mas a depender de sua aplicação, os instrumentos podem ser eficazes para induzir formas de uso e ocupação compatíveis com a infraestrutura instalada, diminuindo a

⁹ A Instrução Normativa (IN) n.º 018-S, que regulamenta a referida metodologia foi publicada no Diário Oficial do ES em 19/01/2010.

retenção especulativa de terrenos, reorientando parte dos investimentos privados para habitação de interesse social ou infraestrutura urbana ou facilitando o acesso à titulação fundiária, por exemplo.

No entanto, na maioria dos municípios no Brasil, a capacidade de gestão municipal sofre restrições financeiras que em muito comprometem sua ação. A ausência dos meios de efetivação dos instrumentos pode resultar em baixa capacidade para disciplinar a dinâmica imobiliária no município, em um momento em que esta necessita contar com celeridade por parte da ação pública.

Para avaliar a capacidade de gestão territorial dos municípios do entorno e de Anchieta mais detidamente, esta análise utiliza duas fontes distintas: (i) o estudo das Leis Urbanísticas do Espírito Santo / IJSN, cuja primeira versão, de 2008,¹⁰ encontra-se em fase de atualização, e (ii) a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/IBGE 2009.¹¹

O primeiro documento foi formulado pelo Instituto Jones dos Santos Neves com o objetivo específico de fornecer suporte aos municípios na implementação do Estatuto da Cidade. Esse estudo selecionou como legislação básica para a gestão municipal, as seguintes normas: Lei do Perímetro Urbano, Plano Diretor Municipal, Lei do Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas, Código de Meio Ambiente e Plano Habitacional de Interesse Social. Sua atualização foi iniciada em 2010, e conta atualmente com a parceria do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. A principal contribuição do estudo é que, suas informações permitem identificar o número e o ano de publicação de cada instrumento legal listado.

A MUNIC/IBGE 2009 se debruça de maneira ampla sobre a capacidade de gestão dos municípios brasileiros utilizando questionários respondidos pelas próprias prefeituras sobre os temas: Estrutura da Administração Municipal, Habitação, Esporte, Cultura, Segurança, Transporte, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Saúde e Políticas de Gênero.

De maneira geral, a MUNIC mostra problemas de registro dos questionários respondidos pelas administrações municipais, ou o questionário não é alvo dos técnicos que de fato detêm a informação. Tal fato pode ser constatado ao se observar que embora o questionário sobre Legislação Urbanística busque por Leis Específicas, as leis pesquisadas em Anchieta, como se observa adiante, estão todas inseridas no PDM, à exceção do Código de Posturas e de Obras e Contribuição de Melhoria.¹² Os problemas de registro dos dados apresentados pela MUNIC também pode ser constatados, ao se observar a indicação de ausência de Código de Posturas em Iconha, fato refutado pela pesquisa Leis Urbanísticas, como se pode constatar na Tabela 17.

Por esse motivo esta análise se utiliza da MUNIC 2009 de modo complementar, buscando as informações que o estudo de *Leis Urbanísticas*, por seus objetivos específicos, não investigou, mas que são considerados importantes na avaliação da gestão territorial, no que se refere à criação de Conselhos Municipais de Política Urbana, dados sobre recursos humanos na administração municipal e instrumentos da política urbana.

¹⁰ Cadernos de Pesquisa: Leis Urbanísticas dos Municípios do Espírito Santo. Vitória, IJSN, 2008.

¹¹ O banco de dados da pesquisa está disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic2009/index.php>

¹² Muito embora a contribuição de melhoria em Anchieta aja sobre as áreas servidas por iluminação pública.

4.2.1. Leis Urbanísticas/IJSN

As leis selecionadas pelo estudo *Leis Urbanísticas*, do IJSN, são consideradas básicas para o planejamento e gestão municipal.

A Lei do Perímetro Urbano expressa que parcela do município é considerada urbana, portanto, pode ser parcelada e tributada como tal, tendendo a elevar o preço da terra. Segundo lembra o estudo, o poder público passa a ser responsável por sua infra-estrutura e equipamentos, além da prestação dos serviços urbanos como varrição e coleta de lixo, por exemplo.

Principal instrumento de planejamento municipal, o Plano Diretor Municipal tem como foco principal, a busca pelo respeito aos princípios das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer), norteando o crescimento e a organização dos espaços urbanos.

A Lei do Parcelamento do Solo disciplina as características de loteamentos e desmembramentos, com relação a dimensões mínimas, reservas de áreas para implantação de equipamentos e espaços livres públicos, de modo a garantir a sustentabilidade do meio urbano, inclusive por designar áreas passíveis de construção daquelas não edificáveis. A normativa municipal não pode ser menos restritiva que sua referência Federal, a Lei 6766/79, para áreas urbanas e de expansão urbana.

O Código de Obras permite ao município controlar as edificações em seu território, com vistas a sua salubridade e segurança, inclui regras gerais e específicas, a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações. Por esse motivo deve estar em consonância com as demais regras municipais, sobretudo o zoneamento urbanístico, para de fato regular a atividade edilícia.

Já o Código de Posturas pode ser descrito como:

[...] o conjunto das normas municipais disciplinadoras da ordem e higiene, pública e privada, do bem-estar público, da localização e do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como das correspondentes relações jurídicas entre o poder público municipal e a população (IJSN, 2008, p.15).

O Código de Meio Ambiente faz a gestão ambiental no território para a preservação, conservação, controle, defesa, melhoria, recuperação e proteção dos recursos ambientais e controle das fontes poluidoras.

E finalmente, o Plano Habitacional de Interesse Social - PLHIS é a norma jurídica que estabelece os meios pelos quais o município enfrentará a questão da moradia digna, em sentido amplo, prioritariamente aos setores de menor renda. O PLHIS faz parte do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, o FNHIS, está vinculada à sua existência.

A Tabela 17 mostra a situação dos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha, Piúma, Cachoeiro de Itapemirim e Presidente Kennedy, conforme o estudo de Leis Urbanísticas (IJSN, 2008). Dos sete municípios, apenas Iconha não possuía ou elaborava naquele momento o Plano Diretor Urbano. Piúma e Presidente Kennedy estavam elaborando o PDM. Nos demais municípios, a elaboração era recente: Anchieta, Guarapari e Cachoeiro haviam elaborado seus PDM's no segundo semestre de 2006 e Alfredo Chaves em 2007.

Tabela 17 - Relação da Legislação Urbanística em 2008 para os municípios pesquisados

MUNICÍPIO	Perímetro urbano		Plano diretor municipal		Parcelamento do solo urbano		Código de obras		Código de meio ambiente		Código de posturas		Plano habitacional	
	Número	Data	Número	Data	Número	Data	Número	Data	Número	Data	Número	Data	Número	Data
Alfredo Chaves	486	1978												
	556	1983	4	14/05/2007	Elaboração	Elaboração	190	19/02/2008	Elaboração	Elaboração	131	1959	130	2006
	671	1990												
Anchieta	15	1984	13	28/11/2006	2	05/10/1990	48	05/10/1990	60	12/01/2001	49	05/10/1990	Não tem	Não tem
Guarapari	1	10/10/2006	1	10/10/2006	1	10/10/2006	2510	2005	1224	20/12/1989	52	2006	Não tem	Não tem
Iconha	754	1989	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	32	09/12/1991	489	14/05/2008	86	07/12/1994	Não tem	Não tem
Piúma	220	1985	Elaboração	Elaboração	Elaboração	Elaboração	935	18/12/2001	2	10/01/2005	190	02/12/1991	Não tem	Não tem
Cach. de Itapemirim	5890	2006	5890	31/10/2006	5890	31/10/2006	2008	05/05/1975	5913	14/12/2006	1124	31/01/1967	Não tem	Não tem
Presidente Kennedy	104	26/12/1984	Elaboração	Elaboração	114	20/08/1985	529	21/12/1999	Elaboração	Elaboração	527	21/12/1999	Não tem	Não tem

Fonte: IJSN, Leis Urbanísticas – 2008.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Sem dúvida, dentre as leis buscadas, a grande ausência é do Plano de Habitacional, que inclui o Plano Local de habitação de Interesse Social (PLHIS), cuja elaboração é requisito obrigatório para acessar aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), via Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), ao qual todos os municípios estudados aderiram. São exceções a este quadro os municípios Alfredo Chaves e Piúma, o primeiro já havia elaborado seu PLHIS em 2006 e o segundo elaborou o Plano em 2010, lei 1.566/2010.¹³ Segundo a Resolução nº 36, de 8 de dezembro de 2010, o prazo final expira em 31 de dezembro de 2011, caso o Ministério das Cidades e o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social não conceda um novo adiamento.

É importante ressaltar que uma análise temporal permitiu entender o grau de atualidade de algumas das leis pesquisadas com relação à data dos marcos legais federais, considerados parâmetros, conforme tabela abaixo.

Tabela 18 - Marco Legal da Legislação Urbanística

Leis Urbanísticas	Marco Legal	Ano-parâmetro
Parcelamento do solo para fins urbanísticos	Lei Federal de Parcelamento do Solo para Fins Urbanísticos – Lei Federal nº 6766	1979
Código de Posturas	Constituição Federal	1988
Plano Diretor Municipal	Estatuto da Cidade – Lei Federal nº10.257	2001
Código de Obras	Estatuto da Cidade – Lei Federal nº10.257	2001

Fonte: IJSN, Leis Urbanísticas – 2008.

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Dessa forma, conclui-se, por exemplo, que a maioria dos municípios (Alfredo Chaves, Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari e Piúma) possui Plano Diretor Municipal posterior à publicação do Estatuto da Cidade. Iconha segue notadamente como o único a não possuir PDM e Presidente Kennedy, declarava em 2008 ter o plano "em elaboração", não informou o número da lei no momento da atualização dos dados.

Em 2008, Alfredo Chaves e Cachoeiro de Itapemirim estavam fora do ano-parâmetro de 1988 para um Código de Posturas atual. Alfredo Chaves atualizou a informação para um Código de Posturas datado de 2007, e Piúma, que em 2008 respondia possuir um código de 1991, nos dados prestados em 2010, regrediu ao ano de 1983. No entanto, esses fatos isolados deverão ser corrigidos na atualização da pesquisa de Leis Urbanísticas, trabalho que se encontra em andamento na Coordenação de Estudos Territoriais do IJSN.

¹³ Dado coletado na atualização do estudo Leis Urbanísticas, ainda não publicada.

4.2.2. Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC/IBGE

a. Conselhos Municipais de Política Urbana

Complementar a informação sobre a existência de Conselhos Municipais de Política Urbana se justifica pela importância atribuída aos Conselhos Municipais na efetivação da Política Urbana, segundo o IBGE:

[...] os conselhos, como órgãos colegiados de política urbana, no referido âmbito, são utilizados visando garantir a gestão democrática das cidades através da inserção dos cidadãos como colaboradores, co-gestores, prestadores e fiscalizadores das atividades da administração pública na área (IBGE, 2010, p. 35).

Como se pode observar na Tabela 19, em 2009, ano de coleta dos dados, apenas três municípios dentre os estudados, possuíam Conselhos Municipais de Política Urbana: Anchieta, Guarapari e Cachoeiro do Itapemirim.

Os três são paritários e haviam realizado reuniões nos últimos 12 meses, mas os municípios mostram diferenças no caráter de seus conselhos. Enquanto em Anchieta o conselho é Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador, em Guarapari ele é Consultivo e Deliberativo e em Cachoeiro do Itapemirim ele é Deliberativo.

Tabela 19 - Existência e Caracterização dos Conselhos Municipais de Política Urbana* dos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	Conselho (existência)	Ano criação	Conselho Paritário	Caráter	Reunião nos últimos 12 meses
Alfredo Chaves	Não	N/A	N/A	N/A	N/A
Anchieta	Sim	2006	Sim	Consultivo Deliberativo Normativo Fiscalizador	Sim
Guarapari	Sim	2007	Sim	Consultivo Deliberativo	Sim
Iconha	Não	N/A	N/A	N/A	N/A
Piúma	Não	N/A	N/A	N/A	N/A
Cachoeiro de Itapemirim	Sim	2006	Sim	Deliberativo	Sim
Presidente Kennedy	Não	N/A	N/A	N/A	N/A

*Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar.

Fonte: IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009*.

Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

A ausência do colegiado em Iconha justifica-se pela não existência inclusive do principal instrumento da política urbana, o Plano Diretor Municipal, muito embora o município tenha respondido à MUNIC integrar área de interesse turístico, portanto, elencado pelo Estatuto da Cidade dentre os municípios que devem elaborar o plano. No caso de Presidente Kennedy e Piúma, como seus respectivos PDMS ainda não estão concluídos, é válida a mesma justificativa. Para Alfredo Chaves, por outro lado, não há justificativa para não existência do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), uma vez que o Estatuto da Cidade indica a necessidade de utilização de instrumentos democráticos de gestão, dentre eles, órgãos colegiados de política urbana.

b. Recursos Humanos nas Prefeituras

Além dos Conselhos, a MUNIC 2009 permite conhecer a composição do quadro de pessoal das administrações diretas e indiretas dos municípios, fator que pode responder pela capacidade instalada da gestão nos municípios, no que diz respeito ao capital humano.

O quadro de pessoal na administração direta mostra um dado comparativo relevante: segundo a MUNIC, o quadro de funcionários ativos é maior em Anchieta (2.445) se comparado ao seu vizinho que compõe a RMGV, Guarapari (1.835). Ao se examinar mais detidamente, entende-se que a diferença reside principalmente na quantidade de funcionários sem vínculo permanente, apesar de o número ser maior também entre os comissionados e estatutários (Tabela 20). É importante ressaltar que a população de Guarapari é mais de quatro vezes superior a de Anchieta.

Mesmo se somados os totais de funcionários na administração indireta¹⁴ (Tabela 21), o número total de Anchieta ainda é superior ao de Guarapari.

Todos os municípios mostram maior percentual de funcionários estatutários, comparado ao de somente comissionados, porém é relevante o percentual de funcionários sem vínculo permanente, próximo a 30% em quatro dos sete pesquisados. Em Anchieta esse percentual chegava em 2009 a 34,84%, o maior dentre os municípios.

Um grande número de temporários prejudica a manutenção da capacidade instalada e do "saber fazer", perde-se investimentos em capacitação e memória dos procedimentos, uma vez que esses profissionais têm restrições legais de tempo de serviço, mesmo contando-se as possibilidades máximas de renovação de seus contratos. Maiores detalhes sobre em que setores da administração pública estão lotados esses funcionários temporários, podem contribuir no entendimento de quais setores sofreriam mais esse problema.

Tabela 20 - Composição Quadro de Pessoal Administração Direta, nos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	Total de funcionários ativos (1)	Estatutários		Celetistas (CLT)		Somente comissionados		Estagiários		Sem vínculo permanente	
Alfredo Chaves	592	310	52,36%	0	0%	102	17,22%	11	1,85%	169	28,54%
Anchieta	2445	1300	53,16%	0	0%	293	11,98%	0	0%	852	34,84%
Guarapari	1835	1223	66,64%	46	2,50%	155	8,44%	62	3,37%	349	19,01%
Iconha	593	380	64,08%	1	0,16%	126	21,24%	0	0%	86	14,50%
Piúma	762	453	59,44%	0	0%	79	10,36%	0	0%	230	30,18%
Cachoeiro de Itapemirim	5525	3155	57,10%	338	6,11%	338	6,11%	67	1,21%	1627	29,44%
Presidente Kennedy	1068	632	59,17%	2	0,18%	157	14,70%	26	2,43%	251	23,50%

Fonte: IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009*.

Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

(1) Inclusive os sem declaração de vínculo empregatício.

¹⁴ Administração Indireta OU DIRETA???? VER NO TEXTO é o conjunto de entidades públicas dotadas de personalidade jurídica própria, compreendendo: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em 24 de agosto de 2011.

Tabela 21 - Composição Quadro de Pessoal Administração Indireta, nos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	Total de funcionários ativos (1)	Estatutários		Celetistas (CLT)		Somente comissionados		Estagiários		Sem vínculo permanente	
Alfredo Chaves	15	8	53,33%	-	-	2	13,33%	-	-	5	33,33%
Anchieta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarapari	420	-	-	408	97,14%	-	-	-	-	12	2,86%
Iconha	19	18	94,74%	-	-	1	-	-	-	-	5,26%
Piúma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeiro de Itapemirim	40	1	2,50%	16	40%	14	35%	1	2,50%	8	20%
Presidente Kennedy	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009*.

Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

(1) Inclusive os sem declaração de vínculo empregatício.

A administração indireta está presente em quatro dos sete municípios pesquisados, tendo importância relevante em Guarapari com 420 funcionários, enquanto Cachoeiro, segundo maior número, conta com 40 funcionários.

A pesquisa sobre que órgãos compõem a administração indireta em cada município foi complementada nos *websites* de cada município.

Em Guarapari são listados o Instituto de Previdência de Guarapari (IPG) que em 1/8/11, possuía 365 funcionários, segundo informações do site da transparência,¹⁵ e a Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari (CODEG). Como os dados são relativos a 2009, é importante lembrar que a CODEG fez concurso em 2011 para 211 vagas para funções de gari, eletricista de rede, motorista de veículos leves e operador de máquinas pesadas.

Em Cachoeiro do Itapemirim estão presentes: a Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Saneamento de Cachoeiro de Itapemirim (AGERSA), a Empresa de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim (DATAI), vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento e o Instituto de Previdência e Assistência de Servidores Municipais (IPACI).

Não foi possível encontrar maiores informações sobre onde estão lotados os 19 funcionários da Administração Indireta em Iconha. Em Alfredo Chaves, o *website* cita a Autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, mas não fornece maiores detalhes.

Segundo dados de "Registros Administrativos", investigado pela MUNIC, todos os municípios efetuaram concurso para contratação de pessoal nos últimos 24 meses, exceto Alfredo Chaves. Quando procurado, este município informou que o último concurso ocorreu em 2006, portanto fora do período estabelecido pelo questionário da MUNIC, e que outro concurso está previsto para 2011, ainda sem edital lançado.¹⁶

Esta informação mostra a preocupação a respeito da formação de um quadro permanente, que possa manter a gestão de forma contínua em longo prazo, extremamente necessária em casos como o acompanhamento de grandes investimentos e o monitoramento para planejar o futuro em médio e longo prazo.

¹⁵ Disponível em <http://ipg.guarapari.es.gov.br/index.asp?acao=4&item=1>

¹⁶ Informação da Gerente de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, por telefone, em 19 de agosto de 2011

Além disso, a exemplo do já citado concurso de 2011 para a CODEG de Guarapari, é possível que a atualização da MUNIC mostre a manutenção quadro de aplicação de concursos públicos nos municípios.

c. Instrumentos Municipais de Política Urbana

Como a pesquisa também investiga a existência de Instrumentos de Planejamento e de Política Urbana, esta análise se utiliza da MUNIC principalmente para averiguar a presença de Instrumentos de Política Urbana, já que os Instrumentos de Planejamento Municipal, quais sejam: Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Zoneamento ou equivalente e Código de Obras, são estudados de modo mais detalhado a partir da Pesquisa de Leis Urbanísticas (IJSN 2008).

Conforme visto, Anchieta possui todos os instrumentos listados. Além disso, o município orienta-se pelas regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade.

Com relação aos Instrumentos de Política Urbana, é investigada na MUNIC 2009, além de sua presença no PDM, a existência de leis específicas, que na maioria das vezes significam sua efetividade, já que normatizam e regulamentam sua aplicação. Segundo o banco de dados da MUNIC, a situação dos municípios da região nesse item é a seguinte:

Tabela 22 - Existência de Instrumentos de Política Urbana dos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	Existência de lei específica de Solo criado	Existência de lei específica de Contribuição de Melhoria	Existência de lei específica de Operação urbana consorciada	Existência de lei específica de Estudo de impacto de vizinhança	Código de Posturas
Alfredo Chaves	Não	Não	Não	Não	Sim
Anchieta	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Guarapari	Não	Sim	Não	Não	Sim
Iconha	Não	Sim	Não	Não	Não
Piúma	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cachoeiro de Itapemirim	Não	Não	Não	Não	Sim
Presidente Kennedy	Não	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009*.
Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento (CGEO)/IJSN.

A julgar pela correção nas respostas dadas pelas prefeituras aos questionários da pesquisa, a maioria dos municípios não conta com os principais instrumentos de indução da ocupação urbana, como o Solo Criado (Outorga Onerosa do Direito de Construir), a Operação Urbana Consorciada e o Estudo de Impacto de Vizinhança.

O PDM de Guarapari agrega tanto instrumentos de planejamento municipal (Zoneamento e Parcelamento do Solo) quanto Instrumentos de Política Urbana: Outorga Onerosa do Direito de Construir (Solo Criado), a Operação Urbana Consorciada e o Estudo de Impacto de Vizinhança, além do IPTU Progressivo no Tempo, mas a ausência de legislação específica fragiliza sua aplicação.

Anchieta possui os seguintes Instrumentos da Política Urbana: Lei de Solo Criado, Lei específica de Contribuição de Melhoria, Lei específica de Operação Urbana Consorciada, Lei específica de Estudo de Impacto de Vizinhança, Lei específica de Código de Posturas, ou seja, todos os pesquisados. Embora a maioria deles esteja inscrita na Lei nº 13/2006, o Plano Diretor Municipal (PDM), não foi pos-

sível, no entanto, localizar as leis específicas citadas, ou elaboração de outros atos como decretos do executivo para que tais instrumentos causem efeitos práticos na gestão urbana.

Os dados da tabela acima apontam para uma fragilidade na gestão municipal, que pode ser enfrentada também através do consórcio estabelecido entre os municípios, de modo a construir o planejamento urbano de seus territórios de maneira concentrada, além da possibilidade de dividir despesas de estudos e consultorias para elaboração dos instrumentos hoje inexistentes ou inaplicáveis por falta de regulamentação.

Dentre eles destaca-se a importância do Estudo de Impacto de Vizinhança, como meio de mitigar ou de compensar possíveis incômodos advindos de atividades econômicas na qualidade de vida das comunidades.

Com a intenção de financiar o desenvolvimento da infraestrutura urbana, a Lei de Solo Criado, ou Outorga Onerosa do Direito de Construir, instrumento pelo qual a construção acima de um coeficiente básico é possível, mediante pagamento, até o limite estabelecido por um coeficiente máximo de aproveitamento, busca desconstruir a ideia de que a propriedade de um imóvel signifique um direito ilimitado sobre ele, o que já é refutado pela própria existência de leis urbanísticas e regulado por sua função social (BRASIL, 2001).

Esse instrumento pode contribuir para evitar a elevação dos preços dos terrenos melhor localizados na malha urbana, de modo a diminuir a desigualdade de condições entre parcelas da mesma cidade. Com isso permite-se que o Plano Diretor Municipal fixe algumas áreas da cidade onde se possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, desde que haja uma contrapartida financeira por parte do beneficiário. Tal contrapartida, assim como a fórmula de cálculo para a cobrança e os casos passíveis de isenção são determinados em lei e os recursos auferidos pelo instrumento devem ser aplicados para diversos fins estabelecidos pelo próprio Estatuto da Cidade, tais como: regularização fundiária, execução de programas e projetos de habitação de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de unidades de conservação, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, dentre outros (BRASIL, 2001).

As Operações Urbanas Consorciadas, outro instrumento de indução do desenvolvimento, permite a execução de intervenções urbanas em parcerias entre poder público e iniciativa privada, a partir da flexibilidade das normas, seja de uso, ocupação e ou parcelamento, em determinada área. Este instrumento é voltado para transformações estruturais de um setor da cidade com operações que buscam redefinir seu desenho urbano a partir de mudanças na sua estrutura fundiária, nas formas de ocupação do solo e distribuição de uso de acordo com os objetivos da política urbana definidas pelo PDM (Brasil, 2001).

Tais mudanças visam, muitas das vezes, recuperar áreas cujo processo de ocupação e uso do solo não está de acordo com os objetivos do poder local. Outras vezes visam estimular a realocação dos investimentos para áreas da cidade com pouco interesse por parte do mercado imobiliário.

Para cidades com patrimônio arquitetônico, artístico e cultural, como Anchieta, pode-se pensar em operações que visem proteger áreas com valor histórico e cujos interesses do mercado imobiliário pos-

sam ameaçar sua preservação ou em operações que visem recuperar aquelas em estado de degradação. Embora seja exigido detalhamento da operação em lei específica, o PDM pode definir que áreas são passíveis destas operações o que, no entanto, não é trazido pelo PDM de Anchieta.

De maneira semelhante, o PDM prevê a elaboração prévia de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para Empreendimentos de Impacto Urbano, listados pela Lei.

A importância de tal instrumento se evidencia enquanto mecanismo que objetiva precaver possíveis impactos provenientes da implantação de empreendimentos cujas atividades possam gerar transformações que comprometam a qualidade de vida, a funcionalidade e a paisagem urbana. No caso de Anchieta, por conta de previsão de empreendimentos de grande porte e da considerável presença de obras de valor histórico, artístico e cultural na cidade é fundamental uma atenção especial da legislação municipal quanto a esse instrumento.

No entanto, embora os artigos 170 a 175 do PDM descrevam os conteúdos e estabeleçam as obrigações dos empreendedores e responsabilidades por parte do poder público, não foi possível localizar o decreto do executivo que fixa os prazos e formas de apresentação dos EIVs, conforme artigo 175, o que na prática pode inviabilizar sua aplicação.

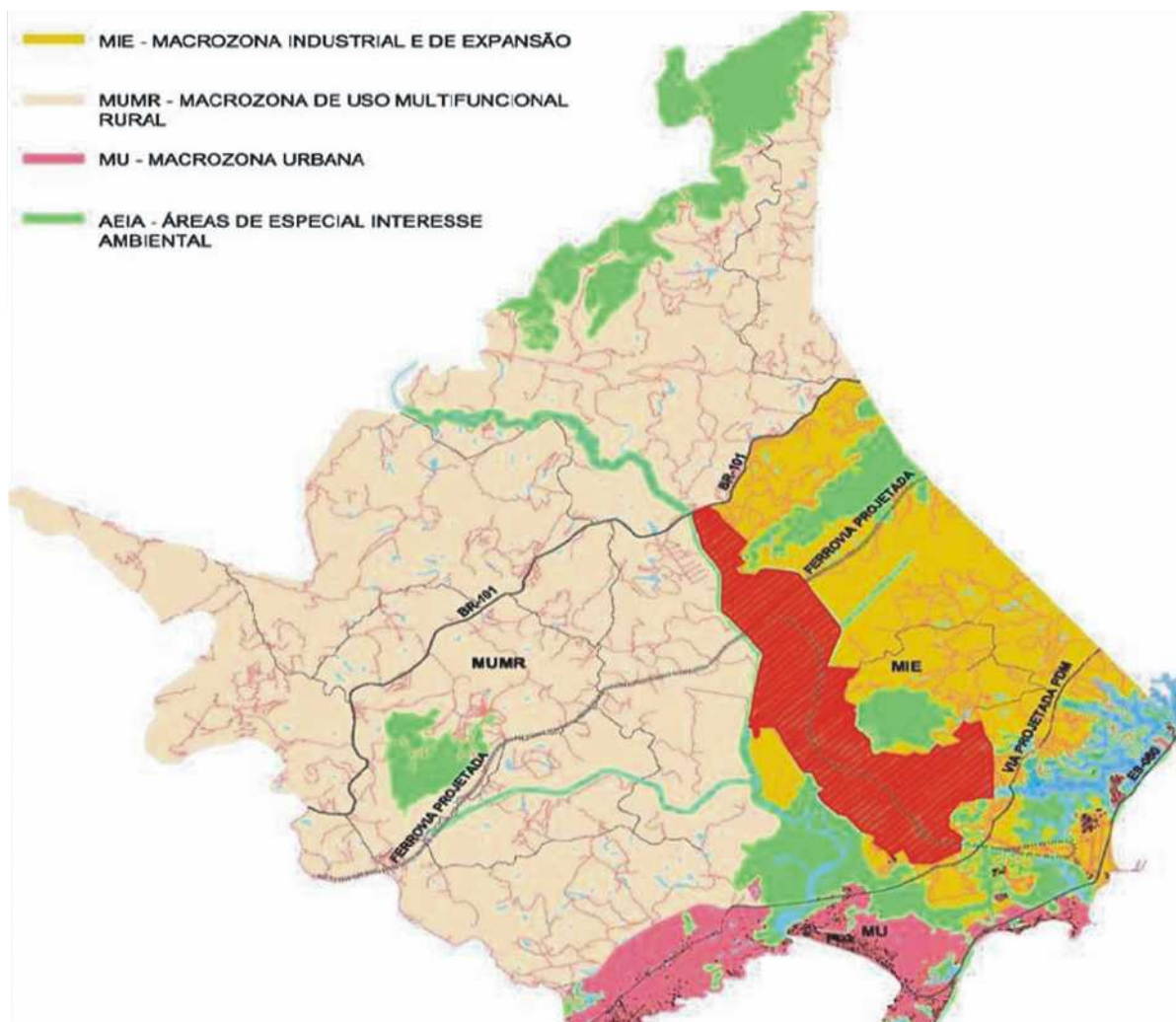
As normas de parcelamento do solo, contidas nos artigos 113 a 156 do PDM, trazem a previsão de parâmetros diferenciados para os Loteamentos de Interesse Social (LIS), em qualquer zona. A dificuldade é garantir que o LIS não seja posteriormente revertido a outros empreendimentos, comprometendo a sustentabilidade do local após sua ocupação.

As regras para loteamentos industriais são mais bem descritas, e trazem os percentuais mínimos de área pública (35%), sendo reservados espaços livres de uso público (10%) e equipamentos comunitários (5%). Porém, o parágrafo 1º do artigo 149 cita que, quando os lotes possuírem área superior a 15.000m² o percentual de áreas públicas pode ser inferior 35%, mas não estabelece o novo valor mínimo nesses casos.

Com relação ao Zoneamento, o Plano cria três Macrozonas: Macrozona Multifuncional Rural; Macrozona Urbana; e Macrozona Industrial de Expansão (Figura 12). Segundo Barbosa (2010), a área relativa ao perímetro urbano de Anchieta antes da aprovação do Plano Diretor Municipal, em 2006, era de aproximadamente 30mil m² e a proposta inicial da equipe formuladora do plano era incorporar a zona industrial de modo a aumentá-la para cerca de 87mil m².

Com o direcionamento do Governo Estadual em descentralizar o desenvolvimento industrial para o litoral sul e norte do estado a partir do documento ES 2025, foi decidido ampliar o perímetro urbano para cerca de 144mil m² criando uma zona de expansão industrial para abrigar futuros empreendimentos. A criação, em meados de 2007, do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta, pelo governo do estado, com cerca de 2,5 mil hectares, respaldado pelo PDM, gerou uma grande polêmica, uma vez que, além de sua significativa extensão, cerca de 30% da área do polo é diretamente conectada ou contínua à Áreas de Interesse Ambiental (BARBOSA, 2010).

Figura 12 - Macrozoneamento definido pelo PDM de Anchieta (Lei 13/2006)



Fonte: Espírito Santo Em Ação, *Avaliação Ambiental Estratégica. Polo Industrial e de Serviço de Anchieta*, 2008.
 Elaboração: Espírito Santo Em Ação.

4.2.3. Curso Internacional de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local

Os novos investimentos de base industrial localizados em Anchieta, devido à sua escala, suscitaram a realização de um Curso Internacional de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local, iniciativa da coordenação de Planos e Projetos Regionais do Ministério da Integração Nacional.

O curso tem o objetivo geral de analisar o planejamento no entorno de grandes obras, visando planejar ações que potencializem as externalidades positivas e, de maneira complementar, amenizem ou revertam os impactos negativos. Para isso são executados cursos, consultorias e Grupos de trabalho, com integração das gestões locais e regionais dos municípios envolvidos, além da parceria do Estado.

A implementação do curso em Anchieta foi uma primeira ação concreta do CONDESUL, consórcio intermunicipal recém criado com o objetivo de aglutinar ações entre as municipalidades impactadas pelos grandes investimentos, como discutido no capítulo 2.2.

5. EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E O PROCESSO AMBIENTAL: O CASO DA CSU

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, começou a se estruturar uma discussão quanto à elaboração de mecanismos que contrabalanceassem os impactos da ação antrópica no planeta, principalmente no que se refere às atividades industriais. No entanto, é somente em 1992 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida com Rio-92 ou Eco-92, que tal preocupação tomou corpo, a partir da elaboração de uma série de documentos, como a Agenda 21, que, dentre outras coisas, objetivava apontar diretrizes para a redução dos impactos da atividade industrial a partir de uma mudança no paradigma de desenvolvimento.

Entre essas duas conferências internacionais, a legislação brasileira já havia sofrido modificações, dentre as quais a exigência de elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), pela Resolução Conama n.º 001/86 de 23/01/1986 e pelo artº 225, § 1º, IV da Constituição Federal, este último a partir da seguinte redação: “[...] incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, uma diferença que se percebe entre os dois momentos enfocados na presente pesquisa – a década de 1970 e o momento atual – marcados pela vultuosidade dos investimentos na atividade industrial, são as exigências de ordem ambiental para o licenciamento das plantas industriais.

O principal efeito dessas prerrogativas ambientais se fez sentir, no quadro em questão, quando, a partir da análise da capacidade de suporte dos recursos hídricos da região, foi vetada a implantação da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV) pelo próprio governo estadual (IMPACTO..., 2008). Apesar dessa controvérsia, em 2009, surgiu a proposta de instalação da planta siderúrgica da Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), segundo dados do Relatório Técnico do estudo de impacto, com a metade da capacidade do projeto original (CSV), ou seja, 5 milhões de toneladas de aço por ano, e utilizando dois terços da água necessária para operação advindas do mar (CEPEMAR, 2009). O processo de licenciamento ambiental deste empreendimento se encontra em adiantado estágio de tramitação, como veremos a frente, tendo sido a siderúrgica decretada como de utilidade pública, através do Decreto Estadual nº 1373-S, de 29 de outubro de 2010. Além disso, a Samarco Mineração, que inaugurou sua terceira usina em 2008, pretende já em 2011 iniciar a construção da quarta usina de pelletização, empreendimento este que também encontra-se em processo de licenciamento, com Licença de Instalação (LI) emitida.

Com a democratização da sociedade e a evolução das discussões em torno das preocupações sócio-ambientais é esperado que os projetos que compõem o atual ciclo de desenvolvimento industrial capixaba se adéquem às exigências postas pelos condicionantes exigidos pelo quadro técnico dos órgãos ambientais. Sabe-se que o processo de licenciamento ambiental no Brasil é ainda bastante controverso, principalmente por conta do conflito entre a pressa pela aprovação dos projetos por parte dos empreendedores e a preocupação em analisar os possíveis impactos e respeitar os padrões de sustentabilidade por parte dos técnicos dos órgãos ambientais. Esse processo é sempre uma negociação

de interesses e, se o conflito é inerente às relações sociais e combustível para o desenvolvimento da sociedade, deve-se buscar sempre o caminho que aponta para melhoria na qualidade de vida da população, equilibrando desenvolvimento social e econômico com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, os movimentos sociais têm um papel fundamental.

Em Anchieta, o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA) que faz parte do movimento Anchieta Transparente elaborou um relatório que apresenta mais de 70 questionamentos quanto aos impactos à saúde, economia, turismo, cultura, infraestrutura e equipamentos urbanos, rios e áreas protegidas, além de inchaço populacional, aumento da violência e poluição do ar que seriam causados pela implantação da CSU (CSU:..., 2010).

Quanto aos impactos à saúde, chama atenção a preocupação com o benzeno, substância utilizada na indústria siderúrgica com alto poder de toxicidade neurológica e gastrointestinal, em casos de exposição aguda, e de doenças relacionadas ao sangue (anemia, leucopenia, trombocitopenia e até leucemia), no caso de exposição crônica (GAMA, 2010), preocupação que não é exposta no EIA do empreendimento. Além do benzeno, o relatório apresenta que segundo estudos realizados nas proximidades da Companhia Siderúrgica Nacional (GIODA *et al.*, 2004), foram encontradas partículas inaláveis de chumbo, cádmio, zinco, cromo, níquel, manganês e cobre, todos eles apresentando algum grau de toxicidade pulmonar.

Os questionamentos na área de economia são no sentido de buscar compreender algumas inconsistências dos números apresentados quanto à geração de emprego esperada pelo empreendimento. No que se refere ao turismo a preocupação é com os impactos sociais de uma possível redução no número de turistas na região, especialmente em Guarapari, por conta do incremento industrial. Segundo o relatório, os impactos na cultura local, em especial nas comunidades tradicionais, como a Chapada do A e Monteiro (Figura 13), localizadas na área do empreendimento, também não foram tratados no diagnóstico do EIA da empresa (GAMA, 2010).

Há uma preocupação especial com os problemas causados por um possível inchaço populacional causado pelo processo migratório que se anuncia. Os principais pontos colocados pelo relatório indicam as já deficitárias questões de infraestrutura básica (abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo), moradia e equipamentos públicos, os impactos no sistema viário, na segurança pública e o processo de favelização que geralmente acompanha os grandes fluxos populacionais.

Por fim, as preocupações diretamente ambientais estão relacionadas principalmente aos impactos na qualidade do ar e na biodiversidade do manguezal. Quanto à qualidade do ar, o relatório aponta que a acumulação de empreendimentos (Samarco Mineração, PETROBRÁS, CSU/VALE) vai elevar o nível de emissão de poluentes na atmosfera a níveis que comprometerão a qualidade de vida da população. O manguezal, por sua vez, além de fonte de sustento de boa parte da população, é o local de reprodução de inúmeras espécies, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade natural devido às fragilidades no que se refere a possíveis alterações ambientais. Há, nesse sentido, uma preocupação quanto a possíveis alterações na temperatura, grau de salinidade e nível de nutrientes da Baía de Anchieta devido ao processo de captação de água, o que trará transformações no meio biótico do ecossistema da região.

Percebe-se, assim, o grau de complexidade que envolve a inserção de um grande empreendimento em uma região. Os movimentos sociais têm muito a contribuir no debate quanto ao processo de licenciamento ambiental e, com certeza, ajudaram a pressionar o órgão ambiental na etapa de proposição das condicionantes de instalação do empreendimento, como veremos a frente.

Outro papel importante é o do Ministério Público Estadual que, por exemplo, no Rio de Janeiro, denunciou a recém criada Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) por quatro crimes ambientais, o mais grave deles o derramamento de ferro-gusa em poços ao ar livre, sem controle de emissões.¹⁷

5.1. O Licenciamento Ambiental da CSU

Pela Instrução Normativa nº018-S de janeiro de 2010, o IEMA estabeleceu a formação de Grupos de Trabalho (GT) com o objetivo de discutir o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Companhia Siderúrgica de Ubu em suas temáticas centrais: água, ar, recursos naturais e aspectos socioeconômicos. Por ser de grande complexidade, a parte socioeconômica foi dividida nos seguintes Grupos Setoriais: Infraestrutura; Emprego e Renda e Dinâmica Econômica Regional; Educação; Saúde; Turismo e Cultura; Segurança, Justiça e Defesa Civil; e Governança Regional.

Os GTs foram compostos pelo Núcleo Permanente formado pelas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES) / Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo (ADERES), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Prefeitura Municipal de Anchieta, Prefeitura Municipal de Guarapari, Prefeitura Municipal de Iconha, Prefeitura Municipal de Piúma, Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) / CEPEMAR, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), convidada a participar em um segundo momento. Além do núcleo permanente cada grupo foi acompanhado por atores federais, estaduais e municipais relacionados aos temas específicos. Segundo a Instrução Normativa 018-S, os grupos são formados do seguinte modo:

O *GT Água* foi coordenado pelo Diretor de Recursos Hídricos do IEMA, Fábio Ahnert, e composto por representantes da SEDURB/CESAN, SEAG/IDAF, SEAG/INCAPER, SEDES/ADERES, SAAE de Alfredo Chaves, Comitê de Bacia do Benevente, VALE/CSU e consultoria ambiental contratada (CEPEMAR), Prefeitura Municipal de Anchieta, Prefeitura Municipal de Guarapari, Prefeitura Municipal de Piúma, Prefeitura Municipal Alfredo Chaves e Prefeitura Municipal de Iconha.

O *GT Recursos Naturais* foi coordenado pela Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Dulciléia Costa, e composto por representantes da SEAG/IDAF, SEDES/ADERES, IEMA/GERCO, IEMA/PCE, TAMAR, VALE/CSU e consultoria ambiental contratada (CEPEMAR), Prefeitura Municipal de Anchieta, Prefeitura Municipal de Guarapari, Prefeitura Municipal de Piúma, Prefeitura Municipal Alfredo Chaves e Prefeitura Municipal de Iconha.

¹⁷ Tal denúncia levou a Secretaria Estadual do Ambiente a multar a empresa em 2 milhões de reais, o que também põe em risco a concessão da licença definitiva de operação, segundo a própria Secretária à época, Marilene Ramos (SIDERÚRGICA..., 2010).

O *GT Socioeconomia* foi coordenado pela Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Silvana Coutinho Ramos, e composto por representantes da SEDURB/ CESAN, SESP, SESA, IJSN, SETUR, SECULT, SEDES/ADERES, SETOP, SEAG/INCAPER, VALE/CSU e consultoria ambiental contratada (CEPEMAR), Prefeitura Municipal de Anchieta, Prefeitura Municipal de Guarapari, Prefeitura Municipal de Piúma, Prefeitura Municipal Alfredo Chaves e Prefeitura Municipal de Iconha.

Como visto, por sua grande complexidade este GT foi subdividido em outros grupos setoriais: (1) Infraestrutura; (2) Turismo e Cultura; (3) Saúde; (4) Educação; (5) Segurança, Justiça e Defesa Civil; (7) Emprego e Renda e Dinâmica Econômica Regional; (8) Governança Regional.

Finalmente, o *GT Ar* foi coordenado pelo Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Alexander Barros Silveira, e composto por representantes da SESA, SEDES/ADERES, VALE/CSU e consultoria ambiental contratada (CEPEMAR), Prefeitura Municipal de Anchieta, Prefeitura Municipal de Guarapari, Prefeitura Municipal de Piúma e Prefeitura Municipal Alfredo Chaves.

Cada GT reuniu-se três vezes, a primeira para conhecer o empreendimento e os estudos referentes à temática de cada grupo; a segunda reunião, que contou com a apresentação do Governo do Estado de suas ações e programas previstos para a região e a terceira reunião, para discutir as informações apresentadas e encaminhamentos.

Segundo a metodologia adotada, o produto final das reuniões seria apresentado em Relatório, assinado pelos participantes e encaminhado à equipe responsável pela análise técnica do IEMA para as considerações junto ao parecer técnico de análise dos estudos apresentados.

5.1.1. Resultados dos GTS

A seguir serão elencadas as principais demandas levantadas segundo o Relatório Técnico¹⁸ elaborado pela CEPEMAR que consolida os diversos assuntos abordados nos Grupos de Trabalho (GTs) estabelecidos pelo IEMA no processo de licenciamento ambiental do empreendimento denominado Companhia Siderúrgica de Ubú (CSU).

a. GT Água

No que diz respeito ao GT Água, foram levantadas questões quanto à qualidade da água nos rios, lagoas e mangues da região, com especial atenção ao córrego Parati e à lagoa de Ubu, para os quais foram apontadas sugestões como um monitoramento de recursos hídricos superficiais, um programa de educação ambiental na gestão interna e um programa de gestão de resíduos. A qualidade da água do lençol freático também tem que ser monitorada, segundo a discussão feita. Além disso, deve-se ter um cuidado especial quanto à qualidade da água do mar, uma vez que há uma diferença de 9° C entre a temperatura de captação de água do mar e a do efluente de água industrial que será despejado neste, o que pode modificar e até comprometer a atual estrutura biótica do ecossistema marinho.

¹⁸ Relatório Técnico - Consolidação dos resultados das discussões dos grupos de trabalho para o licenciamento do projeto Companhia Siderúrgica Ubú, COM RT 247/10 Cepemar, setembro 2010..

Quanto ao problema do esgoto, foi solicitado que se faça um Plano Diretor de Esgotamento Sanitário considerando o incremento da população e conseqüente aumento da geração de efluentes.

Há uma preocupação também quanto à oferta e à qualidade da água da Bacia do Rio Benevente. Além de a região já sofrer com falta d'água durante o verão, devido ao excesso de turistas no litoral sul, as demandas futuras devido ao incremento da atividade industrial e ao conseqüente aumento populacional devem elevar significativamente o nível de consumo de água na região. Aponta-se a necessidade de se verificar a dinâmica hidrológica do rio ao longo do ano e do tempo para que se faça um monitoramento do consumo.

b. GT Ar

O GT Ar destacou como principais preocupações o controle das emissões atmosféricas, e a relação entre qualidade do ar e saúde da população. Foram listadas uma série de tecnologias que serão aplicadas pela CSU no intuito de reduzir as emissões atmosféricas, tais como filtros, sistemas de despoejamento, reaproveitamento de gases, etc.

Por outro lado, argumentou-se que se devem considerar outros empreendimentos da região, como a UTG (Unidade de Tratamento de Gás) Sul, da Petrobrás, e que, segundo os padrões internacionais da OMS (Organização Mundial de Saúde), os níveis de poluição atmosférica de Anchieta já estão no limite, devido às atividades da Samarco Mineração. No entanto, foi afirmado que os padrões utilizados pelo projeto têm como referência a Resolução CONAMA nº3/90, argumentando-se que os padrões da OMS são inviáveis para qualquer empreendimento industrial, devendo-se considerá-los apenas como meta para o bem estar da população.

c. GT Recursos Naturais

Uma das preocupações que o GT Recursos Naturais demonstrou foi com a remoção de vegetação para a implantação da CSU, principalmente nas obras de terraplanagem, para o qual os técnicos da empresa afirmam adotar procedimentos de supressão da vegetação, como a implantação de serviços de recuperação ambiental nas bordas das vias de serviço e nos taludes de aterro e a execução de um projeto de reposição florestal com espécies nativas em áreas de interesse ecológico. A preocupação procede, uma vez que, em períodos de enchente a água naturalmente se acomoda na parte mais baixa do terreno, o que pode gerar sedimentos que impactariam na dinâmica do manguezal. Nesse sentido, um possível assoreamento da bacia do rio Benevente poderia levar a mudanças na fauna estuarina e até a contaminação da biota. Argumenta-se ainda que as obras de terraplanagem também deveriam impactar na diversidade da flora e da fauna da região.

A fauna marinha também é objeto de preocupação, seja devido ao possível descarte de sólidos suspensos, seja devido às diferenças de temperatura de descarte de líquido no mar, já comentado.

Os impactos no manguezal também foram objeto de preocupação por parte da Associação de Catadores de Caranguejo, uma vez que o empreendimento deve gerar um aumento no fluxo populacional.

onal na região e da pressão sobre a ocupação nas áreas próximas ao mangue. Foi apontado que a Prefeitura Municipal de Anchieta já está fazendo concurso público para contratação de fiscais.

Por fim, foi levantada a questão do reuso de água. Técnicos da Vale apontam que, apesar de não ter como captar toda água da chuva, pois teria que se fazer uma represa de área inviável economicamente, o reservatório previsto permite deixar de captar água do rio Benevente durante 3 meses de seca.

d. GT Socioeconômico

Para a melhor discussão das questões relacionadas aos aspectos socioeconômicos, o GT foi dividido em 08 grupos específicos. As principais questões levantadas em cada grupo serão elencadas a seguir:

d.1. GT Setorial Infraestrutura

Quanto à infraestrutura rodoviária, os principais pontos levantados foram gargalos urbanos entre Guarapari e Anchieta, principalmente quanto à localização dos alojamentos para os empregados. Foram discutidos os projetos do corredor logístico (55 km de extensão), do contorno de Anchieta e de Piúma e de realocação da ES-146.

Há uma preocupação com os 37 sítios arqueológicos presentes na área objeto da intervenção do corredor logístico. Enquanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aceita apenas a criação de um Parque Arqueológico. Além disso, estuda-se a possibilidade de retraçado da Pêra Ferroviária.

O problema quanto à escassez de transporte coletivo também foi levantado, apontando-se a necessidade de se rever o transporte coletivo de Guarapari e Piúma e prever o transporte coletivo de Anchieta. Foi sugerido ainda um consórcio regional para estruturar em médio e longo prazo um sistema regional de transporte coletivo.

Para a construção da fábrica também está prevista a implantação de uma usina termelétrica, que gerará energia e aumentará a oferta de energia no estado.

d.2. GT Setorial Emprego e Renda e Dinâmica Econômica Regional

Discutiu-se sobre a possibilidade de aproveitamento da população local, assim como das empresas presentes no território e a importância da participação do Sistema Nacional de Emprego - SINE no processo. Afirmou-se que será necessária a capacitação dessa população e dessas empresas e que o programa de qualificação deverá ser uma condicionante da Licença Prévia. Falou-se sobre a capacidade das empresas locais atenderem às demandas. Entre as empresas com condições de atender o projeto, foram citadas: subfornecedores para pequenas obras, comércio, manutenção e engenharia de projetos e gerenciamento. Todas com espaço para crescer. No que diz respeito aos impactos regionais do empreendimento indicou-se o plano de comunicação social como medida para reduzir a expectativa da sociedade na geração de emprego, que atrai população e provoca efeitos sociais.

d.3. GT Setorial Educação

Na fase de operação serão necessárias aproximadamente 18/20 mil pessoas. Da mão de obra empregada no pico da obra são aproveitados no máximo 52%. Sendo assim, será necessário treinar entre 10 e 13 mil pessoas para o empreendimento, as principais áreas são construção civil, mecânica, elétrica.

Os cursos da fase de construção são mais rápidos. Prevê-se que a terraplanagem dure de 12 a 16 meses. Explicou-se que no primeiro ano, fase de terraplanagem, a mão de obra seja pequena (500 a 600 pessoas); o pico da mão de obra seria em 2014. A preparação da mão de obra com muita antecedência em relação à real necessidade, pode gerar frustração. A fase de operação é uma fase mais qualificada, ocorrerá no primeiro semestre de 2015, com um horizonte de quatro anos. A mão de obra mais especializada, pessoas de nível no mínimo ensino médio, para a fase operação começará a ser preparada em 3 anos.

Na fase de obra civil prevê-se a demanda de: [1] 4.700 pessoas capacitação básica, [2] 3.800 pessoas, mecânicos e caldeiros e [3] 1.000 pessoas na area elétrica.

Estudos apresentados demonstram que 6 mil pessoas não serão capacitadas na região, esperando-se que estas pessoas venham de outros municípios e utilizem os alojamentos e passem o final de semana em casa.

O projeto não impactará somente Anchieta, mas também Guarapari (principalmente Meaípe), Piúma e Iconha (tempo de deslocamento de 30 minutos). É possível contar com mão de obra mais qualificada dos municípios localizados a 1h do empreendimento.

Propõe-se implantar nas faculdades noção de siderurgia, cursos específicos, como tem sido feito na UFES. O mesmo poderia ocorrer nas escolas municipais, que com planejamento adequado não representa ônus excessivo e possui potencial de retorno financeiro e de formação aos alunos.

Segundo quadro de oferta de vagas por modalidade de ensino nos municípios, a grande dificuldade é com o ensino técnico. Os cursos oferecidos nas universidades não estão casados com as necessidades do mercado. Orienta-se qualificar o pessoal da fase de construção, para que no momento da operação esse pessoal possa ser aproveitado.

Estão sendo feitas discussões diretas com o SENAI de Anchieta. Na região encontra-se Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em Guarapari e em Cachoeiro do Itapemirim. O de Guarapari começou a funcionar em Abril/2010 com duas turmas de administração (84 alunos), prevê-se mais duas turmas de administração, de eletromecânica e metalurgia.

A educação infantil é apontada como gargalo, sendo indicada a intenção do Governo auxiliar os municípios nessa questão. Comentou-se sobre o Programa Pró-Infância do Governo Federal, que repassa recurso, porém é necessária a disponibilização de projeto. Além disso, é importante a ação da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para estimular as empresas a fazerem um treinamento interno, estuda-se a possibilidade de oferecer redução de ICMS e ISS para aquelas que se dispuserem a tal.

Constata-se que em Guarapari duas escolas serão reformadas e ampliadas; 11 estão em execução, 08 serão construídas num total de R\$ 74,5 milhões de investimentos. Em Anchieta uma escola foi inaugurada e outra escola absorveu os alunos de 5^a a 8^a série, ensino médio e provavelmente terá o ensino profissionalizante no período noturno, em convênio com o SESI. Itapemirim está finalizando uma escola em Itaipava em convênio com a prefeitura. Este será um suporte interessante com foco em curso técnico.

A qualificação de mão de obra é importante por permitir a integração dos trabalhadores da região ao projeto, diminuindo a migração que propicia a formação de bolsões de pobreza, e reduzir o tamanho dos alojamentos, ampliando a dinâmica do comércio local. É importante a inserção do conhecimento industrial nas escolas (definir o mercado e o produto da empresa, evitar desperdício, reduzir custos, melhorar o desempenho, gerar emprego), o treinamento interno nas empresas da região (pessoal formado e preparado para tirar proveito do empreendimento, formar futuros empreendedores), e possibilitar o primeiro emprego com treinamento continuado (contrapartida fiscal de prefeituras e estado às empreiteiras e CSU), Cursos de capacitação técnica – cursos oferecidos nos canteiros para capacitar os trabalhadores para outros tipos de ocupações futuras.

d.4. GT Setorial Saúde

O GT de Saúde elencou uma série de possíveis impactos e demandas futuras no sistema de saúde da região com a chegada do empreendimento. Uma dos impactos previstos se relaciona ao conflito que se vislumbra com a chegada de trabalhadores de fora, o que pode gerar aumento de pressão na infraestrutura e nos serviços sócio-comunitários.

Estão sendo construídos dois PAs na região, um em Anchieta e outro em Itapemirim; também estão sendo construídos na região, dois CTTs (Centro de Tratamento de Toxicômano), (rede de saúde mental, álcool e outras drogas), com abrangência de até 150 mil pessoas. O hospital do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) de Anchieta está sendo refeito. Segundo informado, Anchieta está se preparando bem, mas a preocupação é com Piúma. O SAMU-192, implantado em toda região metropolitana, vai alcançar Piúma e Anchieta.

Além da busca em priorizar a mão de obra local, sugere-se um fortalecimento dos conselhos locais de saúde, a construção de um centro de reabilitação motora, o fortalecimento dos serviços de atenção primária, o financiamento do terceiro turno nas Unidades de ESF (Estratégia de Saúde da Família), a informatização de todos os postos de saúde do estado, assim como uma maior participação do setor privado no setor como forma de complementar os serviços que o Poder Público não atinge.

Uma informação importante é que Guarapari está ampliando o Plano Municipal de Saúde, construindo um novo PA (Pronto Atendimento) e implantando um Centro de Saúde do Trabalhador.

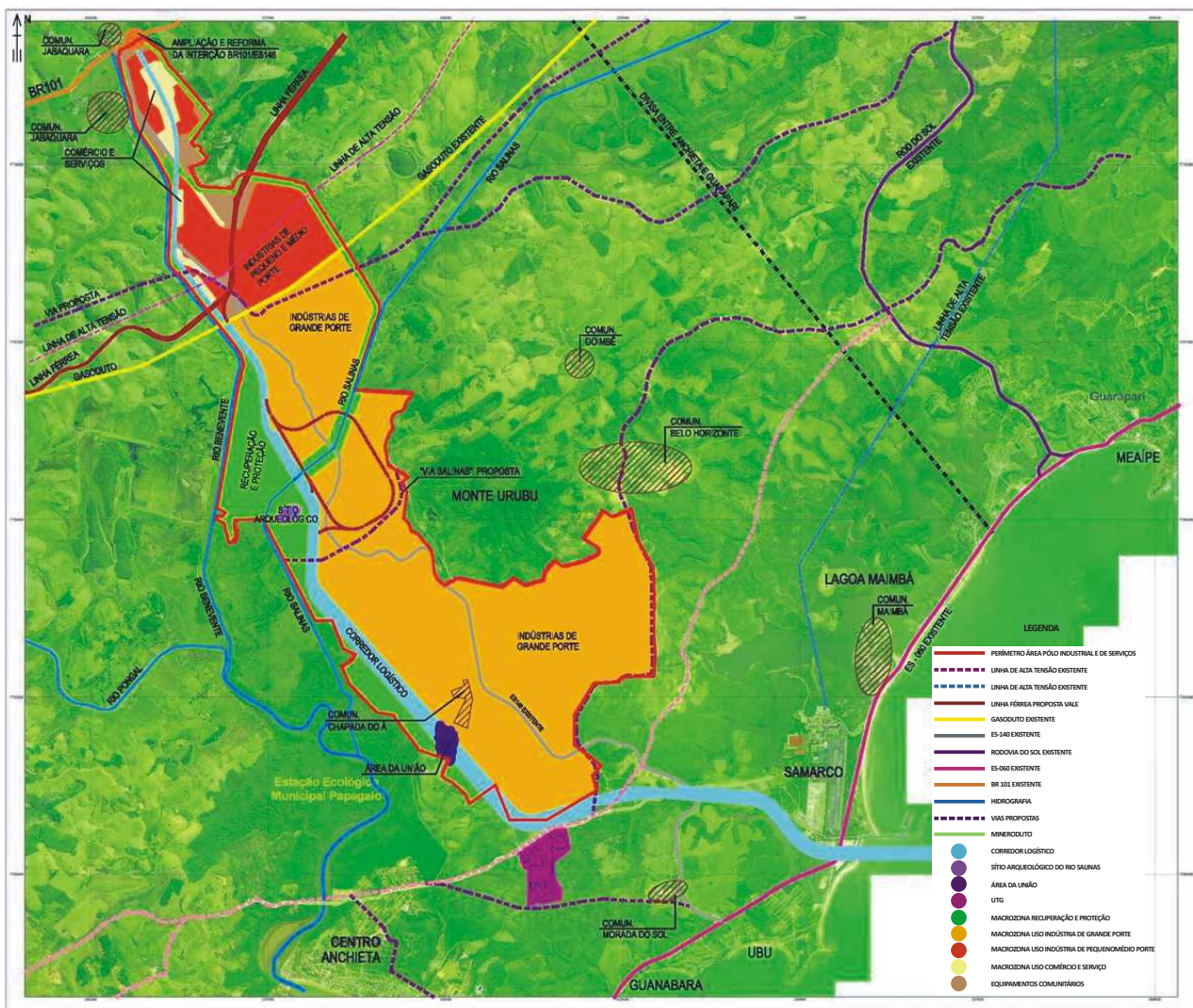
Sugere-se a participação do setor privado na ampliação dos serviços de saúde, caso o poder público não tenha capacidade para realizar todos os investimentos.

d.5. GT Setorial Turismo e Cultura

Discutiu-se sobre a necessidade de realocação das comunidades de Monteiro, Chapada do A e sobre a descoberta de 37 sítios arqueológicos na região (Figura 13), estando 06 dentro dos limites do empreendimento e 08 no entorno.

Foi mencionado que o PDM prevê corredores ecológicos, ligando a Lagoa de Maimbá ao Monte Urubu e o Rio Benevente. E existe uma proposição de transformar o Monte Urubu em uma Unidade de Conservação.

Figura 13 - Área de Implantação do Polo Industrial de Anchieta



Fonte: Espírito Santo Em Ação, *Avaliação Ambiental Estratégica. Polo Industrial e de Serviço de Anchieta*, 2008.
 Elaboração: Espírito Santo Em Ação.

Corre-se o risco que o novo empreendimento acarrete mudança de comportamento da Cultura e Turismo, pois se hoje o turismo é de veraneio, poderá se tornar de turismo de negócios.

Sugere-se que seja feito um inventário da questão turística na região, com levantamento do patrimônio material e imaterial. O município tem potencial para o turismo religioso com o seu ícone, o Padre José de Anchieta, sendo a cidade o ponto final da caminhada *Passos de Anchieta*, evento que ocorre desde 1998 e atrai cerca de quatro mil turistas. A região, no entanto, tem necessidade de equipamentos de cultura e lazer.

É importante citar que a empresa de marketing *Top 3* está realizando o diagnóstico da atividade turística nos municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Alfredo Chaves e Iconha. O estudo está em fase preliminar, sendo que a primeira etapa foi a coleta junto a empresários e trabalhadores no turismo, de como a atividade se apresenta hoje; numa segunda etapa, no verão, a pesquisa foi feita do ponto de vista dos turistas. A pesquisa será realizada em três momentos: antes da obra, durante e após, com a operação da obra. Resultados preliminares indicam o crescimento da demanda turística em relação aos anos passados, e a inclusão de classes sociais, principalmente no município de Guarapari.

d.6. GT Setorial Segurança, Justiça e Defesa Civil

Discutiu-se sobre a tendência de aumento da criminalidade na região, onde se concentram população e contratados. Sugere-se mais um posto policial rodoviário entre Guarapari e Anchieta e o aumento de efetivo das Polícias Militar e Civil, além do aumento da capacidade de atendimento da delegacia local.

Foi sugerido um estudo sobre a questão rodoviária, plano de atendimento a acidentes, mapeamentos de distâncias de hospitais, corpo de bombeiro; e que seja realizado estudo de simulação de localização de postos de polícia rodoviária.

Indica-se que não existem condicionantes voltadas para a área de Segurança de outros empreendimentos, sendo difícil mensurar o real impacto da segurança na região, pois faltam dados para análise. Existem medidas compensatórias, tais como a doação de viatura e a reforma de postos policiais.

d.7. GT Setorial Governança Regional

O Grupo Temático responsável pela Governança, composto por representantes de diversas prefeituras, incluindo algumas da Região Metropolitana da Grande Vitória, ao levantar as questões pertinentes às velocidades de investimento público frente às transformações mais velozes da iniciativa privada, mostravam a preocupação em estabelecer institucionalmente a parceria entre os municípios do entorno na forma de um consórcio público, este já efetivado e discutido em capítulo anterior. Esta alternativa é importante num quadro em que o momento atual já mostra deficiências estruturantes, tanto em equipamentos para o atendimento à população quanto à baixa capacidade de suporte ao crescimento, visto na demanda por novos acessos rodoviários como, por exemplo, o Contorno de Anchieta.

De modo geral, segundo Ata de reunião do GT Governança ocorrida em 26 de março de 2010, a gestão pública é parecida nos municípios, mas são destacadas as alterações realizadas na estrutura admi-

¹⁹ Ata do Grupo de Trabalho – GT Governança – CSU – Companhia Siderúrgica de Ubú, 26 de março de 2010

nistrativa de Anchieta, para fazer frente às mudanças previstas, como criação de gerências e junção de secretarias do governo municipal.

Nesta ocasião foi proposta a “Carta da Região Sul Capixaba pelo Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário” – Pacto de Anchieta. O documento assinado pelos prefeitos da região representou uma instância constitucional com o objetivo de avançar em conjunto para um resultado permanente.

Discutiu-se sobre a Avaliação Ambiental Estratégica do Estado que apontou preocupações com questão da água, solo e vegetação.

Em relação à questão de localizar o empreendimento em Anchieta as justificativas dadas foram: as condições privilegiadas de localização; o sistema logístico já constituído; o fácil acesso a matérias primas (minério de ferro, calcário, carvão); as facilidades de escoamento da produção, devido às águas profundas para instalação de um terminal marítimo; a vocação minero-metalúrgica da região. Além disso, comentou-se sobre as facilidades de acesso a mão de obra qualificada, com vocação de ser qualificada.

Entre os temas tratados destacam-se a questão da Vale ter alocado uma área de 300 ha a ser reservada para preservação ambiental, rodeada de um cinturão verde de 100 metros de largura. A questão da água foi outro tema discutido como de grande importância para a região, sendo indicado que, segundo o projeto da CSU, 2/3 da água consumida virá do mar e mais de 97% da água doce será reutilizada.

Em relação aos empregos, a expectativa é de geração de 20 mil vagas no pico da fase de sua instalação; na operação serão 18 mil empregos: 3 mil diretos dentro da planta, mais 3 mil terceirizados dentro da planta, mais 12 indiretos no entorno do empreendimento, devendo gerar uma massa salarial muito alta. Para capacitar parte da mão de obra, estão sendo realizados convênios com o SENAI e o IFES.

5.1.2. Condicionantes Ambientais do IEMA

No dia 02 de março de 2011 foram aprovados os 68 condicionantes para emissão de Licença Prévia – LP para implantação da Companhia Siderúrgica de Ubu, sendo tais condicionantes divididos em sete grupos: Emissões Atmosféricas; Qualidade do Ar; Recursos Hídricos e Oceanografia; Meio Socioeconômico; Ruídos e Vibrações; Meio Biótico; e Condicionantes Gerais.

Quanto às emissões atmosféricas, as principais condicionantes se referem à necessária adequação aos limites de emissão estabelecidos pelo IEMA e por normas internacionais; à previsão de espaço físico para instalação de futuros equipamentos de controle de emissão atmosférica; a um estudo de viabilidade de “Piro tratamento” da escória de aciaria; e à adoção de sistemas de controle de alguns componentes emitidos durante as operações industriais, tais como, material particulado total, SO_x, NO_x, Dioxinas e Furanos, Metais Pesados, HCl e HF, assim como provenientes de operações emergenciais com gusa.

Com relação aos cuidados com a emissão de material particulado, é importante se fazer uma crítica. Apesar de o condicionante 06 indicar a implantação de silos ou armazéns fechados com cobertura tipo

domo ou similar, relaciona tal ação a uma avaliação custo-benefício positivo por parte da própria empresa, quando deveria ser o órgão fiscalizador o responsável por estipular a implantação do que seja comprovado mais benéfico à sociedade. Em conversa com técnicos do IEMA foi argumentado que a tecnologia de emprego de silos e armazéns fechados é ainda bem embrionária, havendo no mundo apenas uma planta industrial com tal tecnologia. Como ainda não foi comprovada sua real eficiência foi remetida tal decisão a uma avaliação posterior. No entanto, mantém-se a questão: quem deve avaliar, o estado fiscalizador ou a empresa poluidora?

Outra questão é a ausência de condicionantes relacionados à emissão de benzeno, indicada pelo relatório da ONG GAMA. Apesar de muitas vezes, a exposição ao benzeno ser relacionada à saúde do trabalhador, há estudos que comprovam que tal exposição também afeta a saúde de moradores situados no entorno de empresas siderúrgicas. Um estudo realizado por Reis (2004) aponta um alto número de pessoas com doenças relacionadas ao benzeno, mesmo nunca tendo sido “ocupacionalmente expostas”, no município de Volta Redonda-RJ, o que foi corroborado pelo relatório “Qualidade do Ar em Volta Redonda” elaborado pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), em 1999. No entanto, foi garantido por técnicos do IEMA, que a atual tecnologia utilizada para construção de novas plantas siderúrgicas, como a CSU, dispensa o uso do benzeno.

Relacionados diretamente com as condicionantes anteriores, exige-se um monitoramento em tempo real das emissões para o atendimento dos padrões secundários da qualidade do ar, além de uma modelagem matemática da atmosfera para que o órgão ambiental conheça a contribuição de cada fonte de emissão significativa em cada localidade notória. A empresa deve também montar e manter um apoio financeiro para instalação de uma Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar e de Meteorologia da Área de Influência Direta (AID) com equipamentos e estações que devem ser doados ao Governo do Estado do Espírito Santo e integrados ao Centro Supervisório da Qualidade do Ar do IEMA segundo os parâmetros estipulados pelo órgão. Os impactos na flora e na fauna da região devem ser biomonitorados, assim como deve-se instalar coletores automáticos de poeira sedimentável na AID. Deve-se também apresentar um plano para estruturar, em conjunto com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde), um sistema informatizado de saúde, de modo a permitir a coleta de dados em todas as unidades de saúde e hospitais instalados na AID de suas emissões atmosféricas.

Nas condicionantes relacionadas a recursos hídricos e oceanografia também se exige um programa monitoramento, desta vez da qualidade das águas e dos ecossistemas marinhos. Além do rio Benevente, o rio Salinas e o córrego Parati receberam especial atenção, por se situarem na área do empreendimento. Há uma preocupação com relação às obras de terraplanagem, para o qual será exigido um plano para minimizar as movimentações de terra e as alterações na dinâmica espacial de escoamento das águas pluviais, um programa de controle e prevenção de processos erosivos, um plano de drenagem e contenção de arraste de sólidos e um estudo para diagnosticar possíveis influências nas atuais áreas não alagáveis da Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento. Também

²⁰ Segundo o EIA/RIMA apresentado para o empreendimento a Área de Influência Direta (AID) é composta pelos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma, enquanto a Área de Influência Indireta (AII) é composta pelos municípios de Alfredo Chaves, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Fundão, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Rio Novo do Sul, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória

deve ser apresentado um projeto de microdrenagem e macrodrenagem para execução das obras de implantação do empreendimento. Enquanto medida compensatória dos possíveis impactos nos recursos hídricos e ecossistema do manguezal, devido tanto às obras de implantação do empreendimento como ao aumento populacional decorrente, a empresa deve disponibilizar uma embarcação com condutor habilitado para navegação em áreas estuarinas rasas para apoio logístico à fiscalização dos técnicos dos órgãos ambientais competentes.

Uma questão fica em aberto nesse ponto: como pode a fiscalização de uma atividade depender de recursos materiais (embarcação) e humanos (condutor) fornecidos pelo principal agente da atividade fiscalizada?

No que se refere às condicionantes do meio socioeconômico prevê-se um monitoramento que, por um lado, apure os impactos da implantação do empreendimento no aumento da demanda por serviços de infraestrutura pública, por outro, demonstre o quantitativo de impostos diretos e indiretos, arrecadados pelos cofres públicos (para cada município da AID, para o estado e para a União) em decorrência da atividade da empresa e que possa ser aplicado nas demandas supracitadas e, finalmente, faça uma comparação entre os dois quantitativos, demonstrando se houve déficit nessa questão. Deve-se também apresentar um programa de qualificação e certificação da mão de obra local, com vistas à formação de profissionais para as atividades de implantação e operação da empresa, assim como um programa de priorização da mão de obra local em cada fase do empreendimento.

O empreendedor deve apresentar também um plano de saúde do trabalhador, um plano de ocupação dos hotéis da região para profissionais não alojados pela empresa e um estudo quanto aos impactos no trânsito causados pelo incremento populacional. Deve ser feito também um levantamento do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, assim como uma proposta para o programa emergencial de prevenção à ocupação desordenada do solo nos municípios da AID, para conter o fluxo de pessoas que não se relacionam diretamente ao empreendimento, mas foram atraídas pela simples notícia do empreendimento. Para a reciclagem e reaproveitamento de resíduos e subprodutos gerados pela CSU também deve ser feito um plano de ação para desenvolvimento de parcerias com empresas e empreendimentos que possam se instalar na região.

Com relação às comunidades da Chapada do A e Monteiro, localizadas nas proximidades da área do empreendimento, a empresa deve apresentar um relatório trimestral de acompanhamento dos moradores realocados de acordo com o plano de realocação apresentado ao IEMA. Para os primeiros, deve ser feita uma mudança do *lay out* do empreendimento de modo a permitir que os moradores que não optarem pela realocação possam acessar as facilidades urbanas atualmente disponíveis, bem como a área de manguezal. Deve ser feito também um projeto sustentável alternativo de geração de renda para tais comunidades, um monitoramento de populações da carcinofauna (Crustáceos) e pescados do mangue, bem como um diagnóstico de avaliação das potencialidades para a agregação de valor ao pescado capturado e cata de caranguejo.

Para os ruídos e vibrações deve ser feita uma proposta de estudo de caracterização de ruído ambiental na área de influência do empreendimento, com a realização de diagnósticos e prognósticos dos

níveis de ruído nas fases de instalação e operação, especialmente na Estação Ecológica Municipal Ilha do Papagaio e Monte Urubu, além de uma proposta de monitoramento dos níveis de ruído na região.

Quanto ao meio biótico é exigida a apresentação de um estudo para conservação de ambientes naturais na AID, incluindo uso e ocupação do solo; um programa de supressão da vegetação e resgate da flora, com plano de destinação da lenha e aproveitamento do solo orgânico para recuperação de áreas degradadas; um plano de recuperação de áreas degradadas; um programa de monitoramento da fauna continental na AID; um programa de monitoramento da fauna explorada no mangue pela população de Anchieta; a implantação e manutenção de um centro de reabilitação de animais silvestres, no período de implantação da CSU; uma proposta de estudos dos ambientes da Unidade de Conservação Ilha do Papagaio com uma série de recomendações expostas pelo condicionante; uma proposta de monitoramento de metais pesados e outros compostos químicos tóxicos relevantes; e o atendimento das recomendações feitas pelo Centro do TAMAR na região.

Por fim, há algumas condicionantes gerais que merecem destaque. Uma delas diz respeito a um anel viário que está previsto no corredor logístico do projeto inicial e que a presente Licença Prévia não autoriza, pois compromete a mata ciliar e o espelho d'água do córrego Parati. Tal operação viária deverá ser reposicionada de modo a minimizar os impactos do aterro e assoreamento no corpo d'água. Outra condicionante se refere à necessária acessibilidade por parte de analistas ambientais do IEMA às inovações tecnológicas na área de controle ambiental, sempre que demonstrada a necessidade de aprimoramento.

Percebe-se que, apesar das lacunas e incongruências já apresentadas, as condicionantes colocadas pelo IEMA para emissão da Licença Prévia (LP) de implantação da CSU abarcam a grande parte das preocupações que se apresentam para a instalação do empreendimento. No entanto, os impactos são inevitáveis, uma vez que a própria natureza da atividade siderúrgica é poluidora e vai certamente transformar a estrutura urbana do município e da região. O que se espera é que o órgão ambiental realmente fiscalize o cumprimento das exigências impostas de modo a minimizar tais impactos e que o desenvolvimento econômico seja acompanhado de desenvolvimento social para a região.

6. QUESTÕES PARA O FUTURO

Voltando ao ponto inicial da discussão, percebemos que muitos dos problemas sentidos na RMGV resultam de um modelo de desenvolvimento que privilegiou as questões econômicas em detrimento das questões sociais e ambientais. Para que tais problemas não se repitam no litoral sul do estado, ações integradas por parte do estado e municípios tornam-se necessárias.

Assim, as peculiaridades regionais existentes devem ser respeitadas e impulsionadas, e isso significa criar programas de apoio às comunidades tradicionais impactadas direta ou indiretamente pelo empreendimento, bem como incentivo a manutenção de atividades potencialmente prejudicadas, como o turismo e a pesca.

Os municípios da AID do empreendimento (Anchieta, Guarapari e Piúma) apresentaram taxas de crescimento populacional acima da média estadual. Anchieta, particularmente, foi o município, dentre os pesquisados, que recebeu maior contingente de trabalhadores entre 2008 e 2009 em relação à população já existente, e o quinto do estado. Ao contrário do esperado, a qualificação dos trabalhadores de outras unidades da federação que migraram para a região é menor que a dos capixabas, que por sua vez é menor que a dos anchietenses que mudaram de vínculo empregatício no referido período. As atividades ligadas à administração pública e serviços foram as que mais atraíram trabalhadores, seguido pela indústria de transformação, sendo que a administração pública teve quase 90% do fluxo vindo do próprio município de Anchieta, o que provavelmente é reflexo das mudanças administrativas em ano eleitoral. Com a consolidação dos investimentos privados é esperado que o fluxo migratório para a região aumente ainda mais.

Nesse sentido, as condicionantes ambientais de implantação têm papel preponderante na constituição urbana, podendo contribuir com melhorias nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, por exemplo, fundamentais ao atendimento do contingente populacional esperado. Ao mesmo tempo, seu não cumprimento pode trazer impactos significativos em todas essas áreas. Da mesma maneira, o monitoramento das emissões atmosféricas e da qualidade do ar, dos recursos hídricos, da fauna e flora e dos diferentes biomas existentes, como apontado pelo IEMA, deve ser feito com maior apuro possível para não comprometer as gerações futuras.

Ao Estado cabe fiscalizar o cumprimento das condicionantes apontadas, assim como encontrar a melhor maneira de canalizar o desenvolvimento econômico esperado de modo que não fique concentrado em regiões e atividades específicas, mas ajudem a um crescimento equilibrado e diversificado, fato incomum no contexto nacional e estadual até um passado recente, mas que poderia tomar um novo rumo e servir de marco para a realidade social deste país. Ainda que os impactos diretos previstos sejam minorados pelas condicionantes de implantação, o papel das políticas públicas no acompanhamento da concretização dos investimentos deve incluir ações de planejamento e controle da ocupação do território pelo contingente populacional que se espera atrair.

É fundamental, portanto que os investimentos públicos em infraestrutura e serviços sejam proporcionais às externalidades negativas advindas, buscando minimizar os problemas gerados e consolidar uma rede urbana estadual equilibrada. Pelos dados apresentados, o atendimento a atual rede de saúde deve ser ampliado principalmente em Piúma, município altamente dependente de Anchieta nessa questão. Os investimentos previstos em saneamento/urbanismo se mostram, por outro lado, extremamente concentrados na RMGV, fruto de passivos urbanos mal resolvidos em décadas anteriores. No outro extremo, preocupa os parques investimentos nessa questão em Cachoeiro de Itapemirim, maior município polarizador do sul do estado e que indiretamente também será impactado pelos empreendimentos industriais na região. O Consórcio Público montado, por outro lado, é um passo importante dado pelos municípios diretamente impactados no sentido de minimizar os efeitos negativos da industrialização.

Nesse mesmo caminho, as municipalidades de Anchieta e seu entorno, a partir do PDM, incorporaram importantes instrumentos de planejamento municipal e instrumentos de política urbana. No entanto, a

experiência do planejamento mostra que apenas a existência do marco regulatório pode não ser suficiente para garantir o desenvolvimento *pari passu* ou menos desigual, da malha urbana, com atenção especial à habitação e à proteção dos atributos ambientais e paisagísticos que compõem. Assim, a administração pública deve efetivar os instrumentos criados e utilizá-los de maneira indistinta e não de acordo com a conveniência de interesses.

Ademais, cabe investigar mais a fundo a capacidade efetiva de gestão democrática do planejamento urbano e o nível de organização da sociedade civil, não apenas do município de Anchieta, mas também dos demais municípios impactados, como importante ferramenta na direção de um desdobramento territorial menos traumático e excludente advindo desse novo momento de industrialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando. “A questão federativa e o problema metropolitano”. In: *Retratos metropolitanos: A experiência do Grande ABC em perspectiva comparada*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. pp.9 – 28.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Participações Governamentais. ANP, 2009. Disponível em: www.anp.gov.br. Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

ALVARENGA, Andrea C. *Reflexões sobre as consequências da implantação de grandes empreendimentos no município de Anchieta-ES*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo/PPGAU, 2010. [dissertação de mestrado]

BARBOSA, Isabella B.M. *O lugar no contexto das redes globais: o pólo industrial e de serviços de Anchieta, ES – uma paisagem em transformação*. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, FAUUSP, 2010 [tese de doutorado]

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos Municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANJAMENTO REGIONAL/UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CEDEPLAR/UFMG). *Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades do Espírito Santo*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CEPEMAR. *Relatório de Impacto Ambiental. Companhia Siderúrgica Ubu*. Vitória, dezembro de 2009.

CROCCO, M.; RUIZ, R.; CAVALCANTE, A. *Rede e Polarização Urbana e Financeira: um estudo exploratório para o Brasil*. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política da SEP, 2008.

CSU: relatório que contesta projeto enumera impactos previstos para o sul. *Século Diário*, 29 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.seculodiario.com/exibir_not.asp?id=6977. Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (DEE-ES). *Anuário Estatístico do Espírito Santo*, ano VII. Vitória, DEE, 1961.

_____. *Anuário Estatístico do Espírito Santo*, ano XVII. Vitória, DEE, 1971.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM (DER-ES) *Minuta do Plano Estratégico de Logística e de Transporte do Espírito Santo - PELTES*. Vitória, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina (coord.) *Proposta de regionalização do Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2007.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. *Avaliação Ambiental Estratégica. Polo Industrial e de Serviço de Anchieta*. Vitória: 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025*. Vitória, 2006. Disponível em: <www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso: 11 de julho de 2011.

GIODA, A.; SALESC, J. A.; CAVALCANTI, P. M. S.; MAIAC, M. F.; MAIAD LUIZ, F. P. G.; AQUINO NETO, F. R. Evaluation of air quality in Volta Redonda, the main metallurgical industrial city in Brazil. *J. Braz. Chem. Soc.*, v. 15, n. 6, p. 856-864, 2004.

GLÓRIA, Paulo Cesar Mendes. *Reflexos da Economia Petrolífera no Ambiente Urbano e Regional no Sul do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. [Dissertação de Mestrado]

GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE (GAMA). *Relatório sobre os Impactos da CSU*. Ofício DP nº018/2010 ao Instituto Estadual de Meio Ambiente. Anchieta-ES, 28 de outubro de 2010.

IMPACTO ambiental veta Baosteel em Anchieta. *A Gazeta*. Vitória-ES, 27 de novembro de 2008.

Disponível em:

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2008/11/36364impacto+ambiental+veta+baosteel+em+anchieta.html. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS / INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IPEA/UNICAMP/IBGE). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão do Brasil em Microrregiões homogêneas em 1968*. Rio de Janeiro, 1970

_____. *Censo demográfico do Espírito Santo. VIII Recenseamento Geral de 1970*. Vol. I, Tomo XV, Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro, 1987

_____. *Região de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Banco de Dados Agregados*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=23&u1=29&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES (IJSN). *Elementos para os Diagnósticos Municipais*. Vitória: IJSN, 2000a.

_____. *Região Litoral Sul: indicativos para o desenvolvimento*. Anchieta, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy. Vitória: IJSN, 2000b.

_____. *Microrregiões Administrativas de Gestão: diagnósticos sintéticos em vista da elaboração do Plano Plurianual (PPA)*. Vitória: IJSN, 2003.

_____. *Cadernos de Pesquisa: Leis Urbanísticas dos Municípios do Espírito Santo*. Vitória, IJSN, 2008.

_____. *Investimentos Previstos para o Espírito Santo 2009-a 2014*. Vitória: IJSN, 2010

_____. *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2007*. Resenha de Conjuntura, Ano III, Número 79, Setembro de 2010. Disponível em: . Acesso em: 08 de abril de 2011.

MEGACIDADE substituirá vila num piscar de olhos, 2006. *A Tribuna*. Vitória- ES, 30 de dezembro de 2006, p.30.

MOREIRA, Ruy. “A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro”. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. *Brasil, Século XX – por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

REIS, Marcelo M. *Avaliação de Risco de Benzeno em Volta Redonda: as incertezas na avaliação da exposição*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2004. [Dissertação de Mestrado]

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCARIM, Paulo César. *Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba. O desenvolvimento em questão*. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense/PPGEO, 2009. [Tese de Doutorado]

SIDERÚRGICA da Vale e Thyssen no Rio deve ser multada novamente, 2010. *O Globo*, 27 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/12/27/siderurgica-da-vale-thyssen-no-rio-deve-ser-multada-novamente-923361147.asp>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. Vitória: Edufes, 2001.

SOARES, Murilo Rodrigues. *Incentivos fiscais nas décadas de 1950 a 1980 destinados à Região Sudeste*. Estudo para a Câmara dos Deputados. Brasília, 2004. 18p.

VESCOVI, A.P.; JABOUR DE FRANÇA, C. “Aspectos Sociais Econômicos e Urbanos da Região Metropolitana da Grande Vitória”, Revista do Condevit, ano 1, edição 1, p.60-65. dez.2008.

ZANOTELLI, Cláudio. *Le pôle de Tubarão e l'expansion périphérique de l'agglomération de Vitória – ES*. Universidade de Nanterre – Paris – X, França, 1998. [Tese de doutorado]

Documentos Governamentais e Legislação

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução Conama. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

CEPEMAR. Consolidação dos resultados das discussões dos grupos de trabalho para o licenciamento do Projeto Companhia Siderúrgica de Úbu. Relatório Técnico. CPM RT 247/10, set. 2010.

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FNHIS). Resolução nº 36, de 8 de dezembro de 2010 (Publicada no DOU, em 16/12/10 – seção 1, pág. 80)

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO. Anchieta, 23 de fevereiro de 2011.

ESPIRITO SANTO (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESPÍRITO SANTO (SEAMA-ES). Deliberação CONSEMA nº 001/2011 DE 02 DE MARÇO DE 2011. Cariacica, 02 de março de 2011

INTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (IEMA). Ata do Grupo de Trabalho (GT) Governança - Companhia Siderúrgica de Ubú (CSU), 26 de março de 2010. Franz-Schubert Sathler A. Ambrósio, taquígrafo parlamentar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA (PMA). *Lei Municipal nº 660* de 29 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI (PMG). *Lei Municipal nº 3232* de 03 de fevereiro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA (PMP). *Lei Municipal nº 1669* de 23 de dezembro de 2010.

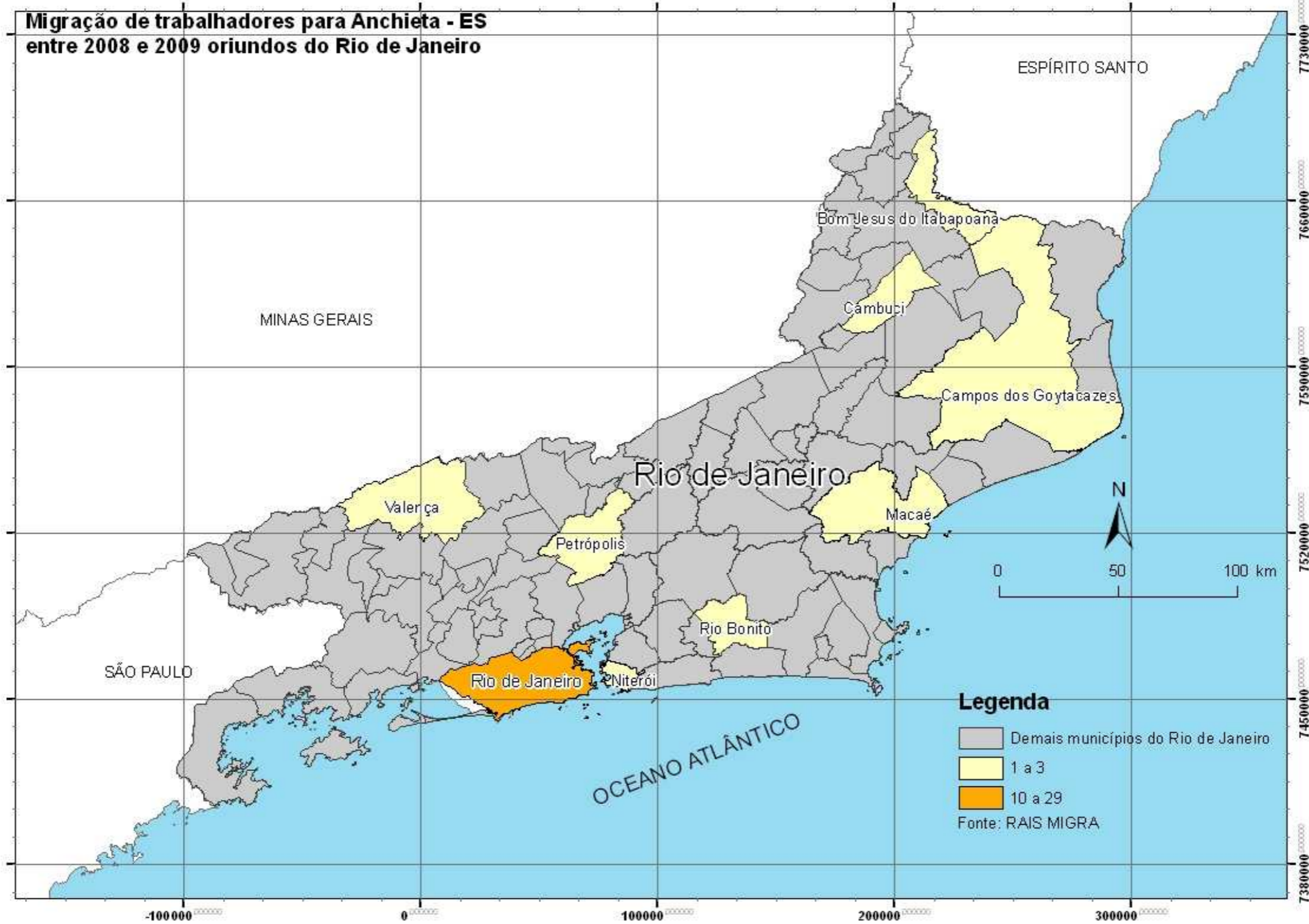
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES (PMAC). *Lei Municipal nº 328* de 20 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA (PMI). *Lei Municipal nº 618* de 17 de dezembro de 2010.



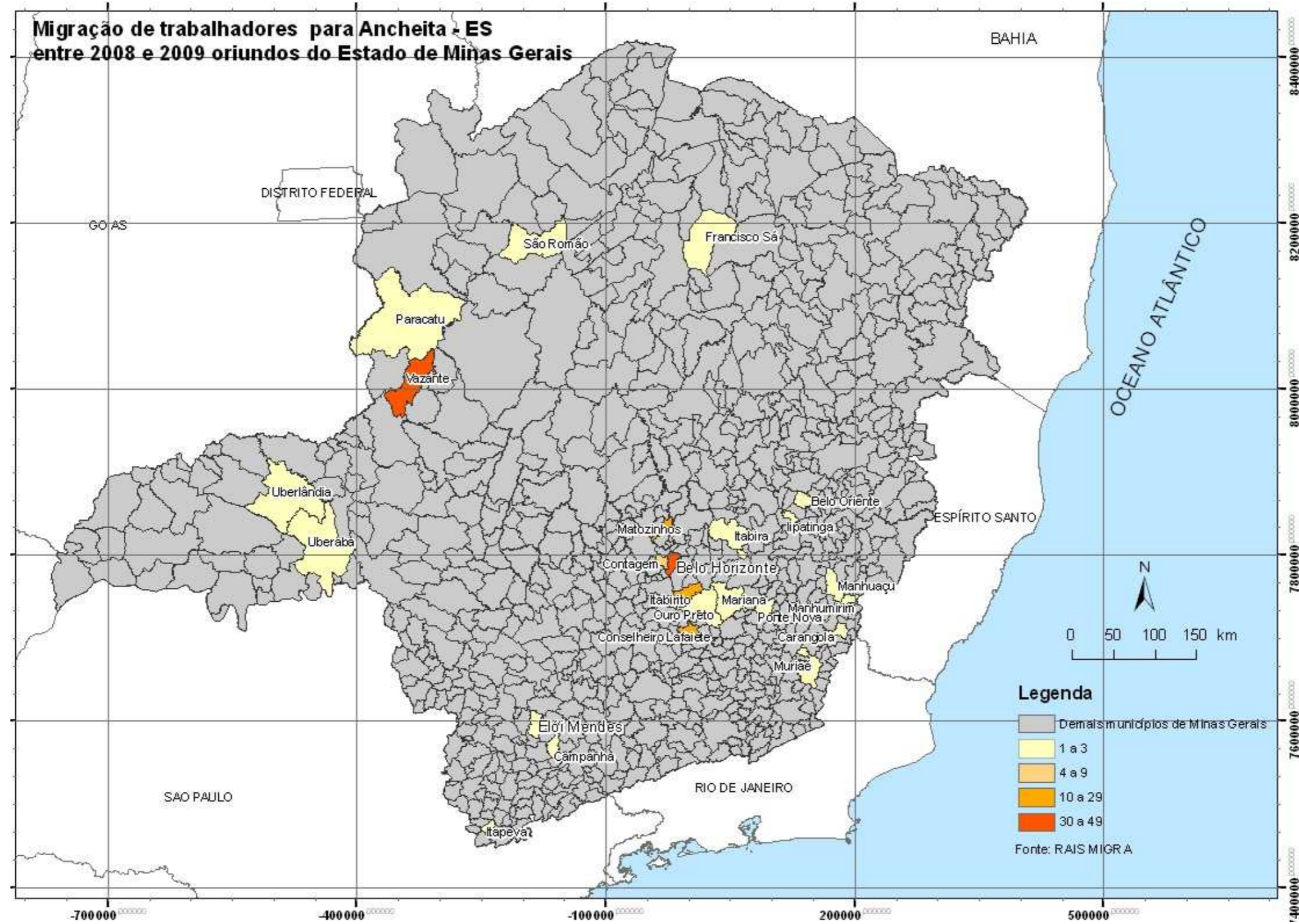
ANEXO

Figura 14 - Migração de Trabalhadores para Anchieta-ES entre 2008 e 2009, oriundos do Rio de Janeiro



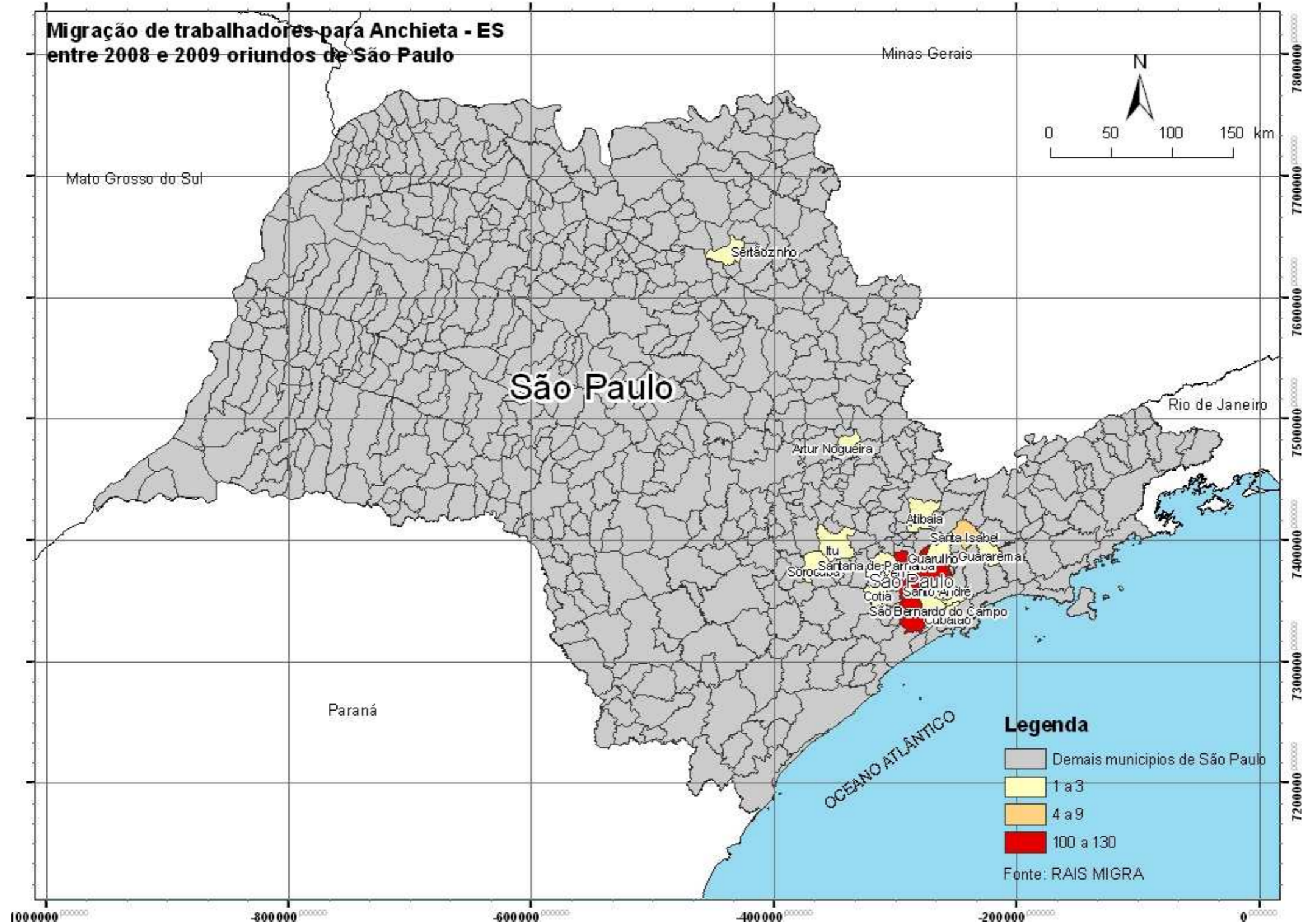
Fonte: RAIS MIGRA - 2009. Ministério do Trabalho.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Figura 15 - Migração de Trabalhadores para Anchieta-ES entre 2008 e 2009, oriundos de Minas Gerais



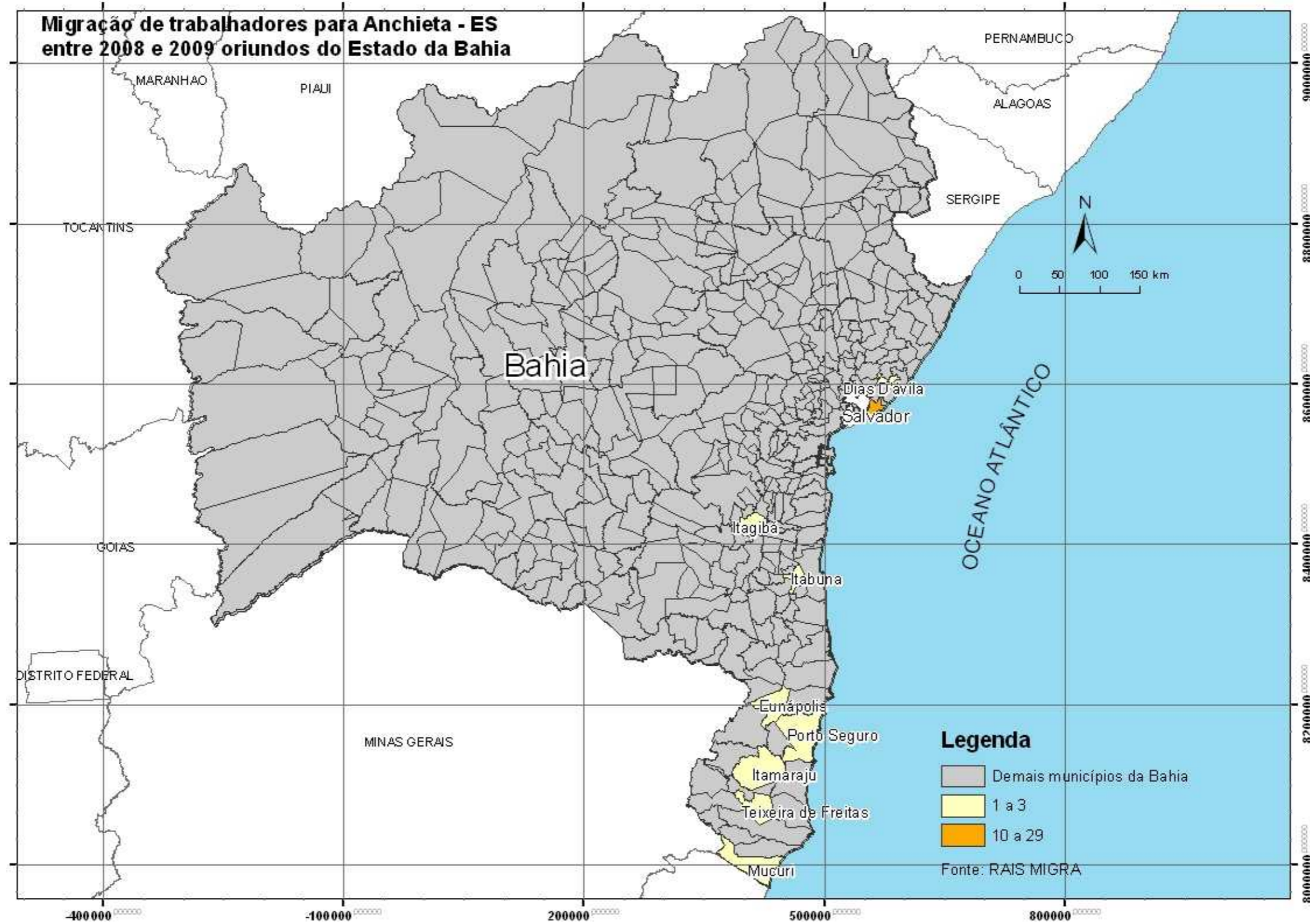
Fonte: RAIS MIGRA, 2009. Ministério do Trabalho.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Figura 16 - Migração de Trabalhadores para Anchieta-ES entre 2008 e 2009, oriundos de São Paulo

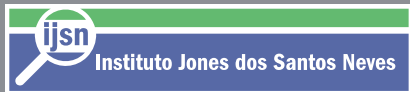


Fonte: RAIS MIGRA, 2009. Ministério do Trabalho.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.

Figura 17 - Migração de Trabalhadores para Anchieta-ES entre 2008 e 2009, oriundos da Bahia



Fonte: RAIS MIGRA, 2009. Ministério do Trabalho.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais (CET)/IJSN.



www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
**ESPIRITO
SANTO**

CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br